ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 170 “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO WAGNER RAMOS (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO HERMÍNIO J. BARRETO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os Srs. Deputados Wagner Ramos e Hermínio J. Barreto para assumirem a 1ª e a 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS WAGNER RAMOS E HERMÍNIO J. BARRETO ASSUMEM A 1ª E A 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 17:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (LÊ) - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Gostaria de chamar os Deputados que estão nos gabinetes para comparecerem no plenário.

Solicito a todos os líderes partidários, por favor, contactarem suas Bancadas.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) – “Ofício nº 047/14, da Casa Civil, em resposta ao Requerimento nº 166/14, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco; Ofício nº 2.139/14, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 125/14, de autoria do Deputado Baiano Filho; Ofício nº 4.470/14, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em resposta às Indicações nºs 737/14 e 723/14, e autoria do Deputado José Domingos Fraga; Ofício nº 4.478/14, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em resposta ao Ofício nº 127/13, de autoria do Deputado Guilherme Maluf; Ofício nº 4.479/14, da Secretaria de Estado de Segurança Pública em resposta à Indicação nº 3.009/13, de autoria do Deputado Guilherme Maluf; Ofícios nºs 1.250 e 1.261/14, da Secretaria de Esportes e Lazer, em resposta às Indicações nºs 793/14, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, e 806/14, de autoria do Deputado Wagner Ramos; Ofícios nºs 1.283 e 1.284/14, da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, em resposta às Indicações nºs 777 e 779/14, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; Ofício nº 691/14, da Casa Civil, encaminhando cópia integral do Processo Legislativo que aprovou a Lei nº 10.041, de 24 de fevereiro de 2014, conforme solicitação da Procuradoria do Estado, aposta em manifestação nº 75/PGE/CCV/14.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

“Ofício nº 1.938/2014/GPRES-WJT, datado em Cuiabá, em 10 de dezembro de 2014, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior,

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, em razão do Ato nº 163/2014, publicado no *Diário Oficial Eletrônico* do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, edição nº 524, de 09/12/2014, à página 1, em decorrência do contido no Processo nº 21270-9/2014 -TCE/MT, comunico a Vossa Excelência a vacância do cargo de Conselheiro deste Tribunal de Contas, em decorrência da renúncia do eminente Conselheiro Humberto Melo Bosaipo, para que sejam adotadas as providências necessárias ao preenchimento da referida vaga, tendo em vista que a indicação cabe à Assembleia Legislativa, com a nomeação posterior de competência do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Atenciosamente,
Conselheiro Waldir Júlio Teis
Presidente.”

“Ofício nº 699/2014 - PRES, datado em Cuiabá, 27 de novembro de 2014, do Tribunal de Justiça, ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior:

Sr. Presidente,

De ordem, encaminho a Vossa Excelência, fotocópia do acórdão de fls. 48/67v. TJ e da inicial extraída da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 96871/14, em que figuram como requerente Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso e requerida Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para que, no prazo de 10(dez) dias, preste as informações que julgar necessárias nos termos do art. 172, § 2º do RITJ/MT.

Respeitosamente,
MARIA CONCEIÇÃO BARBOSA CORRÊA
DIRETORA.”

“Ofício nº 726/2014 - PRES, datado em Cuiabá, 04 de dezembro de 2014, do Tribunal de Justiça, ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior:

Sr. Presidente,

De ordem, encaminho a Vossa Excelência fotocópia do acórdão de fls. 174/181v. TJ extraída da Direta de Inconstitucionalidade nº 85368/13, em que figuram como requerente Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso e como requeridos Exmo. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso e Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Respeitosamente,
MARIA CONCEIÇÃO BARBOSA CORRÊA
DIRETORA.”

“Ofício nº 2.922/2014/ PRES, datado em Cuiabá, em 28 de novembro de 2014, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior,
Senhor Presidente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento e providências pertinentes, manifestação contrária do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso em relação ao Substitutivo Integral do Projeto de Lei Complementar nº 30/13, acompanhada da cópia do derradeiro relatório subscrito pelo Desembargador Marcos Machado que representa o posicionamento deste Poder. Por igual, de cópia do relatório emitido pela Comissão Especial do Tribunal de Justiça, criada para analisar a viabilidade de ingresso do Poder Judiciário no MTPREV.

Respeitosamente,
Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.”

“Ofício nº 2.946/2014/ TJ -PRES, datado em Cuiabá, em 03 de dezembro de 2014, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior, Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, com supedâneo no art. 39 da Constituição Estadual, Projeto de Lei que “dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos na Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores (SDCR) do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”, com as devidas justificativas, para apreciação dos ilustres integrantes dessa augusta Casa Legislativa.

Outrossim, solicito que o referido Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência.

Respeitosamente,
Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos na Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores (SDCR) do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que faz referência.

Art. 2º Fica acrescentado o inciso XI ao Art. 24 da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, com a seguinte redação:

‘Art. 24 (...)

XI - Anexo VI-a- Distribuição de Cargos, Vagas e Lotacionograma em Comarcas de Entrância Especial - Sinop;’

Art. 3º Fica acrescentado o Anexo VI à Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, nos termos do Anexo I desta lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 4º Fica alterado o Anexo VI da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, no quantitativo dos cargos que faz referência, nos termos do Anexo II desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI,
 Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

ANEXO I

Distribuição de Cargos, Vagas e Lotacionograma das Comarcas de Entrância Especial - Sinop

GABINETE DO JUIZ		
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional
Assistente de Gabinete I	1 Assistente	PDA - CNE-VII
Assistente de Gabinete II	1 Assistente	PDA - CNE-VIII
Auxiliar Judiciário - ADM	1 Auxiliar	PTJ

CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional
<u>Gestor Geral de Entrância Especial 2</u>	1 Analista Judiciário - FC	FC
Gestor Administrativo 2	1 Técnico Judiciário - FC	FC
Gestor Administrativo 3	1 Técnico Judiciário - FC	FC
Analista Judiciário	1 Analista	PTJ
Analista - Judiciário*	4 Analistas Judiciário	PTJ
Técnico Judiciário	7 Técnicos - 3 para Informática	PTJ
Auxiliar Judiciário - ADM	3 Auxiliares	PTJ
Auxiliar Judiciário - GER	Variação conforme tamanho físico (metragem) da Unidade.	
	Até 500 m²:	4 Auxiliares
	De 500 a 1000 m²:	6 Auxiliares
	Acima de 1000 m²:	8 Auxiliares
		PTJ

**(remanescentes - Art.56): Sinop (4).*

CENTRAL DE MANDADOS			
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional	
Oficial de Justiça	- 30 Oficiais de Justiça - Variação conforme quantidade de processos na Comarca	PTJ	
	Até 2000 processos:		3 Oficiais
	A cada 1000 processos:		+ 1 Oficial

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

CENTRAL DE APOIO PROFISSIONAL		
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional
Agente da Infância e Juventude	6 Agentes	PTJ

CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO		
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional
Distribuidor, Contador e Partidor	1 Distribuidor	PTJ
Técnico Judiciário	2 Técnicos	PTJ
Auxiliar Judiciário – JUD	2 Auxiliar Judiciário - JUD	PTJ

SECRETARIA DA VARA		
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional
Gestor Judiciário	1 Analista Judiciário - FC	FC
Gestor Judiciário Substituto	2 Técnico Judiciário - FC	FC
Analista Judiciário	2 Analistas	PTJ
Técnico Judiciário	1 Técnico	PTJ
Auxiliar Judiciário - JUD	Variação conforme a quantidade de Processos na Vara	
	Até 1700 processos:	3 Auxiliares
	De 1700 a 2200:	4 Auxiliares
	De 2200 a 3200:	5 Auxiliares
	De 3200 a 4200:	6 Auxiliares
	Acima de 4.200:	7 Auxiliares

ANEXO II

CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Cargo	Quantidade de Vagas	Grupo Ocupacional
Analista - Judiciário* (remanescentes - Art.56)	19 Analistas Judiciário (distribuídas entre as Comarcas conforme observação abaixo)	PTJ

**Observação: As vagas ao cargo de Analista Judiciário nas Comarcas de 3ª. Entrância serão assim distribuídas: Alta Floresta (2), Barra do Garças (4), Cáceres (2), Diamantino (3), Primavera do Leste (2), [...], Sorriso (2), Tangará da Serra (4).*

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
 Excelentíssimos Senhores Deputados:

No exercício da competência que me é conferida pelo art. 35, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tenho a elevada honra de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

dirigir-me a Vossas Excelências para submeter à apreciação desse Augusto Parlamento o anexo Projeto de Lei que ‘dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos na Lei nº 8.814, de 15 de Janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.’.

De proêmio, insta salientar que o referido Projeto de Lei seguiu os trâmites previstos no art. 15, inciso X, alínea a, do citado normativo interno desta Instituição.

O projeto em referência traz em seu bojo os acréscimos e alterações de dispositivos legais da Lei n. 8.814, de 15 de Janeiro de 2008 (SDCR), no que se refere ao quadro de pessoal, em decorrência da elevação da Comarca de Sinop à categoria de Entrância Especial, observada as limitações orçamentária e financeira atual do Poder Judiciário Estadual.

Com estas considerações, lastreado no princípio da legalidade, submeto esta proposição para análise dessa laboriosa Casa Legislativa, objetivando a aprovação de Projeto de Lei, em anexo, dispondo sobre acréscimo e alteração de dispositivos na Lei n. 8.814, de 15 de Janeiro de 2008 (SDCR).

Respeitosamente,
Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.”

“Ofício nº 2.951/2014/ PRES, datado em Cuiabá, em 03 de dezembro de 2014, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior, Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, com supedâneo no art. 39 da Constituição Estadual, Projeto de Lei que ‘institui o Programa de Incentivo à Graduação de Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso’, com o respectivo pagamento de contraprestação pecuniária, de natureza indenizatória, a servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que não possuem curso superior, com as devidas justificativas para apreciação dos ilustres integrantes dessa augusta Casa Legislativa.

Outrossim, solicito que o referido Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência.

Respeitosamente,
Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

PROJETO DE LEI:

Institui o ‘Programa de Incentivo à Graduação de Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso’, com o respectivo pagamento de contraprestação pecuniária, de natureza indenizatória, a servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que não possuem curso superior.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Institui o ‘Programa de Incentivo à Graduação de Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso’ e estabelece regras gerais para o seu funcionamento.

Art. 2º Fica instituída Verba Indenizatória para auxiliar no custeio do pagamento de curso de graduação a servidor efetivo que, ainda, não possuir este grau de instrução.

§ 1º A Verba Indenizatória de que trata o *caput* deste artigo será concedida em cota única mensal no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 2º O servidor que optar perceber a verba indenizatória de que trata esta lei deverá formalizar requerimento de inclusão no Programa pertinente, acompanhado de declaração de não percepção de qualquer outra forma de auxílio ou benefício dessa natureza.

Art. 3º A verba indenizatória de que trata esta lei:

I - não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração para quaisquer efeitos, inclusive para concessão de gratificação natalina;

II - não se configurará como rendimento tributável e nem se constituirá base para incidência de contribuição previdenciária;

III - não poderá ser percebida com outro auxílio ou benefício de mesmo título ou por idêntico fundamento;

IV - não integrará a base de cálculo para margem consignável.

Art. 4º Não fará jus à verba indenizatória o servidor que por quaisquer motivos encontrar-se em afastamento não remunerado.

Art. 5º Dar-se-á a perda da verba indenizatória em casos de exoneração, demissão do cargo, disponibilidade, por decisão disciplinar administrativa ou judicial.

§ 1º O servidor terá a percepção da verba indenizatória cancelada, *ex officio*, quando ocorrer:

I - afastamento definitivo, tais como exoneração, demissão e falecimento;

II - fraude.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do parágrafo anterior, o servidor estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais, conforme o caso.

Art. 6º O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça editará Provimento regulamentador da concessão da verba indenizatória de que trata esta lei, obedecendo, no que couber, o disposto no Provimento nº 14/2014/CM.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Estado de Mato Grosso destinadas ao Poder Judiciário, na fonte extrapessoal, suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

No exercício da competência que me é conferida pelo art. 35, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tenho a elevada honra de dirigir-me a Vossas Excelências para submeter à apreciação desse Augusto Parlamento o anexo Projeto de Lei que ‘Institui o ‘Programa de incentivo à graduação de servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso’, com o respectivo pagamento de contraprestação pecuniária, de natureza indenizatória, a servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que não possuem curso superior’.

De proêmio, insta salientar que o referido Projeto de Lei seguiu os trâmites previstos no art. 15, inciso X, alínea ‘a’, do citado normativo interno desta Instituição.

O projeto em referência traz em seu bojo o fato de que desde a instituição do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais pátrios passaram a funcionar de forma mais sistematizada, consistente em desenvolver seus Planejamentos Estratégicos locais, com a finalidade de privilegiar a continuidade dos serviços e projetos iniciados por gestores anteriores, evitando-se desperdício de recursos públicos.

Com o passar dos anos, o próprio Conselho Nacional de Justiça implementou melhorias em seu funcionamento, sendo que, hodiernamente, tem direcionado o foco na gestão de pessoas.

Não é de hoje que as regras de Administração, quer no âmbito privado, quer no público, fundamentam-se, em sua maioria, na valorização do maior patrimônio das empresas - o ser humano.

Evitando fazer uma digressão muito longa no histórico dessa matéria, em data de 18 de setembro de 2014 - decisão recentíssima, portanto! - o Conselheiro Rubens Curado Silveira, membro integrante do CNJ, apresentou Minuta de Resolução que veio a dispor sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário.

Ainda que a proposta se constitua apenas em minuta - que está sendo submetida a ampla discussão, inclusive com a realização de consulta pública (artigos 26 e 102 do Regimento Interno do CNJ), cujo prazo iniciou-se em 18 de setembro e findou-se em 17 de outubro do corrente, estando apta a julgamento pelo Plenário - fato é que traz em seu bojo as diretrizes que devem ‘continuar’ a ser seguidas pelos tribunais pátrios.

A Administração do Tribunal tem conhecimento de que diversos servidores nossos possuem formação superior (graduação). Todavia, também somos conhecedores de que muitos ainda não tiveram a oportunidade de galgar esse nível de capacitação.

Tendo em vista que em muitos setores de nossa Instituição, quer em primeiro quer em segundo grau de jurisdição, falta mão de obra especializada para desenvolver funções específicas - considerando as metas traçadas por esta administração: ‘Fomentar o capital intelectual para até 20% do quadro de servidores de carreira em graduação e pós-graduação’ - este Sodalício entendeu ser este o momento oportuno para viabilizar ação corretiva nessa anomalia, aprovando esta proposição, que visa averiguar a possibilidade de indenizarmos (ao menos em parte) os custos com cursos de graduação a servidores efetivos deste Poder Judiciário, com a finalidade de cumprir com todas as premissas acima destacadas, tanto de iniciativa do CNJ quanto de nossas próprias metas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Tal ação constitui-se, portanto, meta deste Sodalício desde os idos de 2010! Passada a hora, pois, de implementá-la efetivamente.

Pontuo que foi feito um estudo milimétrico, de molde a deixar bem claro que a concessão da verba indenizatória voltada a auxiliar os servidores a pagarem curso de graduação só será concedida em casos em que houver a possibilidade de contraprestação de serviço a este Tribunal, levando-se em conta, obviamente, o custo/benefício pró-Administração.

Com estas considerações, lastreado no princípio da legalidade, submeto esta proposição para análise dessa laboriosa Casa Legislativa, objetivando a aprovação de Projeto de Lei, em anexo.

Atenciosamente,

Cuiabá, 03 de dezembro de 2014.

Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.”

“Ofício nº 2952/2014/ TJ -PRES, datado em Cuiabá, em 03 de dezembro de 2014, ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior,

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, com supedâneo no Art. 39 da Constituição Estadual, Projeto de Lei que ‘dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências’, relativo à reestruturação da carreira de Oficial de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com as devidas justificativas, para a apreciação dos ilustres integrantes dessa augusta Casa Legislativa

Outrossim, solicito que o referido Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência.

Respeitosamente,

Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

PROJETO DE LEI:

‘Dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição estadual, aprova e o governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica modificado o inciso V do Art. 10 da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

‘**Art. 10** (...):

V - Oficial de Justiça: compreendendo funções e atividades de cumprimento de mandados e determinações judiciais, consideradas de alta complexidade e que exigem formação de nível superior;’

Art. 2º Ficam alteradas as alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’ e ‘d’ do inciso III do Art. 26 da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 26** (...):

III - (...):

a) a classe ‘A’ é privativa de graduados em curso de nível superior em Direito, reconhecido por órgão governamental competente;

b) a classe ‘B’ é privativa de servidores com Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em áreas relativas às atribuições desempenhadas, provido por instituições reconhecidas por órgão governamental competente e homologadas pelo Tribunal de Justiça;

c) a classe ‘C’ é privativa de servidores com curso de Mestrado em áreas relativas às atribuições desempenhadas, provido por instituições reconhecidas por órgão governamental competente e homologadas pelo Tribunal de Justiça;

d) a classe ‘D’ é privativa de servidores com curso de Doutorado em áreas relativas às atribuições desempenhadas, provido por instituições reconhecidas por órgão governamental competente e homologadas pelo Tribunal de Justiça.

Art. 3º Fica alterado o parágrafo único do Art. 41 da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, alterada pela Lei nº 10.138, de 02 de julho de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 41** (...).

Parágrafo único Os servidores efetivos no cargo de Oficial de Justiça farão jus à verba indenizatória para cumprimento de Mandados da Justiça Gratuita, no valor de R\$ 1.983,58 (um mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), devida, de forma antecipada, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês (...).’

Art. 4º Fica alterado o inciso II do Art. 55 da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, alterada pela Lei nº 10.138, de 02 de julho de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 55** (...):

I - (...);

II - Os atuais servidores ocupantes dos cargos de que dispõe o *caput*, beneficiados com a incorporação de produtividade, conforme inciso anterior, terão direito à verba indenizatória por atividade externa de R\$1.396,97 (mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos) [...].’

Art. 5º Fica acrescentado o art. 55-A na Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, com a seguinte redação:

‘**Art. 55-A** Os Oficiais de Justiça em atividade, detentores de nível superior ou nível médio, serão mantidos na mesma classe e nível que se encontram a partir da vigência desta lei.

Parágrafo único O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos Oficiais de Justiça aposentados e aos pensionistas.’

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 6º Fica modificado o Anexo XI da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro 2008, passando a vigorar conforme o Anexo I desta lei.

Art. 7º Fica modificado o Anexo XVII da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro 2008, passando a vigorar conforme o Anexo II desta lei.

Art. 8º Fica modificado o Anexo XXI da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro 2008, passando a vigorar conforme o Anexo III desta lei.

Art. 9º Fica modificado o item 1.5 do Anexo XXIII da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro 2008, passando a vigorar conforme o Anexo IV desta lei.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os dispositivos e anexos da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, ora alterados.

Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI,
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

ANEXO I
Quadro dos Cargos Efetivos do Poder Judiciário

Cargo	Exigência de Ingresso	Grupo Ocupacional
Analista Judiciário	Nível Superior	PTJ
Técnico Judiciário	Nível Médio	PTJ
Distribuidor, Contador e Partidor	Nível Médio	PTJ
Oficial de Justiça	Nível Superior	PTJ
Agente da Infância e Juventude	Nível Médio	PTJ
Auxiliar Judiciário	Nível Fundamental	PTJ

ANEXO II
Tabela de Subsídio - Oficial de Justiça

Nível	Classe			
	A	B	C	D
I	R\$ 2.961,74	R\$ 3.169,06	R\$ 3.390,91	R\$ 3.628,32
II	R\$ 3.198,68	R\$ 3.422,58	R\$ 3.662,18	R\$ 3.918,58
III	R\$ 3.454,57	R\$ 3.696,39	R\$ 3.955,15	R\$ 4.232,07
IV	R\$ 3.730,94	R\$ 3.992,10	R\$ 4.271,56	R\$ 4.570,63
V	R\$ 4.029,41	R\$ 4.311,47	R\$ 4.613,29	R\$ 4.936,28
VI	R\$ 4.230,88	R\$ 4.527,04	R\$ 4.843,95	R\$ 5.183,10
VII	R\$ 4.442,43	R\$ 5.019,96	R\$ 5.672,60	R\$ 6.410,00
VIII	R\$ 4.664,55	R\$ 5.270,99	R\$ 5.956,23	R\$ 6.730,50
IX	R\$ 4.897,78	R\$ 5.534,54	R\$ 6.254,04	R\$ 7.067,03
X	R\$ 5.142,66	R\$ 5.811,23	R\$ 6.566,75	R\$ 7.420,38
XI	R\$ 5.399,80	R\$ 6.101,81	R\$ 6.895,08	R\$ 7.791,40

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

ANEXO III
Quadro de Enquadramento dos Cargos Efetivos

NOVO CARGO	NÍVEL	CARGOS ENQUADRADOS		
		1ª Instância	2ª Instância	Comuns
Analista Judiciário	Superior	Escrivão, Psicólogo	Taquígrafo Judiciário, Técnico Judiciário, Administrador, Bibliotecário, Contador, Economista, Revisor Gráfico, Técnico em Recursos Humanos	Assistente Social
Técnico Judiciário	Médio	Agente Judiciário, Oficial Escrevente e Contador e Partidor	Almoxarife, Auxiliar de Enfermagem, Recepcionista, Técnico em Arte Final, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Fotocomposição, Técnico em Operação de Fotelito, Técnico em Operação Gráfica, Auxiliar Judiciário	
Oficial de Justiça	Superior	Avaliador e Depositário		Oficial de Justiça
Distribuidor, Contador e Partidor	Médio	Distribuidor		
Agente da Infância e Juventude	Médio	Inspetor de Menores		
Auxiliar Judiciário	Fundamental	Auxiliar de Contador e Partidor, Auxiliar de Distribuidor, Porteiro dos Auditórios	Garçom, Agente de Portaria, Ajudante de Manutenção, Auxiliar de Almoxarife, Auxiliar Gráfico	Bombeiro Hidráulico, Eletricista, Mecânico de Automóvel, Motorista, Agente de Serviço, Telefonista

ANEXO IV
DESCRIPTIVO DE CARGOS E FUNÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO

1.5 Título do cargo: Oficial de Justiça
Alocação: Comarcas e Tribunal de Justiça
Grupo Ocupacional: PTJ - Profissionais Técnicos Judiciários
Forma de Provimento: Efetiva

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Superior Imediato: Juiz Diretor do Fórum

Missão: Garantir que os mandados e demais determinações judiciais sejam cumpridas

Clientes Principais: Juiz, partes e advogados

Atividades: Fazer citações, intimações, notificações, prisões, sequestros, arrestos, penhoras, separação de corpos, integração e reintegração de posse, avaliações e demais medidas determinadas pelo Juiz. Proceder a avaliação, a guarda e conservação de bens, quando necessário, nos moldes da legislação em vigor. Cumprir o mandado e elaborar os documentos relativos, constata, averiguar e fiscalizar as questões ligadas às crianças e adolescentes, controlar a manutenção da frota, elaborar a avaliação judicial e efetuar o leilão.

Requisitos: Conhecimentos: Nível Superior completo em Direito e Noções de Informática.

Habilidades: Comprometimento, probidade, cooperação, autodesenvolvimento, pró-atividade, organização, flexibilidade, comunicação interpessoal.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

No exercício da competência que me é conferida pelo art. 35, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tenho a elevada honra de dirigir-me a Vossas Excelências para submeter à apreciação desse Augusto Parlamento o anexo Projeto de Lei que “Dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos da Lei n. 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”.

De prêmio, insta salientar que o referido Projeto de Lei seguiu os trâmites previstos no art. 15, inciso X, alínea “a”, do citado normativo interno desta Instituição.

O projeto em referência, de autoria do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso - SINDOJUS/MT, traz em seu bojo a reestruturação da carreira de Oficial de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, que deverá ser alterada, exigindo-se, doravante, que a investidura no cargo seja considerada de Nível Superior, provido por bacharéis em Direito.

Nesta quadra deixo consignado que a maioria dos Tribunais pátrios já fez a adequação na carreira dos Oficiais de Justiça em reconhecimento à importância da função que exercem.

Veja por outra encontramos críticas vorazes à categoria, mas poucos param para analisar quão importante para a prestação jurisdicional se apresenta o papel desta categoria de servidores. Eles são os que possibilitam o trâmite processual. E esta mais do que provado que a atuação de um Oficial de Justiça mais capacitado, com conhecimento profundo em Direito, auxilia em muito a celeridade do andamento das causas. De sorte que este Sodalício entende ser este o momento oportuno para a reestruturação da carreira.

Com estas considerações, lastreado no princípio da legalidade, submeto esta proposição para análise dessa laboriosa Casa Legislativa, objetivando a aprovação de Projeto de Lei, em anexo.

Atenciosamente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Cuiabá, 03 de dezembro de 2014
Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.”

“Ofício nº 1.405/2014/INTERMAT-PRES, datado em Cuiabá, 04 de dezembro de 2014, ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior,

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a essa augusta Casa de Leis 01 processo de Regularização de Ocupação, protocolado neste Instituto de Terras em nome de: Ariovaldo Antônio Bernardon para os procedimentos licitatórios por parte deste órgão, visando à titulação definitiva da área em questão, conforme o que preceitua a Constituição do Estado de Mato Grosso.

Respeitosamente,

AFONSO DALBERTO
Presidente do INTERMAT.”

“Ofício nº 1407/2014/INTERMAT-PRES, datado em Cuiabá, em 03 de dezembro de 2014, ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior,

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a essa augusta Casa de Leis processos de Regularização de Ocupação, protocolado neste Instituto de Terras em nome de: 3 processos de Luiza Leonilde F Dagnani, 04 de Deoclecia Dognani Yacubian, 1 Maurício Murato, Valtemiro Toniazzo, 2 de Antônio da Cunha Barbosa, Maurício Germino da Silva, 2 de Roni Carlos Dona, 1 de Bruno Meira Scatola, 2 de Edeniusa da Silva Touro, 2 de José Evaldo Dona e 2 de Jamir Scatola, para os procedimentos licitatórios por parte deste órgão, visando à titulação definitiva da área em questão, conforme o que preceitua a Constituição do Estado de Mato Grosso.

Respeitosamente,

AFONSO DALBERTO
Presidente do INTERMAT.”

“Ofício nº 065/14-SULEGIS, datado em 02 de dezembro de 2014, do Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior:

Em cumprimento ao estabelecido nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição Estadual, tenho a honra de devolver a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que ‘torna obrigatório todas as unidades componentes do Sistema Estadual de Regulação de Mato Grosso publicarem, no *Diário Oficial do Estado*, a cada 90 (noventa) dias, as listas de seus procedimentos de alta complexidade’, de autoria do Deputado Guilherme Maluf,, aprovado pelo Poder Legislativo em Sessão Ordinária do dia 1º de abril de 2014, ao qual ofereci Veto Total, conforme as razões que acompanham o presente.

Atenciosamente,

SILVAL DA CUNHA BARBOSA.
Governador do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Excelentíssimos Senhores Integrantes
do Poder Legislativo Mato-Grossense:

No exercício das prerrogativas contidas nos artigos 42, § 1º, ao 66, inciso IV, todos das Constituição do Estado de Mato Grosso, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as RAZÕES DE VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei que ‘torna obrigatório todas as unidades componentes do Sistema Estadual de Regulação de Mato Grosso publicarem, no Diário Oficial do Estado, a cada 90 (noventa) dias, as listas de seus procedimentos de alta complexidade’, de autoria do Deputado Guilherme Maluf, aprovado pelo Plenário desse Poder, o em Sessão Ordinária do dia 11 de novembro de 2014.

Em que pese o nobre intuito do membro do Poder Legislativo, o Projeto de Lei em tela viola o artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘d’, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Com efeito, a proposição, embora louvável, prevê atribuição à Secretaria de Estado de Saúde, a quem competiria promover, periodicamente, a publicação das listas de seus procedimentos de alta complexidade.

Como é fácil perceber, trata-se de matéria cuja produção normativa compete, por força do dispositivo legal já mencionado, privativamente ao Chefe do Poder Executivo, verificando-se, no caso, flagrante vício de iniciativa.

Desta forma, observa-se que a presente proposição viola, ainda, o Princípio da Separação dos Poderes, insculpido no artigo 2º da Carta Magna e no artigo 9º da Carta Estadual.

Sendo assim, Senhores Parlamentares, por absoluta inconstitucionalidade, ante a violação dos artigos 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘d’, e 9º, ambos da Constituição do Estado de Mato Grosso, veto integralmente o Projeto de Lei apresentado à chancela do Poder Executivo, submetendo-o à apreciação dos membros dessa Casa de Leis, aguardando sua acolhida nos termos das razões expostas.

Nesta oportunidade, reitero aos Ilustres Deputados protestos de alta consideração e distinguido apreço.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 02 de dezembro de 2014.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado José Domingos Fraga (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Alexandre Cesar.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa e público que acompanha esta Sessão nas galerias e pelas mídias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, encaminho a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, a apreciação por parte da Comissão de Constituição Justiça e Redação do Veto Parcial nº 47/14, aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 240/14, que “altera dispositivo da Lei nº 8.321, de 12 de maio de 2005 que dispõe sobre a criação da Carreira dos Profissionais da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso-POLITEC-MT, e dá outras providências”, com Parecer unânime pela derrubada do Veto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Encaminho, também, Sr. Presidente, para Vossa Excelência, restituindo a Vossa Excelência, o Projeto de Emenda Constitucional nº 09/14, de autoria do Deputado Riva, que acrescenta dispositivos à Constituição do Estado de Mato Grosso, dispondo sobre a atuação da Procuradoria Legislativa.

Esta PEC recebeu Substitutivo integral por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e já conta com o Parecer unânime, também, pela aprovação da PEC nos termos do Substitutivo apresentado.

Ainda, Sr. Presidente, apresento um conjunto de proposições, dentre elas um Substitutivo Integral à PEC 10/2014, que modifica o § 2º do art. 52 da constituição do Estado de Mato Grosso.

PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a validade de diploma e certificado de curso ou programa à distância no âmbito da Administração Pública do Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Para efeito de provimento de cargo, função ou emprego público no âmbito da Administração Pública do Estado, o diploma e o certificado de curso ou programa à distância expedidos por instituição credenciada e registrados na forma da lei têm a mesma validade daqueles decorrentes de curso ou programa presencial.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Do Mérito

É do conhecimento de todos que a educação a distância contribui fortemente para a democratização do acesso à educação, em todos os níveis, mais especialmente ao ensino superior público. Segundo dados da Secretaria de Ensino à Distância do Ministério da Educação, a evolução da modalidade de educação à distância no Brasil, de 2000 a 2008, foi excepcional, saltando de 1.682 para 760.599 alunos, e revelou o desempenho excepcional dos graduandos à distância, mais bem avaliados em 7 das 13 áreas analisadas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A excelente estrutura do sistema de educação à distância, no Brasil, hoje, garante a qualidade na graduação ofertada. Entre os referenciais, ainda segundo a Secretaria, podemos destacar a avaliação, a equipe multidisciplinar, a infraestrutura de apoio, o material didático e os sistemas de educação.

Na formação técnica profissional de nível médio à distância, a Secretaria trabalha com a perspectiva atendimento de 200 mil alunos em mil escolas-polo até 2010, através da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-tec Brasil). Em 2008, eram ofertados 147 cursos, com 11.200 estudantes matriculados.

No Brasil, a modalidade de educação à distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece, em seu art. 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação à distância em todos os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

níveis e modalidades de ensino. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos n. 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto n. 5.622, em vigência desde sua publicação em 20/12/2005.

Pelo Decreto nº 5.622 ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação à distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação.

O art. 1º desse decreto caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Além disso, como afirma José Manuel Moran, especialista em projetos inovadores em educação e professor aposentado da Universidade de São Paulo - USP -, a educação a distância é um caminho estratégico para realizar mudanças nas políticas públicas da área, em especial para propiciar o acesso de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de cursar a educação básica ou superior em idade própria, e para fomentar o aprendizado ao longo da vida, a formação continuada e o aperfeiçoamento profissional, possibilitando ao aluno conciliar estudo e trabalho. De acordo com o especialista, “As crianças, pela especificidade de suas necessidades de desenvolvimento e socialização, não podem prescindir do contato físico, da interação. Mas nos cursos médios e superiores, o virtual, provavelmente, superará o presencial. Haverá, então, uma grande reorganização das escolas. Edifícios menores. Menos salas de aula e mais salas ambiente, salas de pesquisa, de encontro, interconectadas. A casa e o escritório serão, também, lugares importantes de aprendizagem”.

Se antes era vista como modalidade secundária ou mesmo como ferramenta para situações pedagógicas específicas, a educação a distância, em breve, com a contínua complexidade da vida social e a convergência das mídias, será provavelmente a regra, e não a exceção.

Portanto, distinguir títulos acadêmicos em razão da natureza da metodologia de ensino é estar na contramão do avanço tecnológico conquistado pelas sociedades contemporâneas.

Este projeto de lei busca atender a uma demanda atual de acadêmicos que frequentam ensino nas modalidades de ensino à distância e semipresencial no Estado. Milhares de cidadãos residentes em nosso Estado estudam utilizando-se desta modalidade de ensino superior, normatizada pelo MEC e autorizada a funcionar pelo mesmo. Esses cidadãos e cidadãs têm reclamado de insegurança junto ao mercado de trabalho, por um preconceito aos acadêmicos desta forma de ensino. Ocorre que os órgãos governamentais, ao autorizar um Instituição de Ensino Superior a funcionar e abrir cursos à distância, determinam uma série de condições para seu funcionamento, assim como em cursos totalmente presenciais, condições que impingem qualidade de ensino.

Os alunos do EAD frequentam aulas, pesquisam, apresentam trabalho de conclusão de curso, enfim têm uma vida acadêmica absolutamente regular, e no último ENADE obtiveram melhores resultados que seus colegas de ensino presencial.

Pelo exposto, é claro e consistente que quaisquer tratamentos diferenciados para alunos de EAD em detrimento de acadêmicos de ensino presencial é no mínimo injusto, ainda que em nosso entender ilegal.

Ocorre que atualmente em alguns locais do Brasil, em alguns concursos públicos e também em conselhos regionais de determinadas categorias, tem ocorrido uma flagrante

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

discriminação à estes diplomados ou acadêmicos, o que deve ser abolido. O objetivo do projeto é salvaguardar os interesses destes cidadãos que se matricularam, dentro de normas legais, em cursos autorizados pelos órgão competentes, e agora tem sido objeto de tratamento preconceituoso e ilegal.

Da Clareza e Precisão do Projeto

O propósito da presente Lei é a introdução de definição legal na sistematicidade jurídica vigente no Estado de Mato Grosso, conforme inciso I do § 2º. do artigo 9º. da Lei Complementar nº. 06/90. Ademais, o Projeto segue cabalmente as disposições do mesmo diploma legal, em especial o disposto no artigo 8º.

Da Possibilidade de Iniciativa

Mister se faz ressaltar que não há no bojo da propositura qualquer atribuição dada a nenhuma Secretaria. Não elenca qualquer das Secretarias e Estado ou órgãos da Administração. Não implica despesas para o erário, pois contém enunciado de caráter meramente genérico.

O escopo do presente está inserido, mormente, no art. 7º., inciso XVIII, da Constituição Federal. De igual forma, o projeto não tem qualquer vício de intenção de usurpação da prerrogativa de iniciativa de processo legislativo, e, sim a concretização de um dos objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito descrito no artigo 3º da Constituição Federal Brasileira:

“Artigo 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Poderíamos elencar outros comandos constitucionais, como o princípio da dignidade humana, onde o valor da dignidade da pessoa humana deve ser entendido como o absoluto respeito aos seus direitos fundamentais, assegurando-se condições de dignas de existência para todos.

Em análise superficial, o Projeto em tela confrontaria o princípio constitucional da Separação dos Poderes e ofenderia as autonomias administrativas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, contrariando o disposto no art. 39 da Constituição do Estado.

No entanto, uma visão aprofundada cobra relevo destacar que a separação de poderes é, primeiro, mecanismo de repartição de funções, de tal forma que cada um dos poderes, a seu turno, se especialize em sua matéria e, segundo, instrumento de contenção dos poderes, permitindo-se, pois, que um fiscalize o outro.

Não é vedado, porém, que um auxilie o outro, caracterizando uma interdependência necessária, natural e salutar.

Imperioso trazer à colação os comentários de Paulo Bonavides acerca da necessidade de uma reavaliação do princípio da separação de poderes: "Numa idade em que o povo organizado se fez o único e verdadeiro poder e o Estado contraiu na ordem social responsabilidades que o Estado liberal jamais conheceu, não há lugar para a prática de um princípio rigoroso de separação" [\[1\]](#).

Consta do art. 2º da Constituição Federal de 1988 que "são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário são expressões que possuem duplo sentido, pois exprimem as funções legislativa, executiva e jurisdicional e indicam os respectivos órgãos. Em verdade, o poder é uno, sendo dividido em funções.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Acresce-se o fato de que os poderes estão de tal forma repartidos e equilibrados entre os diferentes órgãos que nenhum pode ultrapassar os limites estabelecidos pela Constituição sem ser eficazmente detido e contido pelos outros, ou seja, num sistema de "freios e contrapesos"[\[2\]](#).

O princípio da separação de poderes vale unicamente por técnica distributiva de funções, e não em termos de incomunicabilidade, antes sim de íntima cooperação, harmonia e equilíbrio, sem nenhuma linha que marque separação absoluta ou intransponível[\[3\]](#).

Dessa forma, deve-se aferir o sentido do princípio da separação de poderes em relação à função legislativa, observando que o exercício da função legislativa pelo Poder Executivo é decorrência natural da evolução do Estado, sendo necessariamente compatível com a democracia e a separação dos poderes, com essa competência manifestando-se por várias formas no Estado de Direito contemporâneo.

Ademais, resta salientar que a aparente antinomia de princípios não de ser realizados - sua resolução -, via leitura sistemática da Constituição Federal, visando o seu conteúdo global e conteúdo jurídico, sopesando a razoabilidade e a proporcionalidade da matéria. Uma leitura hermenêutica da Carta Magna caberia apenas ao Constituinte Originário.

Os conflitos de regras são resolvidos na dimensão da validade, em que a aplicação de uma regra importa na não-aplicação da outra.

Obviamente, esse tipo de lei é possível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto. Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição. Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa.

Por derradeiro, o contexto em que se situa o Poder Legislativo, expressão que, na teoria da divisão de poderes, exprime duas ideias necessariamente interdependentes: (a) poder legislativo no sentido de função legislativa, como está no art. 44 da CF/88 e no art. 39 da Constituição Estadual; (b) Poder Legislativo no sentido de órgão ou órgãos que exercem a função legislativa - e é o sentido que está no art. 2º. Da CF/88 quando declara que são Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (aí a independência orgânica).

Poder Legislativo é, pois, o órgão coletivo (ou conjunto de órgãos coletivos) compostos de membros eleitos pelo povo destinado a exercer a função de legislar, sem prejuízo de outras que a doutrina costuma destacar.

Quando se fala em funções do Poder Legislativo, está-se pensando nas funções que se atribuem aos órgãos desse Poder. Esquemáticamente, podemos dizer que as funções fundamentais do Poder Legislativo são de representação, *a de* legislação, *a de* legitimação da atuação governamental e *a de* controle.

Por fim, a possibilidade de iniciativa da presente matéria está esculpida no artigo 25 da Constituição Estadual e nos artigo 24, XII da Constituição Federal.

Resta caracterizar que a iniciativa desta Lei, se não atendido pelo asseverado no acima elencado, está assegurada, pois o artigo 26 da Constituição do Estado determina que nas interpretações possíveis deverá haver o zelo pela preservação da competência legislativa da Assembleia Legislativa[\[4\]](#).

Pelos motivos expostos Senhor Presidente, aguardo pela aprovação do presente Projeto de Lei pelo Plenário desta Casa.

[\[1\]](#) BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, 10ª ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2001, p. 146.

[\[2\]](#) Adaptação do “*checks and balances*” do direito norte-americano.

[3] Paulo Bonavides, ob. cit., p. 147

[4] “Art. 26 É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: (...) IX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;”

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 11 de dezembro de 2014.
Deputado ALEANDRE CESAR - PT

PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a criação, a gestão e o funcionamento de museus no Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A criação, a gestão e o funcionamento de museus no Estado atenderão ao disposto nesta lei, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

§ 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos, abertas ao público, que conservam, investigam, divulgam, interpretam e expõem conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, natural, científico, técnico ou cultural, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, visitação, entretenimento e fruição, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

§ 2º Além das instituições previstas no § 1º, poderão ser considerados museus, para fins do disposto nesta lei, as organizações e os locais, inclusive virtuais, em que sejam divulgados acervos ou desenvolvidas ações com o objetivo de fortalecer processos de construção identitária e ampliar o acesso ao patrimônio cultural.

Art. 2º Esta lei não se aplica a bibliotecas, arquivos, centros de documentação e coleções visitáveis.

Parágrafo único Para fins do disposto neste artigo, consideram-se coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por pessoa física ou jurídica, abertos, ainda que esporadicamente, à visitação, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta lei.

Art. 3º São princípios dos museus:

I - a valorização e a preservação do patrimônio cultural e ambiental do Estado;

II - a universalização do acesso aos bens culturais do Estado;

III - o respeito e a valorização da diversidade cultural, regional, étnica e linguística do Estado;

IV - a promoção da cidadania;

V - a promoção do intercâmbio cultural.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO DOS MUSEUS

Seção I
Da Criação e da Extinção de Museus

Art. 4º É facultada a qualquer entidade, independentemente do regime jurídico, a criação de museu, observado o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 11.904, de 2009.

Art. 5º A criação, a fusão e a extinção de museus dar-se-ão por meio de documento público e deverão ser comunicadas ao órgão estadual competente.

Art. 6º A denominação de museu estadual só poderá ser adotada por museu integrante da administração pública estadual ou por museu autorizado pelo Estado a utilizá-la.

Art. 7º A denominação de museu municipal só poderá ser adotada por museu integrante da administração pública municipal ou por museu autorizado pelo município a utilizá-la.

Art. 8º As entidades públicas e privadas gestoras de museus definirão o enquadramento orgânico e aprovarão o regimento da instituição museológica.

Seção II
Dos Museus Públicos

Art. 9º São museus públicos as instituições museológicas integrantes da administração pública.

Art. 10 O Poder Público estabelecerá planejamento anual, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades, observada a disponibilidade financeira e orçamentária doente responsável.

Art. 11 O servidor de museu público é impedido de atuar, direta ou indiretamente, em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas a servidor de museu público a pedido de órgão da administração pública, mediante designação formal, nos termos de regulamento.

Seção III
Do Acervo dos Museus

Art. 12 Os bens culturais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à cultura, à memória e ao ambiente natural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, poderão ser incorporados ao acervo dos museus.

Art. 13 Poderá ser declarado de interesse público, no todo ou em parte, o acervo de museu privado cujo valor cultural e cuja importância para fins de pesquisa e acesso conferirem-lhe destacada relevância cultural e social.

Parágrafo único Aos museus privados cujo acervo tenha sido declarado de interesse público poderão ser concedidos benefícios pelo poder público, nos termos da legislação vigente.

Art. 14 Os museus formularão e, quando for o caso, submeterão à aprovação da entidade gestora a política de aquisição e descarte de bens culturais, atualizada periodicamente.

Art. 15 Os museus públicos darão publicidade aos termos de descarte a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no diário oficial dos Poderes do Estado.

Art. 16 Os museus manterão documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seu acervo, na forma de registros e inventários.

Art. 17 O Poder Público criará e manterá inventário estadual dos bens culturais dos museus localizados no Estado.

§ 1º O inventário estadual consiste em banco de dados, mantido pelo órgão estadual competente, dos bens culturais existentes em cada museu, sistematizado e atualizado periodicamente, de modo a permitir sua identificação e proteção.

§ 2º A fim de garantir a integridade do inventário estadual, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados relativos aos bens culturais de seu acervo.

Art. 18 Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse estadual e serão conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar sua destruição, perda ou deterioração.

Art. 19 O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisição e descarte, a identificação e a caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis ao acervo e as atividades com fins de documentação, conservação, interpretação e exposição e de educação promovidas pela instituição museológica.

Art. 20 O Estado adotará medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de seu acervo museológico, observados os critérios de proteção de bens culturais estabelecidos na legislação vigente.

Art. 21 A transferência de peça de acervo de museu público ou declarado de interesse público para o exterior observará o disposto na legislação em vigor, em especial o art. 14 do Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, e a Lei Federal nº 4.845, de 19 de novembro de 1965.

Art. 22 Em caso de extinção de museu público ou de museu privado cujo acervo tenha sido declarado de interesse público, no todo ou em parte, os bens de seu acervo serão transferidos e conservados por órgão da administração pública competente ou museu público.

Seção IV

Do Acesso aos Museus, da Difusão Cultural e da Ação Educativa

Art. 23 Os museus adotarão medidas a fim de garantir a universalização do acesso aos bens culturais de seu acervo, observado o plano de segurança a que se refere o art. 32 e as diretrizes desta lei.

Art. 24 A gratuidade ou a onerosidade do ingresso será estabelecida pelo museu ou pela entidade gestora, considerando as especificidades dos diferentes públicos e a legislação vigente.

Art. 25 Os museus poderão autorizar ou produzir publicações e reproduções dos bens culturais de seu acervo, de forma a ampliar o acesso público, o conhecimento e a reflexão acerca do valor simbólico desses bens.

§ 1º Os museus adotarão medidas a fim de garantir a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos das publicações e reproduções a que se refere o **caput**, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º As reproduções e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 26 Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único O acesso de que trata este artigo será fundamentado nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual e de imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 27 Os museus zelarão pela proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos fins educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 28 Os museus promoverão ações educativas e de incentivo à pesquisa, a fim de contribuir para ampliar o acesso da sociedade aos bens culturais e ao patrimônio material e imaterial do Estado.

Art. 29 Os museus promoverão oportunidades de prática profissional aos estudantes de cursos de museologia e de outros cursos afins à área museológica.

Art. 30 Os museus promoverão estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas de suas atividades, visando à progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e do atendimento ao público.

Parágrafo único As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, conforme regulamento.

Seção V

Da Segurança, da Preservação, da Conservação e da Restauração

Art. 31 Os museus disporão de condições de segurança que garantam a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos funcionários e das instalações.

Art. 32 Cada museu disporá de plano de segurança periodicamente testado para prevenir danos.

§ 1º O plano de segurança de cada museu tem natureza confidencial.

§ 2º Os órgãos de segurança pública poderão cooperar com os museus na definição do plano de segurança e na aprovação dos equipamentos de prevenção de danos.

Art. 33 Os museus colaborarão com os órgãos de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e ao tráfico de bens culturais.

Art. 34 A alienação, a restauração, a reforma ou o descarte de bem cultural de acervo de museu público ou declarado de interesse público dependem de parecer prévio do órgão estadual competente.

Parágrafo único A restauração a que se refere o caput deverá ser feita mediante fiscalização do órgão estadual competente.

Art. 35 O titular de instituição museológica que autorize a realização de obra ou trabalho de restauração, preservação ou conservação de bem cultural sob a guarda da instituição será solidariamente responsável em caso de dano irreparável ou destruição do bem cultural objeto da intervenção.

Seção VI

Da Interação entre os Museus e a Sociedade

Art. 36 Os museus estabelecerão mecanismos de colaboração com outras entidades, nos termos de regulamento, em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta lei.

Art. 37 Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos de museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da sociedade, conforme regulamento.

Art. 38 Para os efeitos desta lei, consideram-se associações de amigos de museus as sociedades civis sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que atendam aos seguintes requisitos:

I - façam constar em seu instrumento constitutivo, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, em especial àquelas destinadas ao público em geral;

II - não adotem restrições à adesão de novos membros;

III - vedem a remuneração da diretoria.

§ 1º O reconhecimento da associação de amigos de museus será efetuado em documento elaborado pela entidade gestora do museu ou pelo órgão competente.

§ 2º As associações de amigos de museus publicarão seus balanços periodicamente.

Art. 39 A associação de amigos, no exercício de suas funções, submeterá seus planos, projetos e ações à aprovação prévia da instituição museológica.

CAPÍTULO III DO PLANO MUSEOLÓGICO

Art. 40 Os museus elaborarão e implementarão plano museológico.

Parágrafo único Considera-se plano museológico o instrumento de planejamento e ordenamento da instituição museológica, contendo a definição da vocação, dos objetivos e das atividades a serem desenvolvidas pela instituição, com a finalidade de sistematizar o trabalho interno da instituição e de amparar sua atuação na sociedade.

Art. 41 O plano museológico conterá:

I - a definição da função a ser desempenhada pelo museu na comunidade em que está inserido, bem como suas metas, objetivos e diretrizes de funcionamento;

II - a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob a guarda do museu;

III - a identificação dos públicos a que se destina o trabalho do museu;

IV - a política de aquisições e descartes de bens culturais do acervo do museu;

V - a descrição das condições de funcionamento da instituição;

VI - o detalhamento dos programas:

a) institucional;

b) de gestão de pessoas;

c) de acervos;

d) de exposições;

- e) educativo e cultural;
- f) de pesquisa;
- g) arquitetônico-urbanístico;
- h) de segurança;
- i) de financiamento e fomento;
- j) de comunicação.

§ 1º O plano museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários do museu, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levando em conta as especificidades da instituição.

§ 2º O plano museológico será avaliado e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS

Art. 42 O Sistema Estadual de Museus, constituído por meio da adesão voluntária das instituições museológicas sediadas no Estado, tem a finalidade de promover a interação e a articulação dos museus e instituições que desenvolvam projetos museológicos em Mato Grosso, respeitando suas autonomias administrativa, cultural e técnico-científica.

Art. 43 O Sistema Estadual de Museus terá um comitê gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações e de apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico mato-grossense.

Parágrafo único O comitê gestor do Sistema Estadual de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com efetiva atuação na área museológica, na forma de regulamento.

Art. 44 São objetivos do Sistema Estadual de Museus:

- I - incentivar a disseminação de conhecimentos e de procedimentos técnico-científicos da área museológica;
- II - estimular a concepção, o desenvolvimento e a avaliação de programas, projetos e ações educativas e culturais na área museológica;
- III - promover e apoiar os programas e projetos de incremento, intercâmbio e qualificação das equipes e dos profissionais das instituições museológicas;
- IV - estimular a participação da sociedade na estruturação e no desenvolvimento do setor museológico mineiro;
- V - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas municipais e regionais de museus, bem como o intercâmbio e a articulação das instituições museológicas com o Sistema Brasileiro de Museus;
- VI - promover a atualização permanente do cadastro dos museus situados no Estado;
- VII - contribuir para o planejamento das políticas para a área museológica;
- VIII - propor diretrizes para a gestão, a aquisição, o descarte, a documentação, a pesquisa, a preservação, a conservação, a restauração, a segurança, a proteção e a difusão de acervos museológicos;
- IX - facilitar o acesso a recursos, financiamentos e mecanismos de fomento para a área museológica.

Art. 45 Poderão integrar o Sistema Estadual de Museus, mediante formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente:

- I - os museus públicos;
- II - os museus e as instituições que desenvolvam projetos museológicos vinculados aos demais Poderes do Estado, bem como os de âmbito federal e municipal;
- III - os museus privados e as instituições privadas que desenvolvem projetos museológicos, inclusive aquelas das quais o poder público participe;
- IV - as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;
- V - as instituições de ensino oficialmente reconhecidas que mantenham cursos relacionados com a área museológica;
- VI - outras entidades vinculadas à área museológica.

Art. 46 Os museus integrantes do Sistema Estadual de Museus terão prioridade nas políticas de fomento voltadas para a área museológica.

Art. 47 O órgão estadual competente manterá cadastro atualizado das instituições museológicas integrantes do Sistema Estadual de Museus.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 48 As instituições museológicas que descumprirem o disposto nesta lei ficarão sujeitas, sem prejuízo das penalidades definidas na legislação federal, em especial nos arts. 62 a 64 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, de maneira progressiva, às seguintes penalidades, na forma do regulamento:

- I - notificação formal, pelo órgão competente do Estado, estipulando plano de ação corretiva e prazo para sua efetivação;
- II - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público e suspensão do acesso a editais de fomento, pelo prazo de cinco anos;
- III - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;
- IV - vedação da celebração de contrato com o poder público, pelo prazo de cinco anos;
- V - suspensão parcial de suas atividades;
- VI - multa simples ou diária, em valor correspondente a, no mínimo, 05 UPF (cinco Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso) e, no máximo, 500 (quinhentas) UPF/MT, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica.

§ 1º Fica vedada a cobrança, pelo Estado, da multa a que se refere o inciso VI do *caput* caso ela já tenha sido cobrada pelo município ou pela União.

§ 2º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste artigo, fica o infrator obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II a IV do *caput*, o ato declaratório de perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira responsável pela concessão do benefício, incentivo ou financiamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

§ 4º Verificada a reincidência do descumprimento do disposto nesta lei, a pena de multa poderá ser agravada.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 O Estado estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo aos museus mato-grossenses.

Art. 50 O Estado adotará política de apoio à municipalização e à regionalização dos museus, assegurado o intercâmbio cultural entre as diversas regiões do Estado.

§ 1º O órgão estadual competente desenvolverá, junto aos municípios, ações de incentivo à preservação, à conservação e à valorização dos bens culturais das comunidades, bem como à manutenção e à expansão das instituições museológicas locais.

§ 2º Nas ações de municipalização e regionalização, especial atenção será dada às localidades e regiões nas quais existam aldeamentos ou agrupamentos indígenas, de modo a incentivar a integração de bens culturais representativos desses povos ao acervo das instituições museológicas.

Art. 51 Os museus sediados no Estado terão prazo de cinco anos, contados da data de publicação desta lei, para se adequarem a suas disposições, salvo no que se refere às providências determinadas pela Lei Federal nº 11.904, de 2009, às quais se aplica o prazo previsto nessa lei federal.

Art. 52 Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 53 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Do Mérito

O hábito humano de colecionar - objetos de valor afetivo ou material, objetos curiosos ou exóticos, obras de arte, raridades - está disseminado nas diferentes culturas desde a antiguidade. O valor pessoal e social que se atribuiria a tais objetos justificaria, desde então, a preocupação com a sua preservação para as gerações vindouras. Esse hábito começou a tomar forma institucional na Europa a partir das primeiras navegações. Surgiram os chamados “gabinetes de curiosidades”, que reuniam peças das mais variadas naturezas e procedências, formando coleções heterogêneas e não sistemáticas. Esses gabinetes foram a gênese dos atuais museus.

No mundo atual, os museus são entendidos como “lugares da memória”, locais físicos (de “pedra e cal”) ou virtuais, nos quais estão depositados objetos representativos da sociedade em que estão inseridos. São também considerados espaços privilegiados de transmissão do conhecimento, fortalecimento da cidadania e respeito à diversidade cultural.

Assim, um museu é “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade”, segundo definição constante em publicação de 2001 do International Council of Museums - Conselho Internacional de Museus - organização não governamental vinculada à Unesco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Os primeiros museus brasileiros - a despeito de experiências do período colonial que não tiveram continuidade - surgiram após a chegada da família real portuguesa, no início do século XIX. De acordo com o Ministério da Cultura, o Brasil iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI com 2.440 unidades museológicas.

Nos últimos dez anos, os museus públicos, privados e mistos brasileiros vêm sendo integrados em uma grande rede, articulação que levou à criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais, do Estatuto de Museus - Lei Federal nº 11.904, de 14/1/2009 - e do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura.

Em paralelismo ao que dispõe a Lei Federal nº 11.904, de 2009, já citada, o projeto em epígrafe busca estabelecer um efetivo arcabouço legal para a institucionalização dos museus situados em território matogrossense.

Em tempo, o Sistema Estadual de Museus incorpora, com a necessária adequação às exigências da técnica legislativa, apoio aos municípios e estimula a adesão de outros museus ao referido sistema. A matéria é particularmente relevante se considerarmos os desafios que proeminentes instituições museológicas enfrentam na sua missão de preservar o patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, torná-lo acessível a cada vez mais pessoas.

Da Clareza e Precisão do Projeto

O propósito da presente Lei é a introdução de definição legal na sistematicidade jurídica vigente no Estado de Mato Grosso, conforme inciso I do § 2º. do artigo 9º. da Lei Complementar nº. 06/90. Ademais, o Projeto segue cabalmente as disposições do mesmo diploma legal, em especial o disposto no artigo 8º.

Da Possibilidade de Iniciativa

Mister se faz ressaltar que não há no bojo da propositura qualquer atribuição dada a nenhuma Secretaria. Não elenca qualquer das Secretarias e Estado ou órgãos da Administração. Não implica despesas para o erário, pois contém enunciado de caráter meramente genérico.

O escopo do presente está inserido, mormente, no art. 7º., inciso XVIII, da Constituição Federal. De igual forma, o projeto não tem qualquer vício de intenção de usurpação da prerrogativa de iniciativa de processo legislativo, e, sim a concretização de um dos objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito descrito no artigo 3º da Constituição Federal Brasileira:

“Artigo 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Poderíamos elencar outros comandos constitucionais, como o princípio da dignidade humana, onde o valor da dignidade da pessoa humana deve ser entendido como o absoluto respeito aos seus direitos fundamentais, assegurando-se condições de dignas de existência para todos.

Em análise superficial, o Projeto em tela confrontaria o princípio constitucional da Separação dos Poderes e ofenderia as autonomias administrativas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, contrariando o disposto no art. 39 da Constituição do Estado.

No entanto, uma visão aprofundada cobra relevo destacar que a separação de poderes é, primeiro, mecanismo de repartição de funções, de tal forma que cada um dos poderes, a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

seu turno, se especialize em sua matéria e, segundo, instrumento de contenção dos poderes, permitindo-se, pois, que um fiscalize o outro.

Não é vedado, porém, que um auxilie o outro, caracterizando uma interdependência necessária, natural e salutar.

Imperioso trazer à colação os comentários de Paulo Bonavides acerca da necessidade de uma reavaliação do princípio da separação de poderes: "*Numa idade em que o povo organizado se fez o único e verdadeiro poder e o Estado contraiu na ordem social responsabilidades que o Estado liberal jamais conheceu, não há lugar para a prática de um princípio rigoroso de separação*" [1].

Consta do art. 2º da Constituição Federal de 1988 que "são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário são expressões que possuem duplo sentido, pois exprimem as funções legislativa, executiva e jurisdicional e indicam os respectivos órgãos. Em verdade, o poder é uno, sendo dividido em funções.

Acresce-se o fato de que os poderes estão de tal forma repartidos e equilibrados entre os diferentes órgãos que nenhum pode ultrapassar os limites estabelecidos pela Constituição sem ser eficazmente detido e contido pelos outros, ou seja, num sistema de "freios e contrapesos" [2].

O princípio da separação de poderes vale unicamente por técnica distributiva de funções, e não em termos de incomunicabilidade, antes sim de íntima cooperação, harmonia e equilíbrio, sem nenhuma linha que marque separação absoluta ou intransponível [3].

Dessa forma, deve-se aferir o sentido do *princípio da separação de poderes* em relação à função legislativa, observando que o exercício da função legislativa pelo Poder Executivo é decorrência natural da evolução do Estado, sendo necessariamente compatível com a democracia e a separação dos poderes, com essa competência manifestando-se por várias formas no Estado de Direito contemporâneo.

Ademais, resta salientar que a aparente antinomia de princípios não de ser realizados - sua resolução -, via leitura sistemática da Constituição Federal, visando o seu conteúdo global e conteúdo jurídico, sopesando a razoabilidade e a proporcionalidade da matéria. Uma leitura hermenêutica da Carta Magna caberia apenas ao Constituinte Originário.

Os conflitos de regras são resolvidos na dimensão da validade, em que a aplicação de uma regra importa na não-aplicação da outra.

Obviamente, esse tipo de lei é possível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto. Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição. Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa.

Por derradeiro, o contexto em que se situa o *Poder Legislativo*, expressão que, na teoria da divisão de poderes, exprime duas ideias necessariamente interdependentes: (a) *poder legislativo* no sentido de função legislativa, como está no art. 44 da CF/88 e no art. 39 da Constituição Estadual. (b) *Poder Legislativo* no sentido de órgão ou órgãos que exercem a função legislativa - e é o sentido que está no art. 2º. Da CF/88 quando declara que são Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (aí a independência orgânica).

Poder Legislativo é, pois, o órgão coletivo (ou conjunto de órgãos coletivos) compostos de membros eleitos pelo povo destinado a exercer a função de legislar, sem prejuízo de outras que a doutrina costuma destacar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Quando se fala em funções do Poder Legislativo, está-se pensando nas funções que se atribuem aos órgãos desse Poder. Esquemáticamente, podemos dizer que as funções fundamentais do Poder Legislativo são de representação, a de legislação, a de legitimação da atuação governamental e a de controle.

Por fim, a possibilidade de iniciativa da presente matéria está esculpida no artigo 25 da Constituição Estadual e nos artigos 23, III, IV e V e 24, VII da Constituição Federal.

Resta caracterizar que a iniciativa desta Lei, se não atendido pelo asseverado no acima elencado, está assegurada, pois o artigo 26 da Constituição do Estado determina que nas interpretações possíveis deverá haver o zelo pela preservação da competência legislativa da Assembleia Legislativa[4].

Pelos motivos expostos Senhor Presidente, aguardo pela aprovação do presente Projeto de Lei pelo Plenário desta Casa.

Respeitosamente,

[1] BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*, 10ª ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2001, p. 146.

[2] Adaptação do "*checks and balances*" do direito norte-americano.

[3] Paulo Bonavides, ob. cit., p. 147

[4] “Art. 26 É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: (...) IX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;”

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado ALEXANDRE CESAR - PT

PROJETO DE LEI:

Veda a prática de trote estudantil violento nos estabelecimentos que menciona.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É vedada a prática de trote estudantil violento nos estabelecimentos de ensino médio, públicos e privados e nos estabelecimentos públicos de educação superior, integrantes do sistema estadual de educação.

Parágrafo único Para efeito desta lei, considera-se trote estudantil violento aquele que configure agressão física, psicológica ou moral ou outra forma de constrangimento ou coação contra alunos dos estabelecimentos a que se refere o *caput*.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º incentivarão, com a supervisão do corpo docente, a realização de atividades solidárias como forma de integração entre alunos novatos e veteranos.

Art. 3º Comprovado que o estabelecimento de que trata o art. 1º, por ação ou omissão, contribuiu para a ocorrência de trote violento, fica o agente responsável sujeito às penalidades estabelecidas em regulamento, na proporção de sua culpa, assegurado o direito de defesa, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 4º Os estudantes que praticarem trote violento, nos termos do art. 1º, sujeitam-se às sanções previstas no regimento do estabelecimento de ensino, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

Art. 5º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º veicularão informações a respeito do conteúdo desta lei e de seu regulamento, em especial durante a primeira semana do período letivo.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 9.325, de 17 de março de 2010.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Do Mérito

O projeto de lei tem como objetivo proibir a prática do trote violento aos estudantes novatos nos estabelecimentos de ensino integrantes do sistema estadual de educação. Para o alcance desse objetivo, propõe a realização de atividades solidárias como forma de integração entre alunos novatos e veteranos e a divulgação de informações a respeito da vedação que se pretende instituir. Além disso, revoga a Lei 9.325, de 17 de março de 2010, que proíbe toda forma de trote estudantil em escolas superiores (sic) e universidades do Estado.

O trote estudantil consiste em brincadeiras realizadas pelos estudantes veteranos, cujo objetivo seria, em tese, receber e integrar os estudantes novatos - calouros ou “bixos” - na instituição de ensino.

Tradicionalmente, o trote estudantil pode ter um traço de violência e muitas vezes pode causar lesões físicas e constrangimento aos alunos novatos. Nas universidades brasileiras, há registros de trotes estudantis aviltantes. Em alguns casos, culminaram até mesmo na morte das vítimas.

Nas escolas de educação básica, os trotes estudantis são menos frequentes. Quando ocorrem, são aplicados sobretudo nas turmas de ensino médio e, em sua maioria, não são agressivos como os realizados nas universidades. Uma das práticas que costuma ocorrer é um acordo entre alunos veteranos e calouros de irem à escola em determinado dia fantasiados com inspiração em um tema previamente combinado.

Entretanto, apesar de não serem a regra, há registros de trotes violentos também em escolas de ensino médio. Em 7/3/2013, uma adolescente de 14 anos, aluna do primeiro ano do ensino médio em Porto Alegre, foi vítima de um trote estudantil em frente à escola particular em que estudava. Um aluno do terceiro ano da mesma instituição atingiu o rosto da adolescente com um ovo, ferindo-lhe o olho direito, o que trouxe risco de comprometimento da visão.

Dessa forma, o projeto de lei é relevante, especialmente porque inova em relação à Lei 9.325/2010 que veda, atualmente, a prática do trote estudantil em escolas superiores e universidades do Estado de Mato Grosso. As principais inovações são a ampliação do conceito de trote estudantil violento e a promoção do seu combate por meio do incentivo à realização de atividades solidárias, também conhecidas como “trote solidário”. Nesse tipo de trote, os calouros se engajariam em atividades de caráter social, como doação de sangue, visitas a orfanatos e palestras em escolas. Como a mencionada Lei dispõe de poucos artigos e veda completamente o ritual de iniciação à vida universitária, corroboramos que o projeto de lei em epígrafe proponha revogar a mencionada lei em lugar de simplesmente alterá-la.

Da Clareza e Precisão do Projeto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O propósito da presente Lei é a introdução de definição legal na sistematicidade jurídica vigente no Estado de Mato Grosso, conforme inciso I do § 2º. do artigo 9º. da Lei Complementar nº. 06/90. Ademais, o Projeto segue cabalmente as disposições do mesmo diploma legal, em especial o disposto no artigo 8º.

Da Possibilidade de Iniciativa

Mister se faz ressaltar que não há no bojo da propositura qualquer atribuição dada a nenhuma Secretaria. Não elenca qualquer das Secretarias e Estado ou órgãos da Administração. Não implica despesas para o erário, pois contém enunciado de caráter meramente genérico.

O escopo do presente está inserido, mormente, no art. 7º., inciso XVIII, da Constituição Federal. De igual forma, o projeto não tem qualquer vício de intenção de usurpação da prerrogativa de iniciativa de processo legislativo, e, sim a concretização de um dos objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito descrito no artigo 3º da Constituição Federal Brasileira:

“Artigo 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Poderíamos elencar outros comandos constitucionais, como o princípio da dignidade humana, onde o valor da dignidade da pessoa humana deve ser entendido como o absoluto respeito aos seus direitos fundamentais, assegurando-se condições de dignas de existência para todos.

Em análise superficial, o Projeto em tela confrontaria o princípio constitucional da Separação dos Poderes e ofenderia as autonomias administrativas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, contrariando o disposto no art. 39 da Constituição do Estado.

No entanto, uma visão aprofundada cobra relevo destacar que a separação de poderes é, primeiro, mecanismo de repartição de funções, de tal forma que cada um dos poderes, a seu turno, se especialize em sua matéria e, segundo, instrumento de contenção dos poderes, permitindo-se, pois, que um fiscalize o outro.

Não é vedado, porém, que um auxilie o outro, caracterizando uma interdependência necessária, natural e salutar.

Imperioso trazer à colação os comentários de Paulo Bonavides acerca da necessidade de uma reavaliação do princípio da separação de poderes: "Numa idade em que o povo organizado se fez o único e verdadeiro poder e o Estado contraiu na ordem social responsabilidades que o Estado liberal jamais conheceu, não há lugar para a prática de um princípio rigoroso de separação" [1].

Consta do art. 2º da Constituição Federal de 1988 que "são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário são expressões que possuem duplo sentido, pois exprimem as funções legislativa, executiva e jurisdicional e indicam os respectivos órgãos. Em verdade, o poder é uno, sendo dividido em funções.

Acresce-se o fato de que os poderes estão de tal forma repartidos e equilibrados entre os diferentes órgãos que nenhum pode ultrapassar os limites estabelecidos pela Constituição sem ser eficazmente detido e contido pelos outros, ou seja, num sistema de "freios e contrapesos"[2].

O princípio da separação de poderes vale unicamente por técnica distributiva de funções, e não em termos de incomunicabilidade, antes sim de íntima cooperação, harmonia e equilíbrio, sem nenhuma linha que marque separação absoluta ou intransponível[3].

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Dessa forma, deve-se aferir o sentido do princípio da separação de poderes em relação à função legislativa, observando que o exercício da função legislativa pelo Poder Executivo é decorrência natural da evolução do Estado, sendo necessariamente compatível com a democracia e a separação dos poderes, com essa competência manifestando-se por várias formas no Estado de Direito contemporâneo.

Ademais, resta salientar que a aparente antinomia de princípios não de ser realizados - sua resolução -, via leitura sistemática da Constituição Federal, visando o seu conteúdo global e conteúdo jurídico, sopesando a razoabilidade e a proporcionalidade da matéria. Uma leitura hermenêutica da Carta Magna caberia apenas ao Constituinte Originário.

Os conflitos de regras são resolvidos na dimensão da validade, em que a aplicação de uma regra importa na não-aplicação da outra.

Obviamente, esse tipo de lei é possível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto. Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição. Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa.

Por derradeiro, o contexto em que se situa o Poder Legislativo, expressão que, na teoria da divisão de poderes, exprime duas ideias necessariamente interdependentes: (a) poder legislativo no sentido de função legislativa, como está no art. 44 da CF/88 e no art. 39 da Constituição Estadual. (b) Poder Legislativo no sentido de órgão ou órgãos que exercem a função legislativa - e é o sentido que está no art. 2º. Da CF/88 quando declara que são Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (aí a independência orgânica).

Poder Legislativo é, pois, o órgão coletivo (ou conjunto de órgãos coletivos) compostos de membros eleitos pelo povo destinado a exercer a função de legislar, sem prejuízo de outras que a doutrina costuma destacar.

Quando se fala em funções do Poder Legislativo, está-se pensando nas funções que se atribuem aos órgãos desse Poder. Esquemáticamente, podemos dizer que as funções fundamentais do Poder Legislativo são de representação, a de legislação, a de legitimação da atuação governamental e a de controle.

Por fim, a possibilidade de iniciativa da presente matéria está esculpida no artigo 25 da Constituição Estadual e no artigo 24, XII da Constituição Federal.

Resta caracterizar que a iniciativa desta Lei, se não atendido pelo asseverado no acima elencado, está assegurada, pois o artigo 26 da Constituição do Estado determina que nas interpretações possíveis deverá haver o zelo pela preservação da competência legislativa da Assembleia Legislativa[4].

Pelos motivos expostos Senhor Presidente, aguardo pela aprovação do presente Projeto de Lei pelo Plenário desta Casa.

Respeitosamente,

[1] BONAVIDES, Paulo. Ciência política, 10ª ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2001, p. 146.

[2] Adaptação do "checks and balances" do direito norte-americano.

[3] Paulo Bonavides, ob. cit., p. 147

[4] “Art. 26 É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: (...) IX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;”

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Deputado ALEXANDRE CESAR - PT.

SUBSTITUTIVO INTEGRAL AO PROJETO DE EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 10/2014:

**Modifica o § 2º do Art. 52 da
Constituição do Estado de Mato
Grosso.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO**, nos termos do que dispõe o Art. 38 da Constituição Estadual, promulga a
seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do Art. 52da Constituição do Estado de Mato Grosso, passa a
vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52 (...)

§ 2º A Controladoria Geral do Estado constitui-se em órgão superior de
Controle Interno do Poder Executivo Estadual.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICATIVA

Senhores/as Deputados/as,

Trago à apreciação de Vossas Excelências o presente substitutivo integral ao
Projeto de Emenda Constitucional nº 10/2014, encaminhado a esta Casa pelo Poder Executivo
através da Mensagem nº 80/2014 e que “Modifica o Parágrafo 2º, do Art. 52 da Constituição do
Estado de Mato Grosso”.

De fato, com a edição da Lei Complementar nº 550, de 27 de novembro de 2014, a
Auditoria Geral do Estado foi transformada em Controladoria Geral do Estado, com significativa
ampliação de competências e estrutura funcional e institucional.

Durante a tramitação do projeto de lei complementar, este mandato atuou junto aos
representantes das carreiras e instituições envolvidas buscando a compatibilização da proposição aos
ditames legais e institucionais, o que deu origem a um substitutivo integral - encaminhado pelo
próprio autor, o Poder Executivo - que contemplou a maioria dos ajustes acordados entes as partes.
Os demais temas foram objeto de emendas parlamentares acolhidas por este Parlamento e
incorporadas à mencionada norma.

Dentre os aspectos que necessitavam adequação, restou, por óbvio, o comando
constitucional que dá nome ao órgão estatal, especificado pelo constituinte de 1989 como Auditoria
Geral do Estado (parágrafo 2º do art. 52 da Carta Estadual), o que se pretende realizar através da
presente PEC.

Todavia, para perplexidade deste Parlamentar e, penso, de toda esta Casa de Leis,
o conteúdo da proposição em comento extrapolou em muito o seu objeto específico, qual seja, a
mera adequação da denominação do órgão, para incluir temas completamente estranhos ao
disciplinado pela Lei Complementar nº 50/2014.

Ou seja, pretende a referida PEC, mesmo que da iniciativa do Poder Executivo,
instituir uma nova instituição constitucional autônoma, aos moldes do Ministério Público, com
especificação de mandato para seu gestor de 4 anos (diga-se de passagem, o dobro do que o do chefe

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

daquelas instituições) e sistema remuneratório dos seus agentes, em completa dissintonia com o modelo constitucional adotado em nosso País.

Por essas razões e em homenagem à razoabilidade, à ordem constitucional pátria e ao cumprimento dos acordos institucionais, apresento este substitutivo integral à apreciação de Vossas Excelências, na expectativa do seu acolhimento.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 11 de dezembro de 2014.

Deputado ALEXANDRE CESAR - PT

E o faço, Sr. Presidente, porque - é preciso que se registre -, a PEC que nos foi encaminhada pelo Executivo, como fruto do processo que levou à aprovação da Lei Complementar nº 550, deste ano, que alterou, Deputada Teté Bezerra, a denominação e as próprias atribuições institucionais da Auditoria Geral do Estado, transformando-a em Controladoria Geral do Estado, nos causou grande surpresa. O teor da PEC vai muito além daquele que foi expresso e disciplinado pela Lei Complementar nº 550...(TEMPO ESGOTADO)...

Só mais um minuto, Sr. Presidente!

...quando na verdade seu objeto era única e exclusivamente para mudar a denominação, que na Constituição continua, no § 2º, art. 52, como Auditoria-Geral do Estado. Como nós já provamos lei mudando para Controladoria-Geral do Estado, o correto seria fazer essa alteração na Constituição para poder regularizar essa situação que poderia ter algum efeito, inclusive, sobre a lei por esta Casa aprovada.

Mas para nossa surpresa, quando recebemos a PEC nº 10 ela vem dando autonomia à Controladoria-Geral do Estado, ampliando suas atribuições, estabelecendo mandato de quatro anos ao Secretário Controlador-Geral do Estado, escolhido pelo Governador dentre os intrigantes da carreira e estabelecendo critérios remuneratórios que não têm na Constituição razão de ser.

Na verdade, eu aponto isto na justificativa do Substitutivo Integral que apresento, que constitui uma nova instituição autônoma, no âmbito do Estado de Mato Grosso, nos moldes da Defensoria Pública, do Ministério Público. Aliás, vai mais adiante, porque, além de ser uma instituição autônoma, diferentemente do que acontece no Ministério Público, onde o Procurador-Geral de Justiça é escolhido por meio de uma lista tríplice para mandato de dois anos, aqui o Secretário Controlador-Geral, Deputado Dilmar Dal Bosco, seria escolhido pelo Governador, sem nenhuma consulta, dentre os Auditores atuais do Estado, para um mandato de quatro anos.

Então, seria com mais prerrogativas, sem processo democrático, do que o Ministério Público. Portanto, é inconcebível!

Eu me senti, confesso a Vossa Excelência, traído por conta do processo de negociação que fizemos. O compromisso era mandar a PEC somente mudando a denominação e eles meteram não um submarino, não, mas um verdadeiro porta-aviões para atacar tudo aquilo que nós fizemos e trabalhamos aqui.

Realmente, é surpreendente que quem tem atribuições para poder fazer auditoria, controladoria, corregedoria, ouvidoria do Estado, possa se utilizar desse tipo de expediente, mesmo que conte com o encaminhamento pelo Governador do Estado para poder alterar tudo aquilo que foi pactuado.

Era só, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Wagner Ramos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. WAGNER RAMOS - Boa-tarde a todos!

Sr. Presidente, é a primeira Sessão que a Casa está realizando sem o nosso saudoso companheiro Walter Rabello, nosso companheiro de Parlamento, nosso amigo. Estamos sentindo muito a falta dele aqui conosco neste plenário.

Realmente, fico muito sentido com o que aconteceu.

A morte do Deputado Walter Rabello nos pegou de surpresa, nesta Casa, e realmente estamos todos, de certa forma, abalados da forma como o saudoso companheiro nos deixou.

Eu estava sentado, analisando e avaliando tudo que aconteceu com o companheiro, amigo, já nos conhecíamos há muito tempo e sabia como ele atuou como desportista, era uma pessoa apaixonada pelo futebol; adorava música, tanto é que era cantor; além de Parlamentar, era apresentador de programa de televisão, foi radialista e repórter. Então, foi uma pessoa que basicamente fez de tudo.

Eu fiz um Projeto de Resolução, que a minha equipe está trazendo para que eu apresente ainda hoje, até pelo fato de o Deputado Walter Rabello ter nos deixado no Parlamento, estava conosco, exercendo as suas funções, tinha ganhado um novo mandato, eu sugeri no Projeto, Sr. Presidente, a denominação do novo Auditório da Assembleia Legislativa, que está em construção e com certeza vai ser o maior do Estado de Mato Grosso, de Deputado Walter Rabello.

Eu acho que é uma justa homenagem que esta Casa, por meio dos Deputados, poderá fazer ao companheiro e amigo que sempre foi muito firme, muito forte em suas declarações, em seus posicionamentos. Portanto, acredito que é uma justa homenagem que esta Casa poderá fazer, porque se lá vai ser um Auditório que vai servir para várias atividades teatrais, culturais e como ele foi uma pessoa que gostava da cultura, principalmente da musica mato-grossense, da música sertaneja, de uma forma geral, então, por esse motivo estou apresentando o Projeto de Resolução denominando o novo Auditório da Assembleia Legislativa de Auditório Deputado Walter Rabello.

PROJETO DE RESOLUÇÃO: (AGUARDANDO MANIFESTAÇÃO DO AUTOR)

Apresento, também, uma Moção de Aplausos

MOÇÃO DE APLAUSOS: Em conformidade com o art. 154, inciso VII, do Regimento Interno, requero à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, a importância de aprovar e encaminhar Moção de Aplausos ao Promotor de Justiça Luiz Augusto Ferres Schimith pelo belo trabalho realizado junto ao Município de Campo Novo do Parecis e pela autoria e realização do Projeto “Educação - Aproveitamento Escolar, Disciplina e Educação”.

JUSTIFICATIVA

A presente Moção de Aplausos tem por objetivo homenagear o Promotor de Justiça Luiz Augusto Ferres Schimith pelo belo e relevante trabalho realizado junto ao Município de Campo Novo do Parecis e pela autoria e realização do Projeto “Educação - Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência”.

Este é o 3º ano de realização do Projeto “Educação - Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência”, que visa proporcionar mecanismos de fortalecimento das escolas em Campo Novo do Parecis, buscando incentivar todos os estudantes/adolescentes do Ensino

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Fundamental e do Ensino Médio a um melhor aproveitamento escolar, a ter disciplina e a frequentar regularmente a instituição de ensino.

O Projeto tem por objetivos específicos auxiliar as escolas de Campo Novo do Parecis no controle da participação, disciplina e frequência dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio incentivar a participação do educando, visando uma formação com comprometimento e interesse por uma formação escolar de qualidade.

Para o Promotor de Justiça Luiz Augusto Ferres Schimith uma educação de qualidade é resultado de vários fatores, como, por exemplo, a melhor formação do docente, professores bem remunerados; boa estrutura física das escolas, alunos estudiosos, disciplinados e assíduos, etc.. A educação engloba ensinar e aprender.

Durante anos atuando como Promotor de Justiça, em Campo Novo do Parecis, foram feitas visitas em várias escolas desta urbe, em especial para alertar os alunos a manterem o respeito com os professores, o respeito com os colegas de sala de aula e a preservação da estrutura físicas das instituições de ensino. Além disso, foi implantado o FICAI, para apurar a infrequência dos alunos.

Mesmo diante dessas medidas e das providências que são diariamente tomadas pelas direções das escolas e pelos professores, ainda ocorrem reclamações na Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis sobre a seguinte problemática: baixo aproveitamento escolar dos alunos, indisciplina de estudantes e infrequência escolar.

Diante de tal contexto, surgiu a ideia de buscar, por meio de uma premiação, convencer os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio sobre a necessidade de estudarem, serem disciplinados e frequentarem regularmente a escola.

O Projeto aposta na formação dos estudantes para que possam, por seus próprios esforços, lutar por uma melhor qualidade de vida e conquista de sua cidadania.

Assim, nos meses de abril de cada ano, este Promotor de Justiça e representantes indicados pelo CMDCA visitam todas as salas do 9º ano do Ensino Fundamental, das Escolas Municipais 04 de Julho, Antonio Pereira, Jardim das Palmeiras e o CEIP e todas as salas do 3º ano do Ensino Médio, das Escolas Estaduais Madre Tarcila, Padre Arlindo, União da Chapada, Argeu Augusto de Moraes e Distrito Marechal Rondon, Escola ILEP e IFMT, para divulgar este Projeto.

A visita busca alertá-los, em especial, para manterem a disciplina escolar, evitando serem penalizados com advertência, suspensão etc., pois tais penalidades excluirão automaticamente os mesmos de concorrerem à premiação. Além disso, serão orientados sobre a necessidade de correta frequência escolar (critério de desempate exposto abaixo). Ademais, serão informados sobre a finalidade deste Projeto, que visa o aproveitamento escolar, a disciplina e a frequência, bem como sobre a premiação ao melhor aluno de cada sala do 9º ano do Ensino Fundamental (das Escolas Municipais 4 de Julho, Antonio Pereira, Jardim das Palmeiras e CEIP) e ao melhor aluno de cada sala do 3º ano Ensino Médio (das Escolas Estaduais Madre Tarcila, Padre Arlindo, União da Chapada, Argeu Augusto de Moraes e Distrito Marechal Rondon, Escola ILEP e IFMT).

No mês de dezembro, em Sessão Solene, marcada em conjunto pela Promotoria de Justiça e pelo CMDCA, serão premiados com um notebook novo os alunos de cada sala do 9º ano do Ensino Fundamental das Escolas Municipais 04 de Julho, Antonio Pereira, Jardim das Palmeiras e CEIP e o aluno de cada sala do 3º ano do Ensino Médio das Escolas Estaduais Madre Tarcila, Padre Arlindo, União da Chapada, Argeu Augusto de Moraes e Distrito Marechal Rondon, Escola ILEP e IFMT, que tiver a melhor média das notas de todas as disciplinas do ano letivo (aproveitamento escolar).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Em caso de empate, ficará com a premiação o aluno que tiver menos faltas injustificadas no 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio (frequência escolar). Caso permaneça o empate, ficará com a premiação o aluno que tiver menor falta injustificada no 8º ano do Ensino Fundamental e no 2º ano do Ensino Médio (frequência escolar), respectivamente. Caso permaneça o empate, ficará com a premiação o aluno que tiver menos falta injustificada no 7º ano do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio, respectivamente (frequência escolar).

Estão automaticamente excluídos de concorrer a premiação os alunos que durante os 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio forem penalizados com qualquer medida disciplinar, como por exemplo, advertência, suspensão etc. (disciplina).

A Secretaria Municipal de Educação e a Assessoria Pedagógica (SEDUC) são parceiras deste Projeto, responsabilizando-se por indicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Promotoria de Justiça o nome do aluno com melhor aproveitamento escolar de cada sala do 9º ano do Ensino Fundamental e de cada sala do 3º ano do Ensino Médio das referidas instituições de ensino, já analisado o critério de desempate, se necessário (frequência escolar).

Na Sessão Solene de Premiação os alunos premiados, assistidos por seus genitores ou responsáveis (se menores de idade), assinarão termo de entrega dos computadores.

As pessoas físicas e jurídicas que efetuam doação para o custeio deste Projeto são convidadas a participarem da Sessão Solene de Premiação e, se desejarem, fazerem uso da palavra, mediante prévia inscrição. Os nomes dos doadores são divulgados à imprensa local como forma de reconhecimento e agradecimento por participarem deste Projeto.

Esse projeto será executado no ano de 2014 pelo 3º ano consecutivo, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Novo do Parecis.

E é por esses motivos que, com grande alegria e orgulho, apresento esta justa homenagem em forma de Moção de Aplausos ao Promotor de Justiça Luiz Augusto Ferres Schimith por sua exemplar atuação junto ao Município de Campo Novo do Parecis e realização do Projeto Educação - Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado WAGNER RAMOS - PR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra o Deputado Emanuel Pinheiro.

Gostaríamos de registrar a presença do Presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos, Sr. Luciano Esteves Correa da Costa; do Sr. Eduardo Rosa Nascimento, Vice-Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo; do Presidente do Sindicato dos Servidores da SEMA, Sr. Jucélio Lima, e do Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais, Sr. Alisson Trindade.

Sejam bem-vindos a este Parlamento!

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, assistência, telespectadores da TV Assembleia Legislativa.

Primeiramente Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui o meu voto de protesto de estarmos realizando esta Sessão.

Eu falei a Vossa Excelência que achei de péssimo tom. Acabamos de enterrar um colega querido, companheiro, que está fazendo uma falta enorme neste plenário, o Deputado Walter

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Rabello. Menos de uma hora e meia que enterramos o colega, de uma hora para outra, inexplicavelmente, deve ser uma pauta de uma importância extraordinária mesmo para já nos reunirmos numa total desrespeito à vida, em minha opinião, uma banalização à vida estarmos nos reunindo desesperadamente, sendo que acabamos de enterrar um companheiro, um colega, um amigo que comoveu não só esta Casa como a cidade inteira.

Eu só vim, porque não costumo faltar a Sessão, não falto Sessões, mas, deixo aqui... Eu nunca vi isso! Eu já vi, já convivi na Câmara dos Deputados, em Brasília, a hora que falece um Deputado, um Senador, é praticamente uma semana de luto; no Tribunal de Contas é a mesma coisa; no Tribunal de Justiça é a mesma coisa; esta Casa, não. Acabamos de enterrar um colega, um companheiro, um amigo e temos que nos reunir de uma forma assustadoramente rápida, num total desrespeito à vida.

Para mim foi um total... Liguei para Vossa Excelência, falei para Vossa Excelência, tentei impedir que não fizesse isso, mas Vossa Excelência entendeu que deveria fazê-lo.

Eu quero pelo menos deixar registrado que estou constrangido e consternado de estar no plenário com um colega que foi velado a noite inteirinha nesta Casa. No saguão principal da Casa ainda deve estar o cheio de pétalas de rosas, desarrumado em virtude do seu velório, e nós tivemos que vir para o plenário desta Casa numa convocação extraordinária, no meu ponto de vista desnecessária.

Eu quero deixar esse encaminhamento e essa posição minha.

Também, Sr. Presidente, encaminhar aqui alguns Requerimentos e Moção de Congratulação à Mesa Diretora.

1ª) **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO:** Com fulcro no art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Congratulação, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público ao Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito José de Arimatéia Neves Costas, extensivo a toda Nova Diretoria Executiva, pela eleição da AMAM, para o biênio 2014/2016, no último dia 07 de dezembro do corrente ano, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Chapa Ética, União e Coragem, Atitude para Mudar, presidida pelo Juiz de Direito José Arimatéia Neves Costa, foi a vencedora da eleição 2014 da AMAM, realizada neste domingo (7), na sede da entidade.

A diretoria da AMAM para o biênio 2014/2016 será:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: JOSÉ ARIMATEA NEVES COSTA

1º Vice-Presidente: RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOS

2º Vice-Presidente: ADRIANA SANT'ANNA CONINGHAM

1º Secretário: ANA CRISTINA SILVA MENDES

2º Secretário: CLARICE CLAUDINO DA SILVA

1º Tesoureiro: YALE SABO MENDES

2º Tesoureiro: HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA

LIMA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Titulares:

José Antônio Bezerra Filho
Carlos Alberto Alves da Rocha
Jones Gattass Dias
Adilson Polegato de Freitas
Luis Aparecido Bortolussi Júnior
Geraldo Humberto A. da Silva
Juvenal Pereira da Silva

Suplentes:

José Jurandir de Lima
Anderson Gomes Junqueira
Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Eulice Jaqueline da Costa S. Cherulli
Augusta Prutchansky Martins Gomes

A Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM) foi fundada no dia 08 de dezembro de 1968, no salão do Tribunal do Júri, na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, na Avenida Getúlio Vargas, em Cuiabá. Com a criação da entidade, foi eleita e empossada a primeira diretoria da associação que teve como presidente Oscar César Ribeiro Travassos e vice-presidente Alceu Soares de Aguiar. A ideia de criação da AMAM foi do juiz Athayde Néri de Freitas, que na época era da Comarca de Campo Grande.

Entre os objetivos sociais da AMAM estão o trabalho pelo crescimento, prestígio e independência do Poder Judiciário, estímulo à cultura do Direito e promoção do aprimoramento dos magistrados. A associação também foi fundada para defender os interesses dos magistrados e da magistratura estadual, pugnando pela observância das garantias constitucionais. Os idealizadores também decidiram investir nas atividades de ordem cultural e recreativa e promover a confraternização entre os magistrados.

A instalação da AMAM (criação, eleição e posse da diretoria) contou com a participação dos seguintes magistrados: Leão Neto do Carmo, Domingos Sávio Brandão de Lima, Willian Droschic, Ernani Vieira de Souza, Osvaldo Meier, José Damásio de Souza, Athayde Néri de Freitas, Benito Augusto Tiezzi, Jesus de Oliveira Sobrinho, Carlos Avallone, Wolnei de Oliveira, José Antonio de Castro, Milton Malulei, Licínio Carpinelli Stéfani, Odiles Freitas Souza, João Gomes Guimarães Filho, Pantaleão Blanc Rinaldi, Assis Pereira da Rosa e Rafael Arcanjo de Arruda.

Durante todos esses anos a Amam vem trabalhando pelo crescimento do prestígio e independência do Poder Judiciário, desenvolvendo ainda ações sociais para buscar a melhoria das condições de vida do povo mato-grossense.

Por essas razões é que peço aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Moção de Congratulação e que seja enviada ao Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito José de Arimatéia Neves Costas, extensivo a toda nova Diretoria Executiva, pela eleição da AMAM, para o biênio 2014/2016, no último dia 07 de dezembro do corrente ano, em Cuiabá/MT.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

2ª) **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO:** Com fulcro no art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Congratulação, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público ao Ilmº Sr. Diretor Luiz Carlos Ribeiro pelo espetáculo musical “Manoel: Leite e Barro Pantaneiro”, com a participação dos artistas mato-grossenses Pescuma, Henrique e Claudinho, Vera Capilé, Habel Dy Anjos, Fernando Reis e Raul Fontes, homenageando o brilhante poeta Manoel de Barros, no Espaço CDL, no dia 13 de dezembro do corrente ano, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

O poeta Manoel de Barros será homenageado por meio de um espetáculo musical, às 20:00 horas desta terça-feira (9), no Espaço Cultural da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), em Cuiabá. O poeta cuiabano morreu no dia 13 de novembro, em Campo Grande (MS).

O valor do ingresso é R\$50. A arrecadação do evento será revertida para uma instituição que cuida de idosos.

O espetáculo ‘Manoel: Leite e Barro Pantaneiro’ terá a participação dos músicos Pescuma, Henrique e Claudinho, Vera Capilé, Habel Dy Anjos, Fernando Reis e Raul Fontes, com a direção de Luiz Carlos Ribeiro.

Colocar esses músicos nesse palco, eu tenho certeza que Manoel de Barros vai estar presente com a gente aqui. Sempre quando artistas homenageiam artistas existe essa ligação espiritual muito forte, de luz e emoção, comentou o músico Pescuma.

O espaço CDL fica localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 750, no centro de Cuiabá. Para ter outras informações ou orientação sobre o ingresso: (65) 3615-1578.

Por essas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulação e que seja enviada ao Ilmº Sr. Diretor Luiz Carlos Ribeiro pelo espetáculo musical “Manoel: Leite e Barro Pantaneiro”, com a participação dos artistas mato-grossenses Pescuma, Henrique e Claudinho, Vera Capilé, Habel Dy Anjos, Fernando Reis e Raul Fontes, homenageando o brilhante poeta Manoel de Barros, no Espaço CDL, no dia 13 de dezembro do corrente ano, em Cuiabá.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 11 de dezembro de 2014.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

3ª) **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO:** Com fulcro no art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Congratulação, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público à Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, na pessoa da Magnífica Reitora da UFMT, Srª Maria Lúcia Cavalli Neder, pela realização do XV Encontro Mato-grossense dos Estudantes de Letras e o XVI Encontro Regional dos Estudantes de Letras (EMEL/EREL 2014), nos últimos dias 12 a 16 de novembro do corrente ano, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O XV Encontro Mato-grossense dos Estudantes de Letras e o XVI Encontro Regional dos Estudantes de Letras (EMEL/EREL 2014) serão sediados na UFMT, campus Cuiabá, de 12 a 16 de novembro de 2014. Os eventos têm por objetivo promover a integração dos estudantes de Letras do Estado e da região Centro-Oeste, tanto de universidades públicas como também de Educação à distância e de faculdades particulares, despertando-os para os aspectos políticos, acadêmicos e culturais que os envolvem, fomentando a discussão de assuntos pertinentes aos graduandos e graduados em Letras.

O tema proposto para este ano é “Múltiplas Letras: os caminhos que podemos escrever”; espera-se, com isso, que os participantes ampliem a sua visão para as possibilidades que o curso de Letras pode oferecer ao futuro profissional da área. A desvalorização do docente em âmbito nacional, em grande escala, vem desestimulando tanto os profissionais quanto os estudantes do curso de Letras. No Centro-Oeste, podemos verificar por meio da nossa vivência universitária e pela evasão dos alunos nas salas de aula, sendo por motivos variados. Este é um quadro preocupante. Assim, os eventos vêm com o intuito de propor um diálogo para estabelecer os reais motivos, além de procurar motivar os participantes para um maior envolvimento com o curso e o seu futuro como profissional, fundamentando sempre no tripé: Cultural, político e acadêmico.

O evento conta com o apoio da Executiva Nacional dos Estudantes de Letras, Academia Mato-grossense de Letras, Instituto de Linguagens da UFMT, Centro Acadêmico de Letras - Gestão Arcádia Cuiabana, Departamento e Coordenação de Letras - UFMT e outros.

Por essas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulação e que seja enviada à Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, na pessoa da Magnífica Reitora da UFMT, Sr^a Maria Lúcia Cavalli Neder, pela realização do XV Encontro Mato-grossense dos Estudantes de Letras e o XVI Encontro Regional dos Estudantes de Letras (EMEL/EREL 2014), nos últimos dias 12 a 16 de novembro do corrente ano, em Cuiabá.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

4^a) **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO:** Com fulcro no art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Congratulação, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público à Professora e Escritora Sr^a Donata Glorinha Ferreira Nascimento pelo Livro “Diamantino em Poesias, Versos e Rimas, que eterniza, por meio da poesia, a tradição do histórico município mato-grossense de 286 anos. A obra foi lançada no último dia 31 de novembro, do corrente ano, em Diamantino.

JUSTIFICATIVA

A Professora e Escritora Donata Glorinha Ferreira Nascimento lançou o livro, de sua autoria, chamado “Diamantino em Poesias, Versos e Rimas”. A obra eterniza, por meio da poesia, a tradição do histórico município mato-grossense de 286 anos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O livro foi aprovado pela Lei Estadual de Fomento à Cultura, tendo em vista seu conteúdo que testifica a história do Mato Grosso por meio da história diamantinense e reforça a consolidação da Política Pública de Incentivo à Leitura.

A meta é fazer de Diamantino um município de leitores, e, para isso, temos os espaços de Café com Leitura, tenda itinerante e a nossa Biblioteca Municipal, além do rico acervo em cada unidade escolar.

Parabéns, professora pelo talento, dedicação e destreza com as palavras! Que muitos livros venham pela frente! Conte sempre comigo!

O lançamento do livro ocorrerá no dia 31/11, às 19:30 horas, no restaurante Villa dos Parecis.

Por essas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulação e que seja enviada a Ilm^a Sr^a Professora e Escritora Donata Glorinha Ferreira Nascimento pelo Livro “Diamantino em Poesias, Versos e Rimas” que eterniza, por meio da poesia, a tradição do histórico município mato-grossense de 286 anos. A obra foi lançada no último dia 31 de novembro do corrente ano, em Diamantino.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

5ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no art. 154, inciso IX, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que determine a retirada do Projeto de Lei nº 182/2012 que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda para exame do consumidor”, e ato contínuo o encaminhe ao arquivo.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente requerimento, tendo em vista a necessidade de arquivamento da matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

Eu também quero perguntar a Vossa Excelência se o que está na mídia a respeito da convocação da Sessão Extraordinária sobre a vaga do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso é verídico ou se haverá uma reunião do Colégio de Líderes, porque essa vaga, pelo que consta, é da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Deputado Emanuel Pinheiro, quanto à convocação da Sessão, nós suspendemos todos os serviços da Assembleia Legislativa assim que soubemos do falecimento, na madrugada, do Deputado Walter Rabello, na madrugada.

Eu acho que a Casa, os Deputados, os servidores fizeram uma homenagem bonita aos familiares do ilustre Deputado que hoje não está mais em nosso meio.

A Mesa Diretora só decidiu pela Sessão de hoje porque, primeiro, temos praticamente mais quatro Sessões antes de entrarmos em recesso e temos que votar o MT PREV, a LDO, o Orçamento do Estado, as Contas do Governador e acho necessário que possamos produzir trabalhando. Não significa falta de respeito a convocação de uma Sessão, de forma nenhuma, a um companheiro que faz muita falta entre os Pares desta Casa, mas a Casa tem também que mostrar à

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

sociedade que ela tem que funcionar, que ela tem que produzir, que tem que votar as matérias, sob pena de avançarmos os feriados natalinos com essas matérias pendentes.

Ao Deputado que quiser fazer sua homenagem ao ilustre Deputado a tribuna está livre. Eu acho que ele recebeu todas as homenagens necessárias e o respeito desta Casa está sendo demonstrado agora conosco trabalhando e votando os projetos que inclusive muitos deles ele participou e ajudou a construir.

Com a palavra o ilustre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, estou inscrito no Pequeno Expediente para apresentar, por coincidência, uma Moção de Pesar a um pioneiro - tenho certeza que a Deputada Teté Bezerra também assinará conosco -, pelo passamento na semana passada de Calebinho Mendes Marien, conhecido como “Calé Marien”, que, ao lado do Sr. Carlos Bezerra, criou um grande programa social na cidade, nas associações de moradores de bairros. Ele faz falta na cidade de Rondonópolis.

MOÇÃO DE PESAR: Com fulcro no Art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Pesar, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Hermínio J Barreto, manifesta seu mais profundo pesar pela irreparável perda do ilustre cidadão Calebinho Mendes Marien “Calé Marien”, rogando sejam estendidos a todos os familiares, os nossos sentimentos.

JUSTIFICATIVA

Rondonópolis perdeu uma de suas referências na arte, na cultura e no movimento comunitário. Faleceu aos 81 anos o artista plástico, escultor, escritor e poeta Calebinho Mendes Marien ‘Calé Marien’.

Ele deixou três filhas, oito netos e três bisnetos.

Calé Marien nasceu na cidade de Chapada dos Guimarães, em 19 de julho de 1933, filho do missionário Alfredo Marien e Paulina Mendes Marien, nome do pai dado à Escola Alfredo Marien, localizada no centro de Rondonópolis. Já adulto, passou a residir em Rondonópolis por alguns anos e foi embora para a cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão de contador até a sua aposentadoria. Já aposentado de sua profissão, regressou para Rondonópolis no ano de 1985, onde residiu, até o último dia de sua vida, no bairro Jardim Novo Horizonte.

Em Rondonópolis, como também no âmbito estadual, Calé Marien foi figura respeitadíssima no meio político, comunitário, cultural e como defensor da ecologia. Artista plástico, grafiteiro e poeta deixou na cidade, nas paredes Câmara Municipal e UFMT, um acervo de suas obras em grafite. Além disso, um vasto acervo de muitas poesias, se destacando entre outras, a seguinte:

“O artista é um ser que na sua essência labora com a criatividade, tendo como princípio fazer uma coisa de cada vez, isso não de qualquer jeito, mas triunfantemente”.

Com o passamento de “Calé Marien”, fica a lembrança de um homem de bem para os seus familiares e amigos, deixando a saudade para todos, principalmente para seus familiares.

Mato Grosso perde um de seus filhos mais ilustres, um exemplo de pai, profissional, de ser humano. Resta-nos, agora, a esperança de que o tempo se encarregará de consolar aos familiares e amigos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Assim, estendo aos familiares, os pêsames deste Poder Legislativo Estadual, acompanhado de nossas preces e nossos pedidos a Deus para que, com sua infinita bondade, conforte a todos da família enlutada.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PR

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que esta Casa precisa e vai preservar o nome do Deputado Walter Rabello.

Eu tenho certeza absoluta que ele está feliz por trabalharmos, por darmos continuidade ao nosso trabalho.

Não tenho dúvida que na espiritualidade, e quando li hoje a Ata, e tive a oportunidade de ler por quatro vezes seu nome, me doeu por dentro quando a Ata dizia "...com a presença do Deputado Walter Rabello..."

Por isso quero aqui dizer ao Deputado Emanuel Pinheiro que não me constrange nada estar aqui nesta Sessão trabalhando, contribuído, porque o Deputado Walter Rabello também estaria aqui trabalhando em favor do Estado de Mato Grosso.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a família do Deputado Walter Rabello, sua filha, suas crianças, não tenho dúvida nenhuma, precisarão do nosso apoio e é trabalhando nesta Casa que continuaremos apoiando Mato Grosso porque era o sonho do Deputado Walter Rabello.

Registro a presença das diversas Associações de Militares do Estado de Mato Grosso, especialmente da Polícia Militar.

O Deputado Walter Rabello neste ano que está terminando, juntamente comigo deu muito apoio aos avanços da categoria da nossa gloriosa Polícia Militar.

Ao Deputado Walter Rabello, que ele esteja na espiritualidade ao lado de Deus! Ao Deputado Walter Rabello, que dê conforto a sua família! Ao Deputado Walter Rabello, que ele com certeza estará olhando também por aquela menininha que chorou tanto no seu velório.

Esta Casa precisa continuar, e vai continuar, trabalhando em nome do próprio Deputado Walter Rabello, figura carismática e querida, que aprendemos a admirar e a conhecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Registro a presença do Cabo Adão Martins, Presidente da Associação Cabos e Soldados da PM; e também do Sr. Wanderson Nunes de Siqueira, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militar.

Com a palavra o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento também as Sr^{as} Deputadas, os servidores da Casa e todos aqueles que prestigiam esta Sessão.

Eu também, assim como todos aqui, estou consternado com o falecimento do nosso companheiro Deputado Walter Rabello.

Ontem e hoje tivemos a oportunidade de prestar as nossas homenagens ao nosso amigo Deputado Walter Rabello.

Comungo do posicionamento do Deputado Wagner Ramos para que, com a conclusão do Auditório que está sendo construído, realmente seja dado o nome ao Auditório de Deputado Walter Rabello, pelo trabalho que prestou à sociedade mato-grossense ao longo dos mandatos que teve como Deputado Estadual. É uma homenagem mais do que justa. Então, fica também o nosso posicionamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

MOÇÃO DE PESAR: Com fulcro no Art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Pesar, na forma:

Com fundamentos nos termos Regimentais vigentes desta Casa Legislativa, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada aos familiares, Moção de Pesar, pelo falecimento da Sr^a Alzira Teodoro Ramos, vazada nos seguintes termos:

“A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por unanimidade de suas Bancadas, representando a sua gente, vem manifestar-se nos seguintes termos:”

JUSTIFICATIVA

Faleceu no dia 10 de dezembro do corrente, em Rondonópolis a senhora Alzira Teodoro Ramos, viúva, vindo a residir em Rondonópolis há mais de 30 anos e ao longo deste período esteve envolvida com causas sociais no município. Era membro assídua da 2^a Igreja Batista de Rondonópolis, deixa consternados não só a família mas uma legião de amigos e irmãos de fé, assim como a sociedade rondonopolitana.

Ainda consternados, juntamos os nossos sentimentos aos seus familiares e amigos e que o exemplo por ela deixado nos fortaleça na luta pela preservação da família e dos bons costumes.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado SEBASTIÃO REZENDE - PR.

Gostaria também, Sr. Presidente, de deixar aqui registrado o falecimento ontem da dona Alzira Teodoro Ramos, uma senhora que ao longo dos anos prestou um trabalho relevante no Município de Rondonópolis, muito voltado à área social.

Ela com mais de 40 anos de Rondonópolis, ao longo desse período ligada ao segmento religioso também, é uma das pioneiras da segunda Igreja Batista de Rondonópolis, deixam consternados não só seus familiares, amigos, irmãos da igreja, mas boa parte da nossa sociedade rondonopolitana que a conheceu e com ela conviveu.

Então, ficam aqui as nossas condolências também a sua família, aos amigos e à igreja que perde um de seus membros assíduos que tem um serviço prestado à comunidade.

Também, Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para fazer uma solicitação à Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana.

Nós temos vivido momentos difíceis. Eu já disse aqui, Sr Presidente, da nossa preocupação com relação às estradas não pavimentadas e estradas pavimentadas que vivem numa situação de penúria, mas a população de Jaciara, Dom Aquino, Campo Verde e região sul que utiliza a MT-344 não suportam mais o descaso que tem ocorrido ali.

Por último tivemos um problema na cabeceira da ponte sobre o Rio Mutum e hoje as pessoas precisam buscar um desvio para poder passar por essa rodovia.

Então, fica a nossa solicitação à Secretaria de Infraestrutura para que a recuperação da MT-344 seja toda refeita com urgência e que a cabeceira dessa ponte também seja corrigida, concertada, para que seja possível a trafegabilidade de Jaciara até Campo Verde, passando por Dom Aquino.

Nós tivemos também a notícia de companheiros que solicitaram para que fizéssemos esse pleito à Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana com relação a uma ponte

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

que caiu na rodovia estadual que dá acesso ao Distrito de Paraíso do Leste, no Município de Poxoréo.

Essas são preocupações e situações que têm se agravado e vão criar uma situação muito mais difícil no período de chuva.

Então, fica essa nossa solicitação e que a Secretaria faça essa avaliação e determine a recuperação dessas pontes o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra o Deputado Ezequiel Fonseca.

O SR. EZEQUIEL FONSECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, apenas para expressar aqui os meus sentimentos pelo passamento do nosso colega de Parlamento Deputado Walter Rabello, uma surpresa enorme para todos nós do Estado de Mato Grosso.

Uma pessoa amiga, uma pessoa com quem, durante o período em que estive aqui, tive a oportunidade de conversar bastante, participando com ele das Comissões, conversando com ele sobre diversos assuntos. E também estive com ele em alguns municípios onde ele fazia shows, aquele cidadão alegre, animado e alto astral.

Mas eu quero ainda dizer para este Plenário que eu tive a oportunidade de conhecê-lo há mais de vinte anos, quando ele morou um período em Mirassol d'Oeste, que é nossa região. Ele foi goleiro do time de Mirassol d'Oeste, e, por sinal, um grande goleiro! A partir daí tivemos a oportunidade de vê-lo através dos programas de televisão, tivemos a oportunidade de tê-lo aqui como companheiro de Parlamento e um grande defensor do funcionalismo público, em especial do setor de segurança pública.

Por diversas vezes o Deputado Walter Rabello me chamava para discutir a questão da segurança, para ajudá-lo em alguns projetos, quando se referia à questão da segurança pública. Mato Grosso perde. Este Parlamento perde, mas perdem ainda mais as pessoas mais humildes, porque, através do seu programa de televisão, ele fazia um trabalho de colaborar, de ajudar os menos favorecidos.

Então, eu quero deixar registrado aqui os meus sentimentos ao nosso amigo, companheiro, o nosso leal companheiro aqui de plenário, Deputado Walter Rabello.

E peço que Deus possa consolar o coração dos seus familiares.

Ainda em tempo, Sr. Presidente, para apresentar Emenda Modificativa:

EMENDA MODIFICATIVA:

**Emenda Modificativa ao Projeto de
Lei Complementar nº 50/13,
Mensagem nº 85/13, de autoria do
Poder Executivo.**

Fica modificado o § 2º do Art. 14 e o *caput* do Art. 57, todos do Substitutivo Integral nº 03, atinente ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14** (...)

(...)

§ 2º A primeira Diretoria Executiva será escolhida, em até 20 (vinte) dias, a partir de 1º de janeiro de 2015, da seguinte forma:

(...)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 57 Esta lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Complementar nº 126, de 11 de julho de 2003, bem como os Arts. 11, 12 e 13 da Lei Complementar nº 254, de 02 de outubro de 2006.”

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Emenda Modificativa, que tem por objetivo modificar a redação do §2º, do art. 14, e *caput*, do art. 57, todos do Substitutivo Integral nº 03, atinente ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2013, que dispõe sobre a criação da Mato Grosso Previdência - MTPREV e outras providências.

Com fulcro no tramite do processo legislativo constante nessa Corte de Leis, o aludido Projeto de Lei a qualquer momento pode ser aprovado e, subsequentemente encaminhado para o Executivo Estadual para sancionar, publicar e, conseqüentemente entrar em vigor no cenário jurídico-administrativo.

Pelo que tudo indica, a proposta em baila passará por todas as fases do processo legislativo ainda em 2014. Com isso, conjugado com a redação do do Artigo 14, e no *caput*, do art. 57 do Substitutivo nº 02, resta manifesto, quem indicará o Diretor-Presidente é o atual Governador Silval Barbosa.

Entretanto, não seria justo, ético e lógico, que o atual governador no final de seu mandato, indicasse um cargo de tamanha importância para o governo do seu sucessor, que inicia-se daqui mais um pouco, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Além do mais, é de conhecimento primário e notório, que o cargo de Diretor-Presidente, trata-se de cargo de confiança do governador, de livre nomeação e exoneração e, para evitar qualquer tipo de constrangimento, recomenda-se a reserva desse direito para o futuro governador compor o *staff* do seu governo.

Diante disso, recomenda-se que a futura légis entre em vigor a partir de 1º, (primeiro) de janeiro de 2015, para que o futuro Governador Pedro Taques, possa ter a liberdade de indicar com base nos seus princípios de Gestão.

Exposto isto, espera-se o acatamento da presente emenda modificativa, como forma de corrigir a redação dos dispositivos supramencionados, sinônimo de direito e justiça.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado EZEQUIEL FONSECA - PP

Deputado SEBASTIÃO REZENDE - PR

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, o nobre Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, com certeza, é obrigação da Assembleia Legislativa ter a Sessão hoje e amanhã, porque nós temos que dar continuidade da mesma maneira. Tenho certeza que, por esse grande amigo, esse líder, esse Deputado que deixa o Estado de Mato Grosso e a Assembleia Legislativa, Deus nos dará conforto, com toda certeza. Eu peço nas orações, realmente, que Deus dê o consolo, nos dê entendimento, que dê a sabedoria necessária para a família que perde um grande líder, um grande amigo, uma pessoa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

que eu aprendi a admirar, uma pessoa com quem convivi além daqui de dentro do Parlamento, na tribuna, nos seus posicionamentos, mas muito bem trabalhado, junto com Deputado Sebastião Rezende, porque nós estivemos todo esse período na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, agora presidida pelo Deputado Alexandre Cesar.

Perdemos um grande amigo, em seus debates, nos seus posicionamentos, na sua forma de fazer política, na sua seriedade, no compromisso com o povo do Estado de Mato Grosso, um homem íntegro que sempre foi, com sua lealdade, com seu perfil forte, firme, nos seus direcionamentos, no entendimento, na defesa das pessoas menos favorecidas deste Estado. Um homem que não deixava sua vida pessoal, pessoa física, ser humano se misturar ao cargo que tinha como Deputado Estadual. Era o ser humano Walter Rabello e, dentro da Assembleia Legislativa, tinha um posicionamento do Deputado Estadual Walter Rabello. Um grande amigo, um grande líder. Perdemos realmente uma pessoa que abrihantava muito este Parlamento, um homem que fez da vida política a vida dos necessitados.

Que Deus conserve junto a Ele esse grande líder, esse grande amigo e dê à família sabedoria para entender o momento.

“MOÇÃO DE PESAR: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro a Mesa, ouvido o soberano plenário, que seja encaminhada Moção de Pesar à família do Sr. Walter Machado Rabello Junior, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Srs. Deputados que a compõem, vem apresentar Moção de Pesar à família do Sr. Walter Machado Rabello Junior, pelo seu passamento ocorrido em 09 de dezembro de 2014.

JUSTIFICATIVA

Walter Machado Rabello Júnior, nasceu na cidade de São Paulo-SP, no dia 28 de julho de 1966. Chegou em Cuiabá no ano 1983.

Radialista há mais de vinte anos, Walter Rabello trabalhou nas rádios Cultura, Globo Vila e Gazeta AM. Também trabalhou como locutor e apresentador de telejornal na TV Centro América (Canal 4), TV Brasil Oeste (Canal 8) e ainda passou pela TV Mundial (Canal 27), TV Cidade Verde (Canal 12), TV Cuiabá (47), TV Rondon (Canal 5) e atualmente apresenta o programa Cadeia Neles, na TV Record (canal 10).

Casado e pai de cinco filhas, Walter Rabello ingressou na vida política em 2000, quando tentou sem êxito se eleger vereador em Cuiabá. Entretanto, nas eleições seguintes, em 2004, Walter Rabello se elegeu, pelo PMDB, o Vereador mais votado da história de Cuiabá, com mais de oito mil votos. Depois de dois anos, Rabello se candidatou a deputado estadual e foi o segundo deputado mais votado no Estado. Reelegeu-se em 2010 onde obteve 18.696 votos. Nas eleições deste ano, Rabello foi reeleito Deputado Estadual com 27.232 votos.

Seu passamento ocorreu na noite do dia 09 de dezembro de 2014.

Por fim, gostaríamos de nos solidarizar com os familiares e amigos.

É com profundo pesar que registramos a presente Moção, ressaltando que sua trajetória de vida ficará para sempre gravada nos corações de todos que tiveram a honra de conhecê-lo.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Sr Presidente, além da Moção para esse grande amigo com quem aprendi a conviver, quero apresentar duas Emendas ao Projeto de Lei nº 244, que é a Lei Orçamentária Anual.

EMENDA ADITIVA

**Adita o Orçamento Geral do Estado,
Mensagem nº 66/14, Projeto de Lei nº
244/14, de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento da Defensoria Pública de Mato Grosso - Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, o seguinte:

Órgão: 10 - Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Unidade: 10.101 - Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Projeto/Atividade/Operação Especial: 2008 - Remuneração de Pessoal Ativo do Estado de Mato Grosso

Esfera: F (Fiscal)

Regionalização: 9900 - Estado

Modalidade de Aplicação: 90

Fonte de Recursos: 100

Grupo de Despesas: Pessoal Encargos Sociais

Valor: R\$ 2.476.022,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e vinte e dois reais).

Artigo 2º - Para atender a presente Emenda, fica anulada o seguinte:

Órgão: 30 - Encargos Gerais do Estado

Unidade: 30.102 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda-EGE/SEFAZ

Projeto/Atividade/Operação Especial: 8002- Recolhimento do Pis-Pasep e Pagamento Abono

Esfera: F (Fiscal)

Regionalização: 9900 - Estado

Modalidade de Aplicação: 91

Fonte de Recursos: 100

Grupo de Despesas: Outras Despesas Correntes

Valor: R\$ 2.476.022,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e vinte e dois reais).

JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de possibilitar a posse dos Defensores Públicos os quais seriam destinados à reabertura da Defensoria Pública nas várias comarcas que hoje ainda não contam com os nossos serviços. Por isso, torna-se necessário acrescentar o valor proposto, visto que a programação para essa atividade é insuficiente para atender a demanda.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM

Mas a emenda mais importante que eu apresento à Lei Orçamentária é a que tem o objetivo de construir e concluir o Hospital Geral de Cuiabá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

EMENDA ADITIVA:

**Adita o Orçamento Geral do Estado,
Mensagem nº 66/14 Projeto de Lei nº
244/14, de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde - FES - Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, o seguinte:

Órgão: 21 - Secretaria de Estado de Saúde - SES

Unidade: 21.601 - Fundo Estadual de Saúde - FES

Projeto/Atividade/Operação Especial: 2978 - Obras de Reformas e Ampliações na Rede de Atendimento em Saúde

Esfera: S (Seguridade Social)

Regionalização: 0600 - REGIÃO VI - SUL

Modalidade de Aplicação: 90

Fonte de Recursos: 134

Grupo de Despesas: Investimentos

Valor: R\$ 29.304.888,00 (Vinte e nove milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais)

Artigo 2º - Para atender a presente Emenda, fica anulada o seguinte:

1) Órgão: 21 - Secretaria de Estado de Saúde - SES

Unidade: 21.601 - Fundo Estadual de Saúde - FES

Projeto/Atividade/Operação Especial: 4309 - Gerenciamento das Unidades sob Gestão de Organizações Sociais

Esfera: S (Seguridade Social)

Regionalização: 0200 - Região II - Norte

Modalidade de Aplicação: 50

Fonte de Recursos: 134

Grupo de Despesas: Outras Despesas Correntes

Valor: R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais)

2) Órgão: 21 - Secretaria de Estado de Saúde - SES

Unidade: 21.601 - Fundo Estadual de Saúde - FES

Projeto/Atividade/Operação Especial: 4309 - Gerenciamento das Unidades sob Gestão de Organizações Sociais

Esfera: S (Seguridade Social)

Regionalização: 0500 - Região V - Sudeste

Modalidade de Aplicação: 50

Fonte de Recursos: 134

Grupo de Despesas: Outras Despesas Correntes

Valor: R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais)

3) Órgão: 21 - Secretaria de Estado de Saúde - SES

Unidade: 21.601 - Fundo Estadual de Saúde - FES

Projeto/Atividade/Operação Especial: 4309 - Gerenciamento das Unidades sob Gestão de Organizações Sociais

Esfera: S (Seguridade Social)

Regionalização: 0700 - Região VII - Sudoeste

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Modalidade de Aplicação: 50
Fonte de Recursos: 134
Grupo de Despesas: Outras Despesas Correntes
Valor: R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais)
4) Órgão: 21 - Secretaria de Estado de Saúde - SES
Unidade: 21.601 - Fundo Estadual de Saúde - FES
Projeto/Atividade/Operação Especial: 4309 - Gerenciamento das Unidades sob
Gestão de Organizações Sociais
Esfera: S (Seguridade Social)
Regionalização: 1000 - Região X - Centro
Modalidade de Aplicação: 50
Fonte de Recursos: 134
Grupo de Despesas: Outras Despesas Correntes
Valor: R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais)
5) Órgão: 21 - Secretaria de Estado de Saúde - SES
Unidade: 21.601 - Fundo Estadual de Saúde - FES
Projeto/Atividade/Operação Especial: 4309 - Gerenciamento das Unidades sob
Gestão de Organizações Sociais
Esfera: S (Seguridade Social)
Regionalização: 1200 - Região XII - Centro Norte
Modalidade de Aplicação: 50
Fonte de Recursos: 134
Grupo de Despesas: Outras Despesas Correntes
Valor: R\$ 1.304.888,00 (Hum milhão, trezentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e
oito reais)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo concluir a obra do Hospital Central de Cuiabá e iniciar os atendimentos básicos na rede de saúde estadual.

A conclusão desta obra, que está parada há 30 anos é uma questão de respeito ao dinheiro que o contribuinte confiou no estado, e, por isto não pode se tornar mais uma dentre tantas outras obras inacabadas por este estado, por este país.

Este remanejamento também está alinhado as recomendações do Ministério Público Federal para a retomada da obra do hospital decorrente de ação civil pública ao Processo Nº 0012552-42.2013.4.01.3600 que, após o seu trânsito em julgado, determinou a retomada da obra pelo estado de Mato Grosso imediatamente a análise técnica da estrutura física já existente, em decorrência do tempo que a obra esteve parada.

Considerando isso, a presente emenda propõe a utilização de recursos do Fundo Estadual de Saúde, ressaltando que redução proposta de valores na ação 4309 não acarretará prejuízos na oferta dos serviços em saúde, pois já existem estimativas do órgão de planejamento do Estado que indicam excedente de arrecadação para a saúde, que honrarão a prestação dos serviços essenciais pertinentes a pasta da saúde.

Portanto, esta modificação na programação orçamentária é essencial para se iniciar a oferta de serviços básicos pelo Hospital Central de Cuiabá e preparar esta unidade de saúde, bem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

como atender a determinação judicial imposta decorrente de ação transitada em julgado que determinou a retomada dessa obra.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM

Estudei bastante essa emenda. Emenda que dá o total de 29 milhões 304 mil e 888 reais, quase 30 milhões de reais que vão ser destinados ao hospital Geral de Cuiabá. Aí sim nós teremos no Governo de Pedro Taques um Hospital para atender a demanda do interior do Estado, que hoje é atendido talvez no Pronto-socorro de Cuiabá, no Pronto-socorro de Várzea Grande.

Nós vamos dar qualidade no atendimento às pessoas com toda alta complexidade. E todas as fontes estão aqui em meu projeto; as fontes que serão tiradas, a Fonte de Receita para que se destine todo esse montante, todo esse valor já conversado.

Eu já apresentei ao novo Governador Pedro Taques e tenho a viabilidade de nós concretizarmos a construção do Hospital Geral do Município de Cuiabá, que vai atender o Estado de Mato Grosso, como o hospital público da sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Domingos Silva, Presidente da Associação dos Técnicos de Controle Público Externo do TCE e, também, o Sr. Vander Silveira de Melo, Presidente da Associação dos Auditores do Tribunal de Contas.

Sejam bem-vindos ao Parlamento.

Comunicado: Com base no Art. 50, I, declaro vago o cargo de Deputado Estadual da 17ª Legislatura em razão do falecimento do ilustre Deputado Walter Rabello, ocorrido no dia de ontem.

Determino à Consultoria Técnico-jurídica a adoção das medidas administrativas que já foram feitas e convoco o ilustre Deputado Luizinho Magalhães para assumir a bancada do ex-Deputado e saudoso amigo Walter Rabello.

Comunicado do Tribunal de Contas: “Exmº Sr. Romoaldo Júnior, Presidente da Assembleia Legislativa, 10 de dezembro de 2014.

Com os nossos cordiais cumprimentos, em razão do Ato nº 163/14, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - Edição 524, de 09/12/2014, à página 01, em decorrência do contido no processo nº 21270-9/2014, do Tribunal de Contas de Mato Grosso, comunico a Vossa Excelência a vacância do cargo de Conselheiro deste Tribunal de Contas, em decorrência da renúncia do eminente Conselheiro Humberto Melo Bosaipo, para que sejam adotadas as providências necessárias ao preenchimento da referida vaga, tendo em vista que a indicação cabe à Assembleia Legislativa, com a nomeação posterior de competência do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Atenciosamente,

Conselheiro Waldir Júlio Teis.

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.”

Determino à Consultoria Técnico-Jurídica as providências regimentais e constitucionais para o chamamento dos possíveis candidatos para arguição.

Nos termos do Art. 118, § 1º, do Regimento Interno, foram apresentadas proposições de autoria dos Srs. Deputados:

ROMOALDO JÚNIOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

“INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia para o Exmº Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento do Turismo, a urgente necessidade do recapeamento asfáltico da Avenida Anibal Toledo, na cidade de Poconé.

Nos termos do Art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis , requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, com cópia para o Exmº Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento do Turismo, mostrando a urgente necessidade do recapeamento asfáltico da Avenida Anibal Toledo, na cidade de Poconé.

JUSTIFICATIVA

A Avenida Anibal Toledo, uma das principais da cidade de Poconé, onde a população e os turistas transitam obrigatoriamente na chegada naquela cidade, se encontra uma verdadeira calamidade, uma vergonha não só para Poconé, como para nosso Estado.

Poconé é o portal do Pantanal, que impressão os turistas terão ao chegar naquela cidade e trafegar por uma avenida que hoje esta tomada pelos buracos. Pela localização da avenida e da cidade de Poconé, não podemos ficar omissos, esta avenida deixou de ser um problema municipal, e, passou a ser um problema do Estado, pela sua importância.

Esperamos a sensibilização de nossas autoridades para resolver essa grave situação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar, a necessidade de implantação de um Posto Policial no Distrito de Marzagão, localizado no Município de Rosário Oeste.

Nos termos do Art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis , requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar, mostrando a necessidade de implantação de um Posto Policial no Distrito de Marzagão, localizado no Município de Rosário Oeste.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa atender a reivindicação da população do Distrito de Marzagão, localizado no Município de Rosário Oeste que reivindica a implantação de um Posto Policial naquela localidade.

Com o aumento da população, houve um aumento no número de arrombamentos e furtos a residências, gerando um clima de insegurança na população.

Dois terrenos já foram disponibilizados para a construção do Posto.

Encaminhamos em anexo abaixo assinado da população local com dezenas de assinaturas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Diante da situação, solicitamos que o Poder Executivo atenda o clamor da população daquela prospera localidade e implante o Posto Policial na mesma
Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU, a urgente necessidade de concluir o recapeamento asfáltico da MT-060, no trecho entre Nossa Senhora do Livramento e o entroncamento da BR-364.

Nos termos do Art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis , requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU, mostrando a urgente necessidade de concluir o recapeamento asfáltico da MT-060, no trecho entre Nossa Senhora do Livramento e o entroncamento da BR-364.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa atender a reivindicação da população que trafega pela MT 060 e encontra péssimas condições de tráfego no trecho entre Nossa Senhora do Livramento e o entroncamento da BR-364.

A atual situação coloca em risco os que transitam pelo referido trecho, havendo sério riscos de acidentes pelos inúmeros buracos existentes.

Ninguém consegue entender porque somente uma parte do referido trecho foi recuperado.

Assim sendo, solicitamos a urgente conclusão do referido trecho, atendendo assim as dezenas de pessoas que transitam pela mesma todos os dias, inclusive ônibus.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU, a urgente necessidade do recapeamento asfáltico da MT-040, no trecho compreendido entre a construção do novo Hospital Julio Muller, no Distrito de Piquizeiro, até a saída da cidade de Santo Antonio de Leverger (incluindo a Av. Santo Antonio).

Nos termos do Art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis , requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, com cópia ao Sr. Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU, mostrando a necessidade do recapeamento asfáltico da MT 040, no trecho compreendido entre a construção do novo Hospital Julio Muller, no Distrito de Piquizeiro, até a saída da cidade de Santo Antonio de Leverger (incluindo a Av. Santo Antonio).

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa atender a reivindicação dos Vereadores Sérgio Luiz Potrich e Ugo da Conceição Padilha no sentido do recapeamento asfáltico da MT 040, no trecho

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

compreendido entre a construção do novo Hospital Julio Muller, no Distrito de Piquizeiro, até a saída da cidade de Santo Antonio de Leverger (incluindo a Av. Santo Antonio).

O trecho acima descrito, possui inúmeros buracos, dificultando a trafegabilidade dos inúmeros carros que transitam pela mesma, causando inclusive muitos acidentes.

Na área urbana a situação também é crítica, ocorrendo também muitos acidentes pelos inúmeros buracos no asfalto.

Pela situação calamitosa da referida rodovia, solicitamos que o Poder Executivo adote providencias imediatas no sentido de atender ao pleito, principalmente, dos que transitam pela mesma, inclusive ônibus

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia para o Exmº Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU, a urgente necessidade de recuperação das pontes da Rodovia Transpantaneira.

Nos termos do Art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis , requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, com cópia ao Sr. Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU, mostrando a urgente necessidade de recuperação das pontes da Rodovia Transpantaneira.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia Transpantaneira com uma extensão de 147km e 120 pontes de madeira, apresenta uma trafegabilidade critica em função do estado de deterioração de algumas pontes de madeiras.

A situação das pontes vem prejudicando não só os proprietários e trabalhadores das inúmeras propriedades rurais situadas ao longo da mesma, como também as pousadas e os turistas.

A recuperação das pontes deveria ter ocorrido no período de estiagem, como não ocorreu, torna-se imprescindível um serviço de emergência no sentido de recuperar as pontes que se encontram em péssimo estado, colocando em risco os transeuntes da mesma..

Assim sendo, solicitamos que o Poder Executivo adote providencias imediatas no sentido de restaurar a trafegabilidade dessa importante rodovia

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.

Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais deste Poder Moção de Congratulação à Federação, ao Fórum, aos mestres, aos contramestres e aos professores capoeiristas, vazada na seguinte forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, expressa suas mais veementes congratulações à Federação, ao Fórum, aos mestres, aos contramestres e aos professores capoeiristas pelo reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, da roda de capoeira como Patrimônio

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Imaterial da Humanidade, considerada internacionalmente como uma prática cultural multifacetada e multidimensional, que se manifesta como luta, dança, esporte e arte.

Originada no século XVII (17), a ‘Roda de Capoeira’ desenvolveu-se como forma de sociabilidade e solidariedade entre os africanos escravizados, estratégia para lidarem com o controle e a violência. De acordo com o Iphan, a prática cultural é um dos maiores símbolos da identidade brasileira e está presente em todo território nacional, sendo praticada em mais de 160 países, em todos os continentes.

A Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira foram reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro pelo Iphan em 2008.

Aos capoeiristas e representações devemos prestar o nosso reconhecimento e a nossa gratidão pelos relevantes serviços em prol do esporte, cultura (dança e música), educação e paz em nosso estado

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.”

MESA DIRETORA:

“PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

Dispõe sobre a estabilidade funcional dos servidores públicos do Poder Legislativo e dá outras providências

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, decreta:

Art. 1º Os servidores públicos do Poder Legislativo que não tenham sido admitidos na forma prevista nos incisos II, V e IX do art. 37 da Constituição Federal, estáveis ou não, por efeito do art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, até 05 de outubro de 2005, serão considerados estáveis no serviço público, nos quadros de servidores do Poder Legislativo, inclusive para fins previdenciários, e passarão a integrar o quadro temporário em extinção à medida que forem sendo declarados vagos os respectivos cargos, funções ou empregos públicos, proibida nova inclusão ou admissão a qualquer título, assim como o acesso a quadro diverso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposta tem por finalidade incluir regra no texto legal estadual, para resguardar um universo definido de servidores do Poder Legislativo que estabeleceram vínculos jurídicos com este Poder e exercem regularmente atividades permanentes próprias dos servidores públicos efetivos.

O texto da proposta de decreto legislativo apresentada a esta Casa Legislativa busca efetivar, inclusive com efeitos previdenciários, os servidores públicos do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso que ingressaram no serviço público estadual até 5 de outubro de 2005 sem terem prestado o concurso público a que se refere o art. 37 da Constituição da República, estabilizados ou não por efeito do art. 19 do ADCT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Além disso, a proposta determina que tais servidores passarão a integrar quadro temporário, que será extinto à medida que os correspondentes cargos, empregos e funções públicas vagarem. A proposta também veda nova inclusão ou admissão, a qualquer título, bem como o acesso de tais servidores a quadro diverso ou a outros cargos, empregos e funções.

Sob o prisma da competência legislativa, o parágrafo único do art.25 da Constituição Federal, assim como seu art. 39, conferem ao Estado membro a competência para dispor sobre o regime jurídico dos seus servidores públicos.

Com relação ao conteúdo da proposição, o fato é que a matéria envolve a colisão de valores jurídico-constitucionais, especialmente no que tange à segurança jurídica, a dignidade da pessoa humana e o direito à cobertura previdenciária, justificando a atuação do legislador para a sua solução.

Em se tratando de princípios constitucionais, não há como se identificar, em abstrato, a prevalência hierárquica de um deles sobre os demais, o que exige do legislador a ponderação dos valores no caso concreto, resolvendo o conflito aparente das normas.

Sendo assim, a pretensão da proposição em análise é exatamente conferir solução às situações concretas vivenciadas pelos destinatários da norma, harmonizando os valores jurídico-constitucionais de forma a fazer prevalecer os princípios da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, assim já se posicionou o Superior Tribunal de Justiça:

‘(...) 4. O poder da Administração, destarte, não de absoluto, de forma que a recomposição da ordem jurídica violada estão condicionada primordialmente ao interesse público. O decurso do tempo, em certos casos, é capaz de tornar a anulação de um ato ilegal claramente prejudicial ao interesse público, finalidade precisa da sua atividade exercida pela Administração.

5. Cumprir a lei nem que o mundo perecível de uma atitude que não tem mais o abono da Ciência Jurídica, neste tempo em que o espírito da justiça se apoia nos direitos fundamentais da pessoa humana, apontando que a razoabilidade é a medida sempre preferível para se mensurar o acerto ou desacerto de uma solução jurídica.

6. Os atos que efetivaram os ora recorrentes no serviço público da Assembleia Legislativa da Paraíba, sem a prévia aprovação em concurso público e após a vigência da norma prevista no art. 37, II, da Constituição Federal, é indubitavelmente ilegal, no entanto, o transcurso de quase vinte anos tornou a situação irreversível, convalidando os seus efeitos, em apreciação ao postulado da segurança jurídica, máxima se considerando, como neste caso, que alguns dos nomeados até se aposentaram (4), tendo sido os atos respectivos aprovados pela Corte de Contas Paraibana.

7. A singularidade deste caso o extrema de quaisquer outros e impossível prevalência do princípio da segurança jurídica na ponderação dos valores em questão (legalidade vs segurança), não se podendo fechar os olhos até a realidade e aplicar a norma jurídica como se incidisse em ambiente de absoluta abstratividade.’(Recurso no Mandado de Segurança nº 24.339/TO; 30/10/2008.)

Pelos motivos expostos, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
MESA DIRETORA.”

LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS:

SUBSTITUTIVO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº
48/14, MENSAGEM Nº 74/14:

**“Dispõe sobre o Estatuto dos Militares
do Estado de Mato Grosso.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei complementar:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O presente Estatuto regula as situações, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos militares do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Os militares estaduais são aqueles que integram a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições militares estaduais permanentes, integrantes do sistema de segurança pública e defesa social, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.

Art. 4º O militar estadual encontra-se em uma das seguintes situações:

I - na ativa:

- a) aquele que, ingressando na carreira, faz dela profissão, até ser transferido para a reserva, demitido, exonerado ou reformado;
- b) os alunos de órgãos militares de formação, habilitação, adaptação, estágio, aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação;
- c) os militares estaduais da reserva remunerada quando convocados;
- d) os reincluídos.

II - na inatividade:

- a) na reserva remunerada, quando, tendo prestado serviço na ativa, passa à reserva da instituição e percebe subsídio do Estado de Mato Grosso;
- b) reformado, quando, tendo passado por uma das situações anteriores, está dispensado, definitivamente, da prestação de serviço e continua a perceber subsídio do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º É vedada a convocação para a ativa de militares estaduais que estejam na situação de reformados.

Art. 6º São de exercício exclusivo dos militares do Estado as funções atribuídas aos cargos previstos nesta lei complementar.

Art. 7º O serviço militar estadual consiste no exercício de atividades inerentes às instituições militares estaduais e compreende os encargos previstos nesta lei complementar.

Art. 8º Instituição, Corporação e Organização Militar Estadual são expressões genéricas conferidas às instituições militares do Estado de Mato Grosso.

§ 1º Unidade Policial Militar (UPM) e Unidade Bombeiro Militar (UBM) são denominações atribuídas a corpo de tropa, repartição, estabelecimento ou qualquer outra unidade administrativa ou finalística das instituições militares estaduais.

§ 2º Unidade Militar Estadual é a designação genérica atribuída a UPM ou UBM.

Art. 9º Sede é todo o perímetro urbano do município ou distrito, dentro do qual se localizam as instalações de uma Unidade Militar Estadual e onde funciona a sua gestão.

CAPÍTULO II DO INGRESSO E DA CARREIRA

Seção I Do Ingresso

Art. 10 O ingresso nas instituições militares é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de qualquer natureza, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as condições prescritas nesta lei complementar.

§ 1º O ingresso nas instituições militares é materializado precariamente pelo ato de inclusão e aperfeiçoado com a declaração de soldado ou de aspirante a oficial.

§ 2º Os atos de inclusão e declaração são de competência do Comandante-Geral da Instituição.

Art. 11 São requisitos para ingresso nas instituições militares:

- I - ser brasileiro;
- II - estar no mínimo com dezoito anos e, no máximo com trinta e cinco anos;
- III - possuir ilibada conduta pública e privada;
- IV - estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- V - não ter sofrido condenação criminal com pena privativa da liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função militar;
- VI - não estar sendo processado, nem ter sofrido penalidades por prática de atos desabonadores no exercício profissional;
- VII - não ter sido isentado do serviço militar por incapacidade física definitiva;
- VIII - obter a aprovação nos exames médicos, físicos, psicológicos e intelectual, exigidos para a inclusão ou matrícula;
- IX - ter conduta individual e social, atual e pregressa, compatível com o exercício das atividades de militar estadual, a ser apurada em investigação sobre sua vida;
- X - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), conforme categoria exigida em edital;
- XI - possuir bacharelado em direito para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais;
- XII - possuir bacharelado em medicina ou odontologia, bem como as especialidades exigidas em edital, para o ingresso no Curso de Adaptação de Oficiais de Saúde;
- XIII - possuir graduação de nível superior (bacharel, licenciatura ou tecnólogo), reconhecido pelos sistemas de ensino federal e estadual, para o Curso de Formação de Soldados.

§ 1º O disposto no inciso II deste artigo não se aplica aos militares estaduais da ativa do Estado de Mato Grosso.

§ 2º Os requisitos para ingresso estabelecidos neste artigo deverão ser comprovados mediante apresentação de documentos, conforme dispuser edital.

§ 3º O requisito idade máxima, estabelecido no inciso II deste artigo, será aferido no ato da inscrição no concurso público.

Seção II Das Carreiras Militares Estaduais

Art. 12 As carreiras militares estaduais são caracterizadas pelas atividades continuadas e inteiramente devotadas às finalidades precípua da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, denominadas respectivamente atividade policial militar e atividade bombeiro militar.

§ 1º As carreiras militares estaduais são privativas do policial militar e bombeiro militar em atividade e iniciam-se com o ingresso na Instituição Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos entre oficiais e praças.

§ 2º Fica assegurado o exercício do magistério, quando houver compatibilidade de horários, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, II e III, da Constituição da República.

§ 3º Fica assegurado o exercício de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, nos termos do art. 142, § 3º, II e III da Constituição da República.

§ 4º Para efeitos legais, considera-se também como atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípua das Instituições Militares Estaduais, as atividades exercidas por militares estaduais decorrentes de termos de convênio, cooperação ou quaisquer outros instrumentos firmados entre as instituições e entes federativos.

Subseção I Do Oficial

Art. 13 Os quadros de Oficiais são compostos pelos postos previstos em legislação peculiar, cujo ingresso dar-se-á no posto de segundo-tenente.

Subseção II Da Praça

Art. 14 Os quadros das Praças são compostos pelas graduações previstas em legislação peculiar, cujo ingresso dar-se-á na graduação de soldado.

Subseção III Das Situações Transitórias

Art. 15 O aluno a oficial é praça especial, que está em formação profissional, cuja situação funcional é transitória.

Art. 16 O aluno do curso de adaptação de oficiais complementares é praça em situação especial, que está em formação profissional, cuja situação funcional é transitória.

Art. 17 O aluno do curso de formação de oficiais ou do curso de adaptação de oficiais, que ao ser matriculado no curso possuía a condição de policial militar ou bombeiro militar, ao ser excluído do curso será reconduzido à sua situação funcional anterior, sem prejuízo de eventuais sanções penais, cíveis ou administrativas.

Art. 18 O aluno a soldado é praça em situação especial, que está em formação profissional, cuja situação funcional é transitória

CAPÍTULO III DO CARGO MILITAR, DA FUNÇÃO MILITAR, DAS SUBSTITUIÇÕES E DESIGNAÇÕES

Seção I Do Cargo Militar

Art. 19 Cargo Militar é o posto ou a graduação ocupado pelo militar estadual.

Art. 20 A cada cargo militar corresponde um conjunto de direitos, atribuições, deveres e responsabilidades.

Art. 21 Os cargos de oficial da Polícia Militar são dotados de autoridade de Polícia Ostensiva e organizados em carreira de nível superior, essenciais a justiça e à defesa da ordem jurídica, sendo-lhes assegurada independência funcional pela livre convicção nos atos de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

§ 1º Os oficiais da Polícia Militar têm como competência a gestão das atividades administrativa e finalística da instituição, para o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, sendo autoridade de Polícia Judiciária Militar e de Polícia Ostensiva, além de outras atribuições dispostas em lei.

§ 2º Aos oficiais da Polícia Militar compete ainda o exercício da atividade jurisdicional, nos órgãos da Justiça Militar Estadual.

Art. 22 Os cargos de oficial do Corpo de Bombeiros Militar são dotados de poder de polícia e organizados em carreira de nível superior, essenciais a justiça e à defesa da ordem jurídica, sendo-lhes assegurada independência funcional pela livre convicção nos atos em decorrência de suas atribuições legais.

§ 1º Os oficiais do Corpo de Bombeiros Militar têm como competência a gestão das atividades administrativas e finalísticas, para realizar as competências atribuídas à instituição, além de outras definidas em lei.

§ 2º Aos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar compete ainda o exercício da atividade jurisdicional militar, nos órgãos da Justiça Militar Estadual.

Art. 23 Os cargos das praças da Polícia Militar, são organizados em carreira de nível superior e dotados de autoridade de Polícia Ostensiva, tendo como competência a execução das atividades administrativas, de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, além de outras atribuições definidas em lei.

Art. 24 Os cargos das praças do Corpo de Bombeiros Militar, organizados em carreira de nível superior, tem como competência a execução das atribuições da instituição, além de outras definidas em lei.

Art. 25 Os cargos militares são providos por militares estaduais da ativa, que satisfaçam aos requisitos de grau hierárquico e de qualificação exigidos para o seu desempenho, previstos em legislação específica e/ou peculiar.

Parágrafo único O provimento do cargo militar se faz por ato de inclusão, declaração ou promoção.

Art. 26 Considera-se vago o cargo militar em que o ocupante:

I - tenha falecido;

II - tenha sido considerado extraviado;

III - tenha sido considerado desertor;

IV - tenha sido demitido *ex officio* ou exonerado;

V - tenha sido transferido para reserva remunerada ou reformado, *ex officio* ou a pedido;

VI - tenha tomado posse em outro cargo inacumulável;

VII - tenha sido reconduzido em cargo público anteriormente ocupado.

Art. 27 A posse no cargo e o exercício da função do militar ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio, a fim de ser arquivada no setor competente das instituições.

Parágrafo único O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração de ajuste anual de imposto sobre a renda de pessoa física apresentada à Receita Federal, para suprir a exigência contida no *caput*.

Seção II **Da Função Militar**

Art. 28 É função militar a atividade desempenhada, pelo militar estadual:

I - no âmbito da instituição a que pertence;

II - no âmbito da instituição militar para qual foi posto à disposição.

Parágrafo único O militar sem estabilidade somente poderá exercer atividade no âmbito da instituição a que pertence.

Art. 29 É considerada função de natureza militar a desempenhada pelos integrantes das instituições militares estaduais:

I - nos órgãos militares e de segurança pública dispostos em normas específicas do Governo Federal;

II - na Secretaria de Estado da Casa Militar;

III - na Secretaria de Estado de Segurança Pública;

IV - no Sistema de Defesa Civil;

V - na Assembleia Legislativa do Estado;

VI - no Poder Judiciário;

VII - no Ministério Público

VIII - no Tribunal de Contas;

IX - no Ministério Público de Contas;

X - na Secretária de Estado de Meio Ambiente;

XI - na Secretária de Estado de Fazenda;

XII - nas Associações representativas de categoria profissional ou em fundação ligada as instituições;

XIII - outros órgãos estaduais, desde que expressamente designados por ato do Governador do Estado.

§ 1º O militar estadual nomeado ou designado para o função de natureza militar será agregado, não acarretando abertura de vagas para efeito de promoção.

§ 2º É vedado ao militar estadual sem estabilidade o exercício de função ou cargo considerado de natureza civil.

§ 3º É considerada também como função de natureza militar as atividades exercidas por militares estaduais decorrentes de termos de convênio, cooperação ou quaisquer outros instrumentos firmados entre as instituições e entes federativos.

Art. 30 O militar da ativa que tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, nos termos do artigo 142, §3º, inciso III da Constituição Federal, poderá permanecer nesta condição somente pelo período de dois anos.

Seção III Das Substituições e Designações

Art. 31 A substituição que se caracteriza como uma designação temporária de função ocupada por outro militar estadual dar-se-á mediante ato do Comandante-Geral, em casos de ausência ou impedimento eventual do titular da função militar.

§ 1º Em se tratando de substituição de função privativa de grau hierárquico superior, o substituto fará jus, enquanto durar a substituição, à remuneração do menor posto ou graduação dos cargos titulares por aquela função, desde que esse período, seja igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º O órgão de pessoal da instituição, independente de requerimento, deverá incluir na folha de pagamento a respectiva diferença salarial.

§ 3º O Governador do Estado regulamentará no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a Lei de Organização Básica das instituições militares, definindo as funções institucionais, bem como as suas titularidades.

Art. 32 A designação é a investidura do militar estadual nas funções previstas na lei de organização básica da instituição militar estadual e dar-se-á por ato do Comandante-Geral.

Parágrafo único Em se tratando de designação para desempenho de função privativa de grau hierárquico superior, o militar estadual fará jus, enquanto durar essa designação, à remuneração do menor posto ou graduação dos cargos titulares por aquela função, devendo o órgão de recursos humanos da instituição, independente de requerimento, incluir na folha de pagamento a respectiva diferença.

CAPÍTULO IV DA ESTABILIDADE DO MILITAR ESTADUAL

Art. 33 O militar estadual adquire a estabilidade ao completar três anos de efetivo serviço, a contar de sua inclusão.

§ 1º O militar ficará sujeito a estágio probatório, normatizado pelo Comandante Geral da Instituição, até que adquira a estabilidade

§ 2º Será exonerado o militar que durante o estágio probatório, após processo regular, for considerado inapto para exercício do cargo.

§ 3º A instauração de processo administrativo disciplinar de natureza demissória suspende a contagem de prazo para a aquisição de estabilidade pelo militar estadual.

CAPÍTULO V
DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA

Art. 34 A hierarquia e a disciplina são as bases das instituições militares estaduais.

Art. 35 A hierarquia militar é a ordenação da autoridade em níveis, dentro da estrutura das instituições militares estaduais.

Parágrafo único A ordenação é feita por posto ou graduação.

Art. 36 A disciplina militar estadual consiste no exato cumprimento dos deveres, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por todos os integrantes das instituições militares estaduais.

§ 1º São manifestações essenciais da disciplina:

- I - a observância rigorosa das prescrições legais e regulamentares;
- II - a obediência às ordens legais dos superiores;
- III - o emprego de todas as energias em benefício do serviço público;
- IV - a correção de atitudes;
- V - as manifestações espontâneas de acatamento dos valores e deveres éticos;
- VI - a colaboração espontânea na disciplina coletiva e na eficiência da instituição.

§ 2º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos, permanentemente, pelos militares, tanto no serviço ativo quanto na inatividade.

§ 3º A civilidade é parte integrante da educação militar estadual, cabendo aos superiores, pares e subordinados atitudes de respeito e deferência mútuos.

Art. 37 Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambientes de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

Art. 38 Posto é o grau hierárquico do oficial conferido por ato do Governador do Estado.

§ 1º O oficial faz jus à carta patente que será conferida pelo Governador do Estado para o primeiro posto do oficialato e para o primeiro posto de Oficial Superior.

§ 2º A promoção aos demais postos será apostilada nas respectivas cartas.

Art. 39 Graduação é o grau hierárquico da praça conferido pelo Comandante-Geral da Instituição Militar Estadual.

Art. 40 Sempre que o militar estadual da reserva remunerada ou reformado fizer uso do posto ou graduação deve mencionar esta situação, incluindo a sigla RR ou REF, respectivamente, logo após o posto ou graduação.

Art. 41 Ao militar estadual da reserva remunerada, quando convocado para o exercício da função militar ou de natureza militar, é autorizado o uso do uniforme nas condições do artigo anterior.

Art. 42 A escala hierárquica e os círculos hierárquicos nas instituições militares estaduais são fixados na forma do anexo único desta lei complementar.

Art. 43 A precedência entre os militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional previstas em lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

§ 1º A antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da vigência do ato da respectiva promoção, declaração ou inclusão.

§ 2º No caso de ser igual a antiguidade referida no parágrafo anterior, esta será estabelecida, nesta sequência:

I - pela antiguidade no posto ou graduação anterior, retroagindo quantas vezes forem necessárias, independente do quadro;

II - pela ordem de classificação do curso de formação para os militares da mesma turma;

III - pela data de nascimento, e neste caso, o militar de mais idade será considerado o mais antigo, se a antiguidade não for solucionada pelo inciso I ou II.

IV - de acordo com o regulamento do respectivo órgão, entre os alunos de um mesmo órgão de formação militar estadual, se não puderem ser enquadrados nos incisos anteriores.

§ 3º Em igualdade de posto ou graduação, os militares estaduais da ativa têm precedência sobre os da inatividade.

§ 4º Não se aplica o disposto no inciso II do § 2º deste artigo aos oficiais de saúde aos quais a antiguidade será definida pela ordem decrescente de nota final do concurso público de ingresso.

CAPÍTULO VI
DA ÉTICA, DOS VALORES E DOS DEVERES DOS MILITARES ESTADUAIS

Seção I
Da Ética

Art. 44 Os militares estaduais devem ter conduta compatível com os preceitos éticos desta lei complementar e, em especial, com as seguintes disposições:

I - os atos dos militares estaduais deverão ser direcionados para a preservação da credibilidade das instituições militares estaduais;

II - o trabalho desenvolvido pelos militares estaduais junto à comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar;

III - os atos dos militares estaduais verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional;

IV - não faltar com a verdade;

V - os militares estaduais devem trabalhar em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus companheiros e cada concidadão.

Seção II
Dos Valores Militares

Art. 45 São manifestações essenciais dos valores militares:

I - o patriotismo, traduzido na vontade inabalável de cumprir suas atribuições e no solene juramento de fidelidade à Pátria e à Instituição;

II - o civismo e o culto às tradições históricas das instituições militares do Brasil;

III - o espírito de corpo, expresso pelo orgulho do militar estadual pela organização onde serve;

IV - o amor à profissão militar estadual e o entusiasmo com que é exercida;

V - o aprimoramento técnico e profissional;

VI - a dedicação integral à defesa da sociedade.

Seção III **Dos Deveres do Militar Estadual**

Subseção I **Dos Deveres Fundamentais**

Art. 46 Os deveres do militar estadual emanam de vínculos racionais e morais que o ligam à comunidade.

§ 1º O militar estadual atua junto à comunidade e nunca deverá ser instrumento para favorecimento de grupos ou instituições, devendo conhecer os limites que as leis impõem para o exercício de suas atribuições.

§ 2º São deveres fundamentais do militar estadual:

I - servir à comunidade e prestar-lhe segurança;

II - respeitar a hierarquia e a disciplina;

III - agir com probidade e lealdade em todas as circunstâncias;

IV - dedicar-se integralmente à atividade militar estadual e à Instituição a que pertence, mesmo com o risco da própria vida;

V - exercer a atividade militar estadual com zelo e honestidade;

VI - salvaguardar a vida e o patrimônio público e particular;

VII - valorizar os símbolos nacionais e as tradições históricas das instituições militares estaduais;

VIII - respeitar os direitos e garantias dos cidadãos;

IX - identificar e, se for o caso, prender os infratores da lei;

X - decidir, quando estiver diante de duas ou mais situações, pela melhor e mais vantajosa alternativa para o bem comum;

XI - jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade;

XII - tratar respeitosamente os cidadãos, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com as pessoas;

XIII - ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais dos cidadãos, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção;

XIV - resistir a todas as pressões para obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência da função;

XV - tomar providências para reprimir atos ilegais, antiéticos, contrários à disciplina ou que comprometam a hierarquia;

XVI - ser assíduo e frequente ao trabalho, na certeza de que sua ausência provoca danos ao serviço público, refletindo negativamente nas instituições militares estaduais e na manutenção da ordem pública;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

- XVII - manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho;
- XVIII - participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas atribuições, tendo por escopo a realização do bem comum;
- XIX - Apresentar-se ao trabalho com as vestimentas adequadas ao exercício de suas atribuições;
- XX - manter-se atualizado com as instruções e normas de serviço, bem como a legislação pertinente às instituições militares estaduais;
- XXI - cumprir, de acordo com as instruções e normas de serviço, suas atribuições;
- XXII - facilitar a fiscalização de seus atos por quem de direito;
- XXIII - exercer, com responsabilidade, as prerrogativas que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-las contrariamente aos legítimos interesses dos cidadãos;
- XXIV - abster-se, de forma absoluta, de exercer suas atribuições com finalidade estranha ao serviço público militar, mesmo que observando as formalidades legais, não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- XXV - zelar pelo prestígio e pela dignidade da instituição;
- XXVI - cumprir as obrigações e ordens.

Subseção II

Dos Deveres para com os Membros das Instituições Militares Estaduais

Art. 47 São deveres do militar estadual para com os demais membros das instituições militares do Estado de Mato Grosso:

- I - abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras dos seus superiores, pares e subordinados;
- II - evitar desentendimentos com seus pares;
- III - praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;
- IV - prestar ao superior hierárquico as honras e deferências que lhes são devidas;
- V - tratar os pares e os subordinados dignamente e com urbanidade, sendo vedado coagir moralmente o subordinado, através de atos ou expressões reiteradas que tenham por objetivo atingir a sua dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica.
- VI - é vedado qualquer tipo de comportamento, ordem ou ação que vise frustrar ou impedir a realização de Assembleia Geral de entidade representativa da categoria profissional de militares estaduais, nos termos do artigo 8º da Constituição Federal, resguardando o direito de livre associação profissional dos militares estaduais.

Parágrafo único A solidariedade e o respeito à hierarquia não induzem nem justificam a participação ou conivência com o erro ou com atos infringentes das normas éticas ou legais.

CAPÍTULO VII
DO COMPROMISSO DO MILITAR ESTADUAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 48 Todo cidadão, ao ingressar nas instituições militares estaduais, prestará compromisso de honra, que será registrado em suas alterações funcionais, no qual afirmará a sua aceitação consciente e voluntária das obrigações e dos deveres militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los.

Art. 49 O compromisso a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será prestado na presença de tropa, tão logo o militar estadual tenha adquirido um grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante das instituições militares estaduais, conforme os seguintes dizeres: ‘Ao ingressar na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso / no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir a lei e as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço militar estadual, à preservação da ordem pública e a segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida’.

Art. 50 O compromisso do aspirante a oficial será prestado em solenidade militar especialmente programada e obedecerá aos seguintes dizeres: ‘Ao ser declarado aspirante a oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso / do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, assumo o compromisso de cumprir a lei e as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço militar estadual, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida’.

Parágrafo único O aspirante a oficial formado em escola de outro Estado prestará, em solenidade militar especialmente programada, logo após sua apresentação às instituições militares estaduais, mesmo que tal solenidade tenha sido efetivada pela instituição que o formou, o compromisso previsto no *caput*.

Art. 51 Ao ser promovido ao primeiro posto, o oficial prestará o compromisso em solenidade militar, obedecendo aos seguintes dizeres:

I - para oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: “Perante a bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dedicar-me inteiramente ao seu serviço”;

II - para oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso: ‘Perante a bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e dedicar-me inteiramente ao seu serviço’.

CAPÍTULO VIII
DO COMANDO E DA SUBORDINAÇÃO

Art. 52 Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o militar estadual é investido legalmente quando conduz militar ou dirige uma Unidade Militar Estadual.

§ 1º O comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, em cujo exercício o militar estadual se define e se caracteriza como comandante.

§ 2º Comandante é o título genérico atribuído ao militar estadual que exerce comando e corresponde aos títulos de diretor, chefe ou outra denominação análoga.

Art. 53 O oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de funções de comando, chefia, direção, polícia judiciária militar e atividade jurisdicional militar, além das especificidades dos quadros existentes.

Art. 54 O subtenente e o sargento auxiliam e complementam as atividades dos oficiais, quer no processo de formação técnico-profissional dos militares estaduais, na instrução e no emprego dos meios, quer nos serviços administrativos, devendo, principalmente, ser empregados na execução de atividades peculiares às Instituições.

Art. 55 No exercício das atividades mencionadas no artigo anterior e no comando de militar subordinado, o subtenente e o sargento devem pautar-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas.

Art. 56 O cabo e o soldado são, essencialmente, militares de execução, e devem pautar-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas.

Art. 57 À praça especial e à praça em situação especial cabe a rigorosa observância das prescrições e dos regulamentos que lhe são pertinentes, exigindo-lhe inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional.

Parágrafo único Para efeito de hierarquia funcional e subordinação, o Aspirante a Oficial é superior hierárquico do Aluno a Oficial, e este, por conseguinte, é superior hierárquico do Subtenente.

CAPÍTULO IX DA VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E DOS DEVERES DO MILITAR ESTADUAL

Art. 58 A violação da ética, das obrigações e dos deveres do militar estadual poderá implicar em crime, contravenção penal ou transgressão disciplinar, conforme dispuser a legislação específica e/ou peculiar, esta lei complementar e o Regulamento ou Código Disciplinar.

CAPÍTULO X DO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO E DO CONSELHO DE DISCIPLINA

Art. 59 O Oficial que presumivelmente seja incapaz de permanecer como militar estadual da ativa será submetido a Conselho de Justificação na forma prevista em legislação peculiar.

§ 1º O Oficial submetido a Conselho de Justificação terá sua situação funcional regulamentada por ato do Comandante-Geral da Instituição.

§ 2º É de competência do Tribunal de Justiça do Estado julgar os processos oriundos do Conselho de Justificação, a ele remetido pelo Governador do Estado.

Art. 60 A Praça com estabilidade assegurada que seja presumivelmente incapaz de permanecer como militar estadual da ativa, será submetida a Conselho de Disciplina, na forma prevista em legislação peculiar, e a sua situação funcional será regulamentada por ato do Comandante-Geral da Instituição.

Parágrafo único Compete ao Comandante-Geral da instituição decidir administrativamente os processos oriundos dos Conselhos de Disciplina e ao Governador do Estado, em grau de recurso, decidir definitivamente.

Art. 61 O Conselho de Justificação e o Conselho de Disciplina são regulados por legislação peculiar.

CAPÍTULO XI
DAS PRERROGATIVAS, DIREITOS E VANTAGENS DOS MILITARES ESTADUAIS

Seção I
Enumeração

Art. 62 São prerrogativas dos militares estaduais, nas condições previstas nesta lei complementar e em legislação ou normas específicas e/ou peculiares:

I - garantia da patente, em toda a sua plenitude, com as vantagens e as prerrogativas a ela inerentes, quando Oficial;

II - uso das designações hierárquicas;

III - ser mantido em dependência ou sala Especial, de estabelecimento militar, quando preso, antes da sentença condenatória transitar em julgado;

IV - ser recolhido em unidade prisional militar, em virtude de sentença condenatória transitada em julgado por crime militar ou crime cometido no exercício da atividade profissional;

V - julgamento em foro especial, nos delitos militares;

VI - porte de arma.

Art. 63 São direitos, indenizações e vantagens eventuais dos militares estaduais, nas condições previstas nesta lei complementar e em legislação ou normas específicas e/ou peculiares:

I - subsídio;

II - promoção;

III - ocupação de função correspondente ao posto ou graduação;

IV - jornada de trabalho com descanso obrigatório;

V - alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade;

VI - férias;

VII - remuneração do trabalho noturno, superior ao diurno.

VIII - carteira de identidade funcional, de acordo com modelo regulamentar, que consigne os direitos e prerrogativas instituídas nesta lei complementar, para o exercício funcional, inclusive porte de arma;

IX - afastamentos;

X - licenças;

XI - condições de elegibilidade;

XII - transferência para a reserva remunerada ou reforma;

XIII - exoneração a pedido;

XIV - matrícula preferencial na rede pública de ensino para seus filhos, enteados e tutelados;

XV - remoção, hospitalização e tratamento especializado custeado pelo Estado, inclusive na rede privada, quando acidentado, ferido ou acometido de doença ou sequelas decorrentes do serviço;

XVI - assistência médico-hospitalar e auxílio-funeral;

XVII - pensão para os dependentes.

XVIII - diárias;

- XIX - fardamento;
- XX - ajuda de custo;
- XXI - transporte;
- XXII - gratificação natalina;
- XXIII - retribuição pecuniária por serviço em jornada extraordinária.
- XXIV - retribuição pecuniária por exercício da atividade jurisdicional militar;
- XXV - assistência jurídica integral.

Art. 64 Todo e qualquer direito da militar estadual que se encontre gestante ou em gozo de licença à gestante, não poderá ser suprimido em razão desta condição.

Seção II

Das Garantias e Prerrogativas da Patente

Art. 65 O Oficial possui vitaliciedade, não podendo perder o cargo, se não por sentença judicial transitada em julgado no Tribunal de Justiça, nos termos do Art. 142, § 3º, Incisos VI e VII, da Constituição Federal.

Art. 66 Constituem prerrogativas da patente:

- I - independência funcional nos termos desta lei;
- II - a utilização de títulos e postos militares privativos dos oficiais;
- III - receber tratamento compatível com o nível do cargo e função desempenhados;
- IV - exercício privativo dos cargos e funções da instituição, observada a hierarquia;
- V - somente ser preso em caso de flagrante delito de crime inafiançável ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade competente.

Seção III

Do Uso de Designações Hierárquicas e do Uso do Uniforme

Art. 67 O uso das designações hierárquicas é direito do militar estadual e elas consistem na nomenclatura atribuída ao posto ou graduação.

Art. 68 O uso de uniformes, com seus distintivos, insígnias e emblemas, bem como os modelos, descrição, composição, peças, acessórios e outros dispositivos são estabelecidos no Regulamento de Uniformes das instituições.

§ 1º É proibido ao militar estadual o uso de uniforme:

- I - em reunião, propaganda, ou qualquer outra manifestação de caráter político partidário, salvo estando a serviço;
- II - na inatividade, salvo:
 - a) para comparecer às solenidades militares e para a feitura de documento de identificação, que conterà realçada a denominação “RR” ou “Ref” no anverso;
 - b) quando autorizado pelo Comandante-Geral da respectiva Instituição.
- III - no Exterior, em atividade não oficial.

§ 2º O militar na inatividade, cuja conduta possa ser considerada como ofensiva à dignidade da classe, por decisão do Comandante-Geral de sua respectiva Instituição militar, poderá ser definitivamente proibido de usar uniforme.

Art. 69 É vedada a utilização pelas guardas municipais, agentes de trânsito, empresas de segurança privada, brigadista particular, profissional bombeiro civil ou congêneres, de uniformes, distintivos, insígnias, emblemas e designações hierárquicas, que ofereçam semelhança ou possam ser confundidos com os da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Seção IV Das Garantias em Caso de Prisão e Julgamento

Art. 70 A praça somente poderá ser preso em caso de flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade competente.

Art. 71 São direitos do militar estadual, quando preso:

- I - julgamento em foro especial, nos delitos militares;
- II - ser mantido em dependência ou sala Especial de estabelecimento militar, antes da sentença condenatória transitar em julgado;
- III - ser recolhido em unidade prisional militar, em virtude de sentença condenatória transitada em julgado;
- IV - ter prioridade na lavratura do flagrante e de ser entregue à autoridade militar mais próxima, só podendo ser retido na delegacia ou posto policial durante o tempo necessário à lavratura do flagrante ou do auto de prisão;
- V - ter a presença de um Oficial hierarquicamente superior, na lavratura do flagrante ou do auto de prisão.

Parágrafo único A autoridade policial que maltratar ou consentir que seja maltratado preso militar, ou não lhe dispensar o tratamento devido ao seu posto ou graduação, será responsabilizada, por iniciativa da autoridade competente.

Seção V Do Porte de Arma

Art. 72 O porte de arma de fogo de uso permitido ou restrito, pelo militar estadual ativo, é inerente aos Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito de todo território nacional, nos termos de regulamentação específica

Art. 73 O porte de arma dos militares inativos terá a validade de 3 (três) anos e será regulamentado por norma específica.

Seção VI Do Subsídio

Art. 74 O sistema remuneratório no âmbito das instituições militares do Estado de Mato Grosso é estabelecido através de subsídio, que deverá observar percentuais de escalonamento vertical e horizontal entre os postos e graduações, tomando como parâmetro, o maior subsídio do posto de Coronel.

Parágrafo único A percepção de subsídio não exclui o pagamento de direitos, indenizações e vantagens eventuais previstos nesta lei complementar ou em outras legislações específicas.

Art. 75 É assegurado ao militar estadual da reserva remunerada ou reformado, e ainda, aos (as) pensionistas, a paridade com os militares estaduais da ativa de mesmo posto, graduação e nível.

Art. 76 Nenhum desconto incidirá sobre o subsídio, salvo por imposição legal ou mandado judicial.

Parágrafo único Mediante autorização expressa do militar estadual, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, conforme regulamentação.

Art. 77 As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte do subsídio.

§ 1º Independente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração de responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º Nos casos de comprovada má fé e abandono das funções militares, a reposição deverá ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive no que se refere a inscrição na dívida ativa.

Art. 78 O militar estadual em débito com o erário que for demitido terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-lo.

Art. 79 O subsídio não será objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

Seção VII Da Promoção

Art. 80 A promoção constitui ato administrativo e tem como finalidade o preenchimento seletivo por parte dos militares da ativa, das vagas pertinentes ao posto ou a graduação imediatamente superior, conforme legislação peculiar.

Parágrafo único O ato administrativo da promoção é resultante do processo administrativo de promoção, que será regulamentado por lei específica.

Seção VIII Da Jornada de Trabalho

Art. 81 A jornada de trabalho regular do militar estadual caracteriza-se por atividades contínuas e inteiramente devotadas às finalidades da instituição, sendo definidas por escala em serviço operacional e/ou serviço diário em expediente administrativo.

Art. 82 A jornada de serviço operacional em unidade militar estadual, não poderá ser superior a 195 (cento e noventa e cinco) horas mensais, observando-se descanso obrigatório de no mínimo o dobro de horas trabalhadas quando a jornada for diurna e de no mínimo, quatro vezes o número de horas trabalhadas quando a escala for noturna. Nos casos de jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas, o período de descanso deverá ser de no mínimo o triplo de horas trabalhadas.

Art. 83 O serviço diário em expediente administrativo está relacionado com a atividade meio da instituição e será regulado por ato do Comandante-Geral da Instituição.

Art. 84 O militar estadual somente poderá ser convocado em seu horário de folga para reforço do serviço policial ou bombeiro militar, mediante jornada de trabalho extraordinária, onde fará jus ao recebimento de uma retribuição financeira.

Art. 85 As situações de convocação abaixo relacionadas, não serão enquadradas como jornada de trabalho extraordinária:

- I - estado de defesa ou estado de sítio;
- II - catástrofe, grandes acidentes, grandes incêndios, inundação, declaração de situação de emergência, calamidade ou sua iminência;
- III - rebelião, fuga e invasão em unidades prisionais;
- IV - sequestro e crise de alta complexidade;
- V - greves, protestos e mobilizações que causem grave perturbação da ordem pública ou ensejem ameaça disso.
- VI - cursos de qualificação e especialização

Art. 86 As situações de convocação constantes neste artigo, não serão enquadradas como jornada de trabalho extraordinária, mas serão contabilizadas em banco de horas excedentes do militar estadual, para serem utilizadas em compensação de dispensas de serviço:

- I - educação física militar;
- II - comparecimento em unidade policial ou bombeiro militar para prestar depoimento na condição de testemunha ou denunciante;
- III - comparecimento em delegacias, promotorias, fóruns e tribunais para prestar depoimento na condição de testemunha ou condutor;
- IV - permanência no serviço operacional, por período superior a escala de serviço, aguardando a lavratura de Boletim de Ocorrência, Flagrante e fazendo a guarda de detento ou preso;

Parágrafo único O Regime de Compensação denominado "banco de horas excedentes", destina-se a compensar as horas de trabalho excedidas pelo militar estadual, nos casos previsto neste artigo, que realizar ou permanecer desenvolvendo atividades laborais em horário, posterior a sua jornada de trabalho.

Art. 87 O Comandante-Geral terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para colocar em prática o disposto nesta seção, regulamentando as escalas de serviço da instituição e o banco de horas excedentes.

Seção IX Da Alimentação

Art. 88 O militar estadual em desempenho de função militar terá direito a alimentação:

- I - quando em serviço em unidade militar, ou ainda em operação policial ou bombeiro militar;
- II - quando matriculado em unidade de ensino dentro ou fora do Estado;

Parágrafo único A forma pela qual será prestada a alimentação será regulamentada por norma peculiar.

Seção X

Das Férias

Art. 89 O militar estadual fará jus a 30 (trinta) dias de férias, a cada período de 12 (doze) meses trabalhados consecutivos, a contar da data de inclusão, que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos, mediante comprovada necessidade de serviço.

§ 1º Independente de solicitação será pago ao militar estadual, por ocasião das férias, adicional de 1/3 (um terço) do subsídio correspondente ao período de suas férias regulamentares.

§ 2º Em caso de acúmulo de férias não gozadas superior a 02 (dois) períodos, o militar estadual deverá constar, obrigatoriamente, da escala de férias dos próximos 06 (seis) meses.

§ 3º É facultado ao militar estadual converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, desde que requeira com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do seu início.

§ 4º No cálculo do abono pecuniário será considerado também o valor do adicional de férias previsto no artigo anterior.

§ 5º Ao militar transferido para a inatividade será assegurado o recebimento de abono pecuniário, referente aos períodos de férias não gozadas, mediante requerimento.

§ 6º O pagamento do abono pecuniário relativo a cada período de férias não gozadas será feito no valor equivalente a 01 (um) subsídio do militar estadual, vigente na data do pagamento.

Art. 90 Quando em gozo de 30 (trinta) dias de férias, o militar terá direito a receber o equivalente a 01 (um) mês de subsídio.

Art. 91 Somente em casos de interesse da segurança pública, de preservação da ordem, de extrema necessidade do serviço, ou transferência para inatividade, o militar terá interrompido ou deixará de gozar, na época prevista, o período de férias a que tiver direito, registrando-se, então, o fato em seus assentamentos.

Parágrafo único Compete ao Comandante-Geral da instituição a determinação da interrupção ou a suspensão do gozo das férias nos casos descritos no *caput* deste artigo.

Seção XI

Do Adicional por Serviço Noturno

Art. 92 O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º O valor da hora trabalhada do militar estadual é obtido pela divisão da remuneração do militar estadual pela jornada de trabalho regular.

§ 2º O adicional por serviço noturno é devido apenas aos militares em desempenho de função militar e não se incorpora ao subsídio ou provento do militar estadual.

§ 3º A forma de aferição do adicional noturno será regulamentada por norma específica editada pelo Comandante-Geral de cada instituição.

Seção XII

Da Carteira de Identidade dos Militares Estaduais, seus Cônjuges e Dependentes

Art. 93 As Instituições Militares Estaduais expedem, com base no processo de identificação datiloscópica e demais dados relativos ao identificado, extraídos da certidão de nascimento ou de casamento e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, carteira de identidade para os militares estaduais, seus cônjuges e dependentes.

§ 1º A carteira de identidade funcional, de acordo com modelo regulamentar, consigna os direitos e prerrogativas instituídos nesta lei complementar, para o exercício funcional, inclusive porte de arma.

§ 2º O documento de que trata o *caput* possui validade em todo o território nacional, sendo regulamentado por Decreto do Executivo.

Seção XIII Dos Afastamentos

Art. 94 O militar tem direito aos seguintes períodos de afastamento do serviço:

I - núpcias, 08 (oito) dias;

II - luto, 08 (oito) dias;

III - trânsito e instalação, 30 (trinta) dias.

§ 1º O militar que contrair união estável terá direito ao afastamento por núpcias, mediante apresentação de declaração em cartório.

§ 2º O afastamento por motivo de núpcias deverá ser solicitado previamente à data do evento.

§ 3º O afastamento por motivo de luto será concedido, tão logo a autoridade a que estiver subordinado o militar tenha conhecimento do óbito, nos casos de falecimento de cônjuge ou convivente, pais, madrasta, padrasto, filhos, enteados, sogro, sogra, pessoa sob guarda ou tutela, irmãos ou avós.

§ 4º O afastamento por motivo de trânsito e instalação será imediato quando da movimentação do militar estadual.

Seção XIV Das Licenças

Art. 95 Licença é a autorização para o afastamento total do serviço, em caráter temporário.

§ 1º São licenças:

I - prêmio;

II - para tratar de interesse particular;

III - para acompanhar tratamento de saúde de pessoa da família;

IV - para tratamento de saúde própria;

V - paternidade;

VI - à gestante;

VII - para adoção;

VIII - para desempenho de função de direção em associações representativas de integrantes das instituições militares estaduais;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

IX - para desempenho de função em fundação cujo finalidade seja de interesse da instituição;

X - para qualificação profissional;

XI - por motivo de afastamento do cônjuge ou convivente.

XII - para disputar cargo eletivo.

§ 2º Fica vedada a concessão do gozo das licenças previstas nos incisos I, II, VIII, IX, X e XI do parágrafo anterior para o militar estadual que esteja submetido a processo de caráter demissório e enquanto durar o processo, nos termos da legislação peculiar.

§ 3º Compete ao Comandante-Geral a concessão das licenças previstas neste artigo.

Art. 96 As licenças poderão ser suspensas:

I - a pedido;

II - em caso de mobilização;

III - no interesse do serviço e da disciplina;

IV - em caso da decretação de estado de sítio;

V - em caso de decretação de estado de defesa;

VI - para cumprimento de pena restritiva de liberdade;

VII - para cumprimento de punição disciplinar;

VIII - em casos de instauração de processo de caráter demissório.

Parágrafo único O disposto neste artigo não se aplica às licenças previstas no art. 95, § 1º, incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI.

Subseção I
Da Licença-Prêmio

Art. 97 Após cada quinquênio de efetivo exercício das funções militares e/ou de natureza militar, o militar estadual fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, com a remuneração do cargo efetivo, sendo permitida sua conversão em espécie parcial ou total, por opção do militar e conveniência da administração.

§ 1º A licença-prêmio é concedida pelos respectivos Comandantes-Gerais contando o tempo de serviço desde seu ingresso nas Instituições Militares Estaduais.

§ 2º O período da licença-prêmio não interrompe a contagem de tempo de efetivo serviço.

§ 3º O gozo da licença-prêmio tem a duração de 90 (noventa) dias, a serem gozados de uma só vez, podendo o período ser parcelado em frações de 30 (trinta) dias, por solicitação do interessado.

§ 4º Uma vez concedido o gozo da licença-prêmio, o militar deverá ser exonerado da função de confiança.

§ 5º O número de militares estaduais em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá comprometer a eficiência da Unidade Militar.

§ 6º Ao militar transferido para a inatividade será assegurado o recebimento de abono pecuniário, relativo aos períodos de licenças-prêmios não gozadas quando em atividade, mediante requerimento.

§ 7º O pagamento do abono pecuniário relativo a cada parcela de 30 (trinta) dias de licença prêmio não gozada, será feito no valor equivalente a 01 (um) do subsídio do militar estadual, vigente na data do pagamento.

Art. 98 Será interrompida a contagem do tempo para concessão da licença prêmio do militar que afastar-se do exercício das funções em virtude de:

- I - condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
- II - licença para tratar de interesse particular;
- III - licença para acompanhamento do cônjuge ou convivente.

Subseção II

Da Licença para Tratar de Interesse Particular

Art. 99 A licença para tratar de interesse particular é a autorização para afastamento total do serviço pelo prazo máximo de até 02 (dois) anos, concedida ao militar estadual estável, mediante requerimento.

§ 1º A licença será concedida com prejuízo do subsídio e da contagem do tempo de efetivo serviço.

§ 2º O militar estadual só poderá gozar mais de uma licença se a soma de duração não ultrapassar o prazo previsto no *caput*.

Subseção III

Da Licença para Acompanhar Tratamento de Saúde de Pessoa da Família

Art. 100 Poderá ser concedida ao militar licença para acompanhar tratamento de saúde de pai, mãe, filhos, cônjuge, convivente, ou pessoa que viva sob sua dependência, mediante perícia médica.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do militar for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença terá o prazo de 03 (três) meses, renováveis até o período máximo de 02 (dois) anos, com subsídio integral do seu posto ou graduação.

Subseção IV

Da Licença para Tratamento de Saúde Própria

Art. 101 A licença para tratamento de saúde própria será concedida ao militar a pedido ou **ex officio**, após perícia médica, sem prejuízo de nenhuma natureza ao seu subsídio.

Parágrafo único A licença será concedida de acordo com o prazo estabelecido pela perícia médica.

Subseção V

Da Licença-Paternidade

Art. 102 A licença-paternidade será concedida ao militar estadual a contar da data de nascimento ou da adoção.

Parágrafo único O prazo previsto no caput será de 10 (dez) dias.

Art. 103 Ao militar estadual cujo cônjuge ou convivente vier a falecer no período de 180 dias da data de nascimento da criança, será concedida licença nos termos do caput do art. 104.

Parágrafo único O prazo da licença prevista no *caput* será concedido a partir da data do óbito, até o 180º dia de vida da criança.

Subseção VI Da Licença à Gestante

Art. 104 Será concedida à militar estadual gestante licença por um período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, mediante perícia médica.

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do oitavo mês da gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, ou aborto não criminoso, será concedida licença para tratamento de saúde, a critério médico.

§ 4º Findo o prazo da licença para tratamento de saúde estabelecido no § 3º, a militar estadual será submetida à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço ou pela prorrogação da licença.

§ 5º Ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, poderá esta ser concedida mediante apresentação da certidão de nascimento e vigorará a partir da data do evento.

§ 6º A militar estadual, quando no período de gestação, deverá exercer atividades administrativas diurnas.

Subseção VII Da Licença para Adoção

Art. 105 A militar estadual que adotar criança é concedida licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar, nos seguintes termos:

§ 1º Para bebês até um (01) ano de idade será concedido 180 (cento e oitenta) dias de licença, para crianças entre 01 (um) e 04 (quatro) anos será concedido 90 (noventa) dias e para crianças entre 4 (quatro) e 8 (oito) anos será concedido 45 (quarenta e cinco) dias de licença.

§ 2º Esta licença poderá ser concedida desde a obtenção da guarda provisória em processo de adoção.

§ 3º Cessados os motivos da licença, a militar deverá se apresentar no órgão de gestão de pessoas, para revogação da concessão.

§ 4º Ao militar estadual que não tenha cônjuge ou convivente, é concedido os mesmos direitos previstos neste artigo.

Subseção VIII Da Licença para Desempenho de Cargo em Associação

Art. 106 A licença para desempenho de cargo em entidade associativa, representativa de categoria profissional dos militares estaduais, será concedida com ônus para o Estado pelo período do mandato da entidade, mediante solicitação, desde que não ultrapasse o limite de três militares por entidade.

Parágrafo único Para fins do disposto no *caput* deste artigo será considerada pelas instituições militares, como entidade representativa de categoria profissional de militares estaduais, apenas, uma entidade para o círculo de Oficiais PM/BM, uma entidade para o círculo de subtenentes e sargentos PM/BM e uma entidade para o círculo de cabos e soldados PM/BM, com representatividade em âmbito estadual.

Subseção IX

Da Licença para Desempenho de Função em Fundação.

Art. 107 Será concedida licença para desempenho de função em fundação, cuja finalidade seja de interesse das Instituições Militares, conforme deliberação do órgão de decisão colegiada da instituição militar estadual.

§ 1º A licença para Desempenho de função em Fundação terá a duração do período de mandato da entidade e será concedida com ônus para o Estado.

§ 2º A licença será concedida mediante requerimento da Diretoria da Fundação, a no máximo nove militares estaduais por mandato.

Subseção X

Da Licença para Qualificação

Art. 108 A licença para qualificação consiste no afastamento do militar estadual, sem prejuízo de seu subsídio e assegurada a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, para frequência em cursos, no país ou exterior, não disponibilizado pela Instituição, desde que haja interesse da administração pública.

§ 1º Esta licença somente poderá ser concedida ao militar estadual com estabilidade.

§ 2º A licença, quando fora do Estado ou no exterior, dar-se-á com prévia autorização do Governador do Estado, por meio de publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

§ 3º Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do militar ou em outra de fácil acesso, em lugar da licença será feita adequação em sua jornada de trabalho pelo tempo necessário à frequência regular do curso.

§ 4º A adequação de que trata o parágrafo anterior somente será concedida mediante comprovação da frequência regular e aproveitamento no curso.

Art. 109 O militar que gozar desta licença obriga-se a prestar serviços na Instituição, por um período mínimo igual ao do seu afastamento.

§ 1º No caso de não cumprimento do disposto neste artigo, o militar deverá ressarcir à Fazenda Pública os valores referentes aos subsídios e demais vantagens percebidos durante o período de licença, subtraído proporcionalmente o período trabalhado após o término.

§ 2º No caso de não obtenção do título, salvo por motivo justificado, o militar deverá ressarcir à Fazenda Pública os valores referentes aos subsídios e demais vantagens percebidos durante o período de licenciamento.

Subseção XI

Da Licença para Acompanhamento do Cônjuge ou Convivente

Art. 110 Licença para acompanhar cônjuge ou convivente é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar estável que a requeira para acompanhar cônjuge ou convivente que, sendo servidor público ou agente político, for, de ofício, exercer atividade em órgão público situado em outro Estado ou no exterior.

§ 1º A licença será concedida sempre com prejuízo do subsídio e da contagem de tempo de efetivo serviço.

§ 2º O prazo-limite para a licença será de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser concedida de forma contínua ou fracionada.

§ 3º Para a concessão da licença para acompanhar convivente, há necessidade de que seja reconhecida a união estável, de acordo com a legislação específica.

§ 4º Não será concedida a licença de que trata este artigo quando o militar acompanhante puder ser passado à disposição de organização militar ou outro órgão da administração pública, para o desempenho de funções compatíveis com o seu nível hierárquico.

Subseção XII

Da Licença para Disputar Cargo Eletivo

Art. 111 A licença para concorrer a cargo eletivo é devida ao militar que com menos de 10 (dez) anos de tempo de efetivo serviço que se candidate a cargo eletivo.

§ 1º O militar em licença para disputar cargo eletivo, com menos de 10 (dez) anos de efetivo serviço, não fará jus ao subsídio correspondente ao seu posto ou graduação no período em que permanecer afastado e esse período, não contará como tempo de efetivo serviço.

§ 2º Esta licença será concedida **ex officio**, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito.

§ 3º A licença prevista neste artigo poderá ser interrompida:

I - a pedido;

II - *ex officio*, quando cassado o registro de candidatura.

Seção XV

Das Condições de Elegibilidade

Art. 112 O militar estadual é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar com menos de 10 (dez) anos de efetivo serviço, deverá afastar-se da atividade, por meio da licença para disputar cargo eletivo e se eleito, será no ato da diplomação, exonerado *ex officio*.

II - se contar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, será agregado percebendo subsídio de seu posto ou graduação, e se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade, mediante reserva remunerada proporcional.

Seção XVI

Da Matrícula Preferencial na Rede Pública de Ensino para seus Filhos, Enteados e Tutelados

Art. 113 Considerando as características da carreira militar, os filhos, enteados e tutelados dos militares estaduais terão matrícula preferencial na rede pública de ensino.

Parágrafo único É assegurado aos filhos, enteados e tutelados dos militares estaduais, menores de 5 (cinco) anos, o direito à creche e pré-escola.

Art. 114 Na transferência de domicílio do militar será assegurado, para si e seus dependentes, para qualquer grau, independentemente da existência de vaga, o direito de transferência e matrícula em estabelecimento de ensino estadual.

Seção XVII

Da Prioridade na Remoção, Hospitalização e Tratamento Especializado

Art. 115 O militar estadual, quando acidentado ou ferido em serviço ou acometido de doença ou sequelas dele decorrente típicas de ato de serviço, terá direito a remoção, hospitalização e tratamento especializado custeado pelo Estado, inclusive na rede privada.

Seção XVIII

Da Assistência Médico-Hospitalar e Auxílio-Funeral

Art. 116 O militar terá hospitalização e tratamento custeados pelo Estado, em razão de doença ou ferimentos contraídos no exercício ou em decorrência do serviço.

Art. 117 O auxílio-funeral será devido quando o óbito ocorrer em serviço ou razão deste, e corresponderá ao valor equivalente às despesas desta natureza, devidamente comprovadas, no limite máximo de 15 (quinze) vezes a menor remuneração paga no serviço público estadual, sendo concedido apenas uma vez.

Parágrafo único O limite previsto no *caput* poderá ser ultrapassado nos casos de traslado para fora do Estado.

Seção XIX

Da Pensão e dos Beneficiários

Art. 118 Por morte do militar estadual, o cônjuge ou convivente e seus dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao do respectivo subsídio, sendo majorada na mesma proporção sempre que houver reajuste no subsídio do militar estadual da ativa.

Art. 119 A pensão distingue-se, quanto à natureza, em vitalícia e temporária.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de quota ou quotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária é composta de quota ou quotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 120 São beneficiários da pensão, para efeitos desta lei complementar:

I - vitalícia:

a) o cônjuge ou convivente, enquanto não contrair novo casamento ou constituir nova situação de convivência de fato;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

b) a pessoa separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia, enquanto não contrair novo casamento ou constituir nova situação de convivência de fato;

c) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar estadual;

d) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos, e a pessoa portadora de deficiência que vivam sob a dependência econômica do militar.

II - temporária:

a) os filhos, ou enteados, até 18 (dezoito) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob guarda ou tutela até 18 (dezoito) anos de idade;

c) o irmão órfão, até 18 (dezoito) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do militar estadual.

§ 1º A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários à pensão temporária.

§ 2º Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

§ 3º Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada, em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 4º Ocorrendo habilitação somente da pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 121 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiários ou redução de pensão, só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 122 Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do militar estadual.

Art. 123 Será concedida pensão provisória por morte presumida do militar estadual, nos seguintes casos:

I - declaração judicial de ausência;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 05 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do militar, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 124 Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III - a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;

IV - a maioridade do filho ou irmãos órfãos, aos 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 125 Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva quota reverterá:

I - da pensão vitalícia, para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionistas remanescentes de pensão vitalícia;

II - da pensão temporária, para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 126 As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos subsídios dos militares estaduais.

Parágrafo único Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões.

Seção XX Das Diárias

Art. 127 Diárias são antecipações pecuniárias destinadas a atender despesas extraordinárias do militar estadual que se deslocar temporariamente da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, na realização de diligências do serviço público, em missão ou estudo, dentro ou fora do país, relacionadas com o cargo, função ou atividade do posto ou da graduação que exerce.

Parágrafo único As diárias serão concedidas por dia de afastamento e terão os valores e processamento regulados por norma peculiar.

Seção XXI Do Fardamento

Art. 128 Fardamento é a denominação que se dá aos uniformes a que faz jus o militar estadual da ativa e convocado, para o desempenho de suas funções regulamentares, sendo devida anualmente.

§ 1º Anualmente o Estado fará a entrega de um conjunto fardamento contendo três fardas para o serviço operacional e uma farda de representação informal, acompanhadas dos apetrechos e insígnias do cargo nos termos do Regulamento de Uniforme e do Regulamento de Insígnias da instituição.

§ 2º Comporá ainda o fardamento, uma túnica definida pela instituição, quando o Regulamento de Uniforme disciplinar como obrigatório, que deverá ser entregue a cada quatro anos, ao militar estadual.

Art. 129 O militar receberá anualmente, uma ajuda fardamento, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor de sua remuneração, mediante requerimento, fins custear despesas com aquisição de fardamento, caso o Estado não cumpra com a obrigação prevista no artigo anterior, até o mês de novembro de cada ano.

Parágrafo único O militar da inatividade quando convocado para Conselho Especial de Justiça fará jus a uma ajuda fardamento.

Seção XXII Da Ajuda de Custo

Art. 130 A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do militar que, no interesse do serviço e por ato do Comandante-Geral, passar a ter exercício em nova sede por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 131 A ajuda de custo corresponderá ao valor de 01 (um) subsídio mensal do militar.

Art. 132 Não terá direito à ajuda de custo o militar estadual:

- I - movimentado por interesse próprio;
- II - movimentado da sede em que serve para outra cujo percurso for igual ou inferior a 30 (trinta) quilômetros, exceto se forem comprovadas a necessidade e a efetiva mudança.

Art. 133 Restituirá a ajuda de custo o militar estadual que a tenha recebido, nas formas e circunstâncias abaixo:

- I - integralmente, de uma só vez, quando deixar de seguir destino.
- II - pela metade do valor recebido, quando até 06 (seis) meses após ter seguido para nova unidade:

- a) for a pedido, exonerado do cargo;
- b) regressar a pedido.

Art. 134 A ajuda de custo não será restituída pelo militar estadual ou seus beneficiários quando:

- I - após ter seguido destino, for mandado regressar;
- II - ocorrer o falecimento do militar estadual, quando já se encontrar no destino.

Seção XXIII Do Transporte

Art. 135 O militar estadual, nas movimentações por interesse do serviço e determinação do Comandante-Geral, tem direito à indenização de transporte comprovadamente efetuadas, no limite máximo de 15 (quinze) vezes a menor remuneração paga no serviço público estadual, de residência a residência, por conta do Estado, nele compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, móveis e utensílios domésticos.

Parágrafo único Se as movimentações importarem na mudança da sede do militar com seus dependentes, a estes estende-se o mesmo direito deste artigo.

Art. 136 Para efeito do disposto no parágrafo único do artigo anterior são considerados dependentes do militar estadual:

- I - cônjuge ou convivente, filhos menores de 21 (vinte um) anos, inválidos ou interditos;
- II - pai e mãe ou padrasto e madrasta, desde que comprovem dependência econômica do militar;
- III - enteados e tutelados nas mesmas condições do inciso I deste artigo;
- IV - o curatelado, nos termos do Código Civil.

§ 1º Os dependentes do militar estadual com direito ao transporte por conta do Estado, que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão fazê-lo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o deslocamento do militar.

§ 2º Aos dependentes do militar que vier a falecer, é assegurado transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 06 (seis) meses, contado do óbito do militar.

Art. 137 O transporte corresponderá ao valor das despesas comprovadamente efetuadas.

Seção XXIV Da Gratificação Natalina

Art. 138 A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) de remuneração a que o militar estadual fizer jus ao mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano, sendo extensível aos inativos.

Parágrafo único A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Seção XXV Da Retribuição Pecuniária por Serviço em Jornada Extraordinária

Art. 139 Retribuição Pecuniária por serviço em jornada extraordinária é o valor pago pelo Estado de Mato Grosso ou município, ao militar estadual convocado no período de folga e que se apresente para realização de atividade de reforço no serviço policial ou bombeiro militar em atividade finalística, conforme conveniência e necessidade da administração.

Parágrafo único A retribuição pecuniária descrita neste artigo será devida a todos os militares estaduais integrantes da instituição, que forem empregados em jornada extraordinária para reforço do serviço policial ou bombeiro militar.

Art. 140 O valor da retribuição pecuniária prevista no artigo anterior será paga por cada hora trabalhada do militar estadual, nos seguintes termos:

I - para Cabos e Soldados 0,75% (zero virgula setenta e cinco) por cento da maior remuneração da graduação de Soldado;

II - para Subtenentes e Sargento 0,75% (zero virgula setenta e cinco) por cento da maior remuneração da graduação de Terceiro Sargento;

III - para Oficiais 0,75% (zero vírgula setenta e cinco) por cento da maior remuneração do posto de Segundo Tenente.

Parágrafo único O militar estadual convocado para desempenho de jornada de serviço extraordinária não poderá executar carga horária diária inferior a 04 (quatro) e superior a 06 (seis) horas, nem tão pouco, executar carga horária mensal superior a 50 (cinquenta) horas.

Art. 141 O valor pago a título de retribuição pecuniária por serviço em jornada extraordinária não integra o subsídio do militar estadual, sendo vedada a sua incorporação aos vencimentos a qualquer título ou fundamento.

Seção XXVI Da Retribuição Pecuniária por Exercício da Atividade Jurisdicional Militar

Art. 142 O militar estadual da ativa que participar de Conselho Permanente da Justiça Militar Estadual fará jus a uma retribuição pecuniária mensal enquanto desempenhar àquela função.

Parágrafo único O valor dessa retribuição pecuniária será correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração do militar estadual.

Seção XXV
Da Assistência Jurídica Integral

Art. 143 É dever do Estado ofertar assistência jurídica integral e gratuita ao militar estadual que se vê processado no exercício regular do direito e no cumprimento do seu dever legal.

§ 1º A assistência será ofertada através de advogado, devidamente inscrito na OAB e com especialidade na área, contratado pelo Estado e disponibilizado em período integral para a instituição.

§ 2º Será disponibilizado no mínimo 01 (um) advogado para cada 1000 (mil) militares.

§ 3º Caso o Estado não ofereça a assistência prevista no caput, o militar estadual será indenizado por todas as despesas comprovadamente efetuadas, conforme valores mínimos fixados no Regimento de Honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

CAPÍTULO XII
DO DESLIGAMENTO DO SERVIÇO ATIVO

Seção I
Das Generalidades

Art. 144 O desligamento do serviço ativo será feito em consequência de:

- I - transferência para a reserva remunerada;
- II - reforma;
- III - exoneração do cargo;
- IV - demissão;
- V - perda de posto ou patente;
- VI - deserção;
- VII - falecimento;
- VIII - extravio.

Seção II
Da Transferência para a Reserva Remunerada

Art. 145 A passagem à situação de inatividade, mediante transferência para a reserva remunerada, se efetua:

- I - compulsoriamente;
- II - a pedido.

Art. 146 É transferido compulsoriamente para a inatividade:

- I - com subsídio integral, ao completar 30 (trinta) anos de efetivo serviço, o militar estadual ocupante do último posto ou graduação prevista na escala hierárquica de seu quadro.
- II - com subsídio integral, no prazo máximo de 30 dias, após ser promovido por requerimento nos termos da Lei de Promoção;

III - com subsídios proporcionais ao seu tempo de contribuição quando for diplomado em cargo eletivo, na forma do art. 14, § 8º, II, da Constituição da República;

IV - com subsídios proporcionais, o militar estadual que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", na forma do Art. 142, §3º, II, da Constituição da República;

V - com subsídio proporcional aos anos de serviço, o militar estadual ao atingir 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", da Constituição Federal, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva remunerada proporcional ao tempo de contribuição.

Art. 147 O militar estadual é transferido, a pedido, para a reserva remunerada:

I - com subsídio integral:

a) se do sexo masculino, quando contar com 30 (trinta) anos de serviço, e destes, no mínimo 20 (vinte) anos de efetivo serviço;

b) se do sexo feminino, quando contar com 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e destes, no mínimo 15 (quinze) anos de efetivo serviço.

II - com subsídio proporcional:

a) se do sexo masculino, quando contar com 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e destes, no mínimo 20 (vinte) anos de efetivo serviço;

b) se do sexo feminino, quando contar com 20 (vinte) anos de serviço, e destes, no mínimo 15 (quinze) anos de efetivo serviço.

Art. 148 A transferência para reserva remunerada poderá ser suspensa na vigência do estado de defesa ou de estado de sítio.

Art. 149 A transferência para a reserva remunerada ou reforma não isentam o militar de indenização dos prejuízos causados à fazenda estadual ou a terceiros, nem o pagamento de pensões decorrentes de sentença judicial.

Seção III Da Reforma

Art. 150 A passagem do militar estadual à situação de inatividade, mediante reforma, se efetua *ex officio*, quando:

I - atingir a idade de 66 (sessenta e seis) anos.

II - for julgado incapaz definitivamente para o serviço ativo das instituições militares estaduais;

III - estiver agregado por mais de 02 (dois) anos ininterruptos por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação da perícia médica estadual, ainda que se trate de moléstia curável;

IV - for condenado à pena de reforma, prevista no Código Penal Militar, por sentença transitada em julgado;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

V - sendo Oficial, tiver determinado o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em julgamento por ele efetuado, em consequência do Conselho de Justificação a que foi submetido;

VI - sendo Aspirante a Oficial ou Praça com estabilidade assegurada, por decisão do Comandante-Geral da respectiva Instituição.

Art. 151 O órgão de pessoal das instituições organizará, trimestralmente, a relação dos militares estaduais que tenham atingido a idade limite de permanência na reserva remunerada, a fim de serem reformados, por meio de ato do Comandante Geral da Instituição, posteriormente homologado pelo Governador do Estado.

Parágrafo único A situação de inatividade do militar estadual da reserva remunerada não sofre interrupção quando da passagem para a reforma.

Art. 152 A incapacidade definitiva pode sobrevir em consequência de:

I - ações de manutenção da ordem pública ou de defesa civil, bem como enfermidade nessa situação ou que nela tenha sua causa ou efeito;

II - acidente de serviço ou ações no cumprimento do dever ou consequência dele;

III - doença, moléstia ou enfermidade que tenham relação de causa e efeito com as condições de serviço;

IV - acidente, moléstia, doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, ou enfermidade adquirida sem relação de causa e efeito com o serviço.

§ 1º A incapacidade será analisada pela perícia médica estadual.

§ 2º O militar estadual que for julgado incapaz definitivamente para o serviço policial ou bombeiro militar, por um dos motivos estabelecidos nos incisos I, II e III deste artigo, será promovido ao posto ou a graduação imediatamente superior ao seu e passará a situação de reformado, com proventos integrais.

§ 3º O militar da ativa, julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, por um dos motivos constantes do inciso IV deste artigo, será reformado:

I - com subsídio proporcional aos anos de serviço;

II - com subsídio integral do posto ou da graduação, desde que, com qualquer tempo de serviço, seja considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, nos casos das moléstias e doenças graves, contagiosas ou incuráveis, adquiridas posteriormente ao ingresso no serviço público, tais como tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, expondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado do mal de Paget, osteíte deformante, síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), surdez permanente, anomalia da fala e outras que a lei indicar com base na medicina especializada.

Seção IV
Da Exoneração do Cargo e da Demissão

Art. 153 A exoneração do cargo consiste no desligamento, *ex officio* ou a pedido, do militar estadual da Instituição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 154 A demissão consiste no desligamento *ex officio* do militar estadual da Instituição com caráter de penalidade aplicada após o devido processo legal, conforme dispuser legislação peculiar.

Art. 155 É da competência do Comandante-Geral da Instituição os atos de demissão e de exoneração das praças especiais, das praças e das praças em situação especial.

Art. 156 É da competência do Governador do Estado os atos de demissão e de exoneração do Oficial.

Art. 157 O militar estadual demitido ou exonerado não terá direito a qualquer remuneração, sendo a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar.

Art. 158 Para efeitos desta lei, o termo desligamento é equivalente a desinvestidura do cargo.

Subseção I
Da Exoneração do Cargo

Art. 159 A exoneração far-se-á:

I - a pedido, mediante requerimento do interessado, desde que não esteja sendo processado administrativamente;

II - *ex officio*:

a) no ato da diplomação do militar estadual eleito para cargo eletivo, que contar com menos de 10 (anos) de efetivo serviço.

b) do militar que durante o estágio probatório, após processo regular, for considerado inapto para exercício do cargo.

Parágrafo único O direito à exoneração de que trata o inciso I deste artigo, pode ser suspenso na vigência do estado de defesa, do estado de sítio, calamidade pública, perturbação da ordem interna ou em caso de mobilização.

Subseção II
Da Demissão da Praça

Art. 160 O praça, com ou sem estabilidade, será demitida *ex officio* quando:

I - for condenada pela justiça comum ou militar à pena restritiva de liberdade individual superior a 04 (quatro) anos com efeito secundário da perda da função declarado expressamente em sentença condenatória, após seu trânsito em julgado;

II - for condenada por sentença transitado em julgado por crime contra a segurança nacional ou improbidade administrativa, nos termos da legislação específica.

III - incidir nos casos previstos em legislação específica e/ou peculiar que motivem o julgamento por Conselho de Disciplina ou Sindicância demissória e neste for considerada culpada;

IV - ter perdido a nacionalidade brasileira.

Art. 161 A demissão acarreta a perda do grau hierárquico e não isenta a praça das indenizações dos prejuízos causados à Fazenda estadual ou a terceiros, nem das pensões decorrentes de sentença judicial.

Art. 162 O militar demitido só poderá readquirir a situação militar anterior por decisão judicial, exceto no caso do inciso III do artigo 160, onde a administração poderá reintegrá-lo.

Art. 163 Aplicam-se às praças especiais ou em situação especial, no que couber, o disposto nesta seção.

Seção V

Da Perda do Posto e da Patente, da Declaração de Indignidade ou Incompatibilidade com o Oficialato

Art. 164 O Oficial que houver perdido o posto e a patente será demitido *ex officio*, sem direito a qualquer remuneração ou indenização, e terá a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar.

Art. 165 O Oficial só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do Oficialato ou com ele incompatível por decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 42, §1º, combinado com o art. 142, §3º, incisos VI e VII, da Constituição Federal.

Art. 166 Fica sujeito à declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o Oficialato, por julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Oficial que:

I - for condenado pela justiça comum ou militar à pena restritiva de liberdade individual superior a 04 (quatro) anos com efeito secundário da perda da função declarado expressamente em sentença condenatória, após seu trânsito em julgado;

II - for condenado por sentença transitado em julgado por crime contra a segurança nacional ou improbidade administrativa, nos termos da legislação específica;

III - incidir nos casos previstos em lei específica e/ou peculiar que motivem o julgamento por Conselho de Justificação e neste for considerado culpado;

IV - ter perdido a nacionalidade brasileira.

Seção VI

Da Deserção

Art. 167 A deserção do militar estadual acarreta uma interrupção do serviço militar, com a consequente demissão para Oficial ou para a Praça.

§ 1º A demissão do Oficial ou da Praça com estabilidade assegurada processar-se-á após 01 (um) ano de agregação, se não houver captura ou apresentação voluntária antes deste prazo.

§ 2º A Praça sem estabilidade assegurada será automaticamente demitida após oficialmente declarada desertora.

§ 3º O desertor que for capturado ou que se apresentar voluntariamente depois de haver sido demitido será reincluído temporariamente ao serviço ativo e, a seguir, agregado para se ver processar.

§ 4º A reinclusão em definitivo, de que trata o parágrafo anterior, dependerá de sentença do conselho de justiça militar ou de decisão judicial.

Seção VII

Do Falecimento

Art. 168 O falecimento do militar da ativa acarreta interrupção do serviço militar com o consequente desligamento e exclusão do serviço ativo, a partir da data da ocorrência do óbito.

Seção VIII
Do Extravio

Art. 169 O extravio do militar estadual da ativa acarreta interrupção do serviço militar estadual com o conseqüente afastamento temporário do serviço ativo, a partir da data em que o mesmo for oficialmente considerado extraviado.

§ 1º A exclusão do serviço ativo será feita 06 (seis) meses após a agregação por motivo de extravio.

§ 2º Em caso de naufrágio, sinistro, catástrofe, calamidade pública ou outros acidentes oficialmente reconhecidos, o extravio ou o desaparecimento do militar estadual será considerado como falecimento, para fins desta lei complementar, tão logo sejam esgotados os prazos máximos de possível sobrevivência ou quando se derem por encerradas as providências de salvamento, aplicando-se estas disposições também aos militares da inatividade.

Art. 170 O reaparecimento do extraviado ou desaparecido, já excluído do serviço ativo, resulta em sua reinclusão e nova agregação, enquanto se apurarem as causas que deram origem ao seu afastamento.

§ 1º O militar reaparecido será submetido a processo administrativo para apurar as causas e circunstâncias em que ocorreu o extravio.

§ 2º Em se constatando que o extraviado adquiriu esta condição dolosamente será submetido a processo administrativo demissório.

CAPÍTULO XIII
DA AGREGAÇÃO, DA REVERSÃO E OUTRAS MEDIDAS

Seção I
Da Agregação

Art. 171 A agregação é a situação temporária durante a qual o militar da ativa fica afastado da atividade profissional, não acarretando em qualquer hipótese abertura de vagas para efeito de promoção.

§ 1º O militar deve ser agregado quando:

I - for nomeado ou designado para exercer função de natureza militar nos termos desta lei complementar;

II - aguardar transferência *ex officio* para a reserva remunerada, por ter sido enquadrado em quaisquer dos requisitos que a motivam;

III - for afastado temporariamente do serviço ativo por:

a) ter sido julgado incapaz definitivamente, enquanto tramita o processo de reforma;

b) haver ultrapassado o período de 01 (um) ano, ininterrupto de licença para tratamento de saúde própria;

c) licença para tratar de interesse particular;

d) haver ultrapassado o período de 06 (seis) meses, ininterruptos de licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

e) ter sido considerado oficialmente extraviado;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

f) haver sido esgotado o prazo que caracteriza o crime de deserção previsto no Código Penal Militar, se Oficial ou Praça com estabilidade assegurada;

g) como desertor, apresentar-se voluntariamente ou for capturado e reincluído a fim de se ver processado;

h) ter sido condenado à pena restritiva de liberdade superior a 06 (seis) meses, em sentença transitada em julgado, enquanto durar a execução ou até ser declarado indigno de pertencer à instituição ou com ela incompatível;

i) ter passado à disposição de qualquer órgão do Estado de Mato Grosso, da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou Municípios para exercer função de natureza civil;

j) ter sido nomeado para qualquer cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea 'c', da Constituição Federal.

k) ter-se candidatado a cargo eletivo, desde que conte com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço;

l) licença para acompanhamento do cônjuge ou convivente.

§ 2º O militar estadual agregado, de conformidade com o parágrafo 1º, incisos I, II e III, alíneas 'a', 'b', 'd', 'g' e 'k', continua a ser considerado, para todos os efeitos, em atividade.

§ 3º A agregação a que se refere à alínea 'k' do inciso III do § 1º é contada a partir da data do registro como candidato até o décimo quinta dia seguinte ao pleito.

§ 4º A agregação a que se refere às alíneas 'b', 'c', 'd' e 'l' do inciso III do § 1º deste artigo, é contada a partir do primeiro dia após os respectivos prazos ou da concessão e enquanto durar o respectivo evento.

§ 5º A agregação a que se refere às alíneas 'a', 'e', 'f', 'g' e 'h' do inciso III do § 1º deste artigo é contada a partir da data indicada no ato que torna público o respectivo evento.

§ 6º A agregação a que se refere às alíneas 'i' e 'j' do inciso III do § 1º deste artigo é contada a partir da data de passagem à disposição ou de posse no novo cargo até o regresso à instituição a que pertence ou transferência *ex officio* para a reserva, conforme previsto em lei.

§ 7º O militar agregado fica sujeito às obrigações disciplinares concernentes às suas relações com outros militares e autoridades civis, salvo quando titular de cargo que lhe dê precedência funcional sobre outros militares mais graduados ou mais antigos.

§ 8º A agregação far-se-á por ato do Comandante-Geral da respectiva instituição a que pertencer o militar.

Seção II
Da Reversão

Art. 172 Reversão é o ato pelo qual o militar agregado retorna à atividade profissional tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação.

Parágrafo único A qualquer tempo poderá ser determinada a reversão do militar agregado, exceto nos casos previstos nas alíneas 'a', 'b', 'e', 'f', 'i', 'j' e 'k' do inciso III do § 1º do art. 171 desta lei complementar.

Art. 173 Aplica-se também a reversão no caso de retorno à atividade do militar que, reformado por invalidez, por laudo pericial expedido pela perícia médica estadual, tiver declarados insubsistentes os motivos determinantes da reforma.

Parágrafo único. No caso deste artigo, não poderá ser revertido o militar estadual que atingir as idades limites estabelecidas por esta lei complementar.

Art. 174 A reversão far-se-á:

I - a pedido.

II - *ex officio*.

Art. 175 A reversão será efetuada mediante ato do Comandante-Geral da respectiva instituição.

Seção III Do Ausente e do Desertor

Art. 176 É considerado ausente o militar que, por mais de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas:

I - deixar de comparecer à sua unidade militar estadual, sem comunicar qualquer motivo de impedimento;

II - ausentar-se, sem licença, da unidade militar estadual onde serve ou local onde deveria permanecer.

Art. 177 O militar é considerado desertor conforme os tipos previstos na legislação penal militar.

Seção IV Do Desaparecimento

Art. 178 É considerado desaparecido o militar da ativa que, no desempenho de qualquer serviço, operações militares ou em caso de calamidade pública tiver paradeiro ignorado por mais de 08 (oito) dias.

Parágrafo único A situação de desaparecido só será considerada quando não houver indício de deserção.

Art. 179 O militar que, na forma do artigo anterior, permanecer desaparecido por mais de 30 (trinta) dias, será oficialmente considerado extraviado, inclusive se estiver na inatividade.

Seção V Da Readaptação

Art. 180 O militar estável, acometido por incapacidade física ou mental temporária, poderá ser readaptado *ex officio* ou a pedido em função mais compatível.

Parágrafo único. A readaptação será precedida de laudo pericial médico.

Art. 181 A readaptação de que trata o artigo anterior objetiva:

I - redução ou cometimento de encargos diversos daqueles que o militar estadual estiver exercendo, respeitadas as atribuições do grau hierárquico a que pertence;

II - provimento em outra função, com a limitação de sua capacidade física ou mental.

Parágrafo único A readaptação não importará em prejuízo à promoção a que tem direito o militar readaptado, desde que atenda aos requisitos da legislação específica e/ou peculiar.

Art. 182 A readaptação será efetivada pelos Comandantes-Gerais.

Seção VI Da Reintegração

Art. 183 Reintegração é a investidura do militar no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º Para efeito desta lei, reintegração e reinclusão são termos equivalentes.

§ 2º A reintegração se processará por ato do Governador quando se tratar de Oficial e do Comandante-Geral quando se referir a Praça.

Seção VII Da Convocação

Art. 184 O militar da reserva remunerada poderá ser convocado para o serviço ativo por ato do Governador do Estado, conforme legislação específica e/ou peculiar em vigor e ainda, para compor Conselho de Justificação, Conselhos de Justiça Militar ou para ser encarregado de Inquérito Policial Militar ou Sindicância.

§ 1º O militar estadual da reserva remunerada convocado para compor Conselho de Justificação, Conselhos de Justiça Militar ou para ser encarregado de Inquérito Policial Militar ou Sindicância fará jus ao recebimento de uma Gratificação por Exercício de Atividade Jurisdicional Militar a ser paga mensalmente, durante o período que durar a convocação, no valor de 20% (vinte) por cento do subsídio do seu posto.

§ 2º A gratificação paga ao militar convocado nos termos deste artigo, não será incorporada a sua remuneração, sendo vedada a incidência de contribuição previdenciária a qualquer título ou fundamento.

§ 3º O militar estadual convocado nos termos deste artigo terá os direitos e deveres conferidos ao militar da ativa de igual situação hierárquica, exceto a promoção.

§ 4º A convocação de que trata este artigo terá a duração necessária ao cumprimento da atividade que a ela deu origem, observando-se legislação específica e/ou peculiar.

§ 5º O militar fará inspeção de saúde no início e no término da convocação.

Seção VIII Da Recondução

Art. 185 Recondução é o retorno do militar estadual com estabilidade ao cargo anteriormente ocupado, e decorrerá de inabilitação em curso ou estágio probatório relativo a outro cargo.

Parágrafo único A recondução será efetuada mediante ato do Comandante Geral da Instituição.

CAPÍTULO XIV

DO TEMPO DE SERVIÇO E SUA CONTAGEM

Art. 186 Os militares estaduais começam a contar o tempo de serviço, a partir da data de matrícula em um dos cursos de formação da instituição ou na data do ato de nomeação até a data limite estabelecida para contagem ou a data de desligamento do serviço ativo.

Art. 187 Na apuração do tempo de serviço são computados:

- I - tempo de efetivo serviço; e
- II - anos de serviço.

Art. 188 Tempo de efetivo serviço na instituição militar do Estado de Mato Grosso é o espaço de tempo, computado dia a dia, entre a data de inclusão e a data limite estabelecida para a contagem ou a data de desligamento do serviço ativo, em que o militar labora na instituição militar.

§ 1º Será também computado como tempo de efetivo serviço, o tempo passado dia-a-dia pelo militar estadual da reserva remunerada que for convocado para o exercício de funções militares ou de natureza militar.

§ 2º O tempo de serviço prestado à outra instituição militar do Estado de Mato Grosso ou às Forças Armadas poderá mediante requerimento, ser computado como tempo de efetivo serviço.

§ 3º Ao tempo de efetivo serviço de que trata este artigo, apurado e totalizado em dias, será aplicado o divisor 365 (trezentos e sessenta e cinco), para a correspondente obtenção dos anos de efetivo serviço.

Art. 189 Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se refere o artigo anterior e seus parágrafos, com os acréscimos do tempo de contribuição passado em atividade de natureza privada regulada por lei federal vinculada à previdência social.

Parágrafo único Será também computado como anos de serviço o tempo de serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, prestado pelo militar estadual anteriormente à sua nomeação, matrícula, inclusão e reinclusão, desde que haja contribuição previdenciária.

Art. 190 Não é computável, para efeito algum, o tempo:

- I - passado em licença para tratar de interesse particular;
- II - passado em licença para acompanhamento do cônjuge ou convivente;
- III - passado como desertor;
- IV - decorrido do cumprimento de pena de suspensão de exercício do posto, graduação, cargo ou função, por sentença transitada em julgado;
- V - decorrido do cumprimento de pena de reclusão em regime fechado, por sentença transitada em julgado;

VI - no caso do inciso anterior, se concedido o *sursis*, pena restritiva de direito, prestação de serviço à comunidade ou qualquer outra em que foi permitido ao militar continuar trabalhando, o tempo será computado para todos os efeitos legais.

Parágrafo único Havendo contribuição previdenciária, o tempo será computado visando à transferência para a reserva remunerada.

Art. 191 O tempo que o militar passar afastado do exercício de suas funções, em consequência de ferimentos sofridos em decorrência do serviço ou de moléstia adquirida no exercício de qualquer função militar ou de natureza militar, será computado como se ele o tivesse passado no exercício da função.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 192 O tempo de serviço passado no exercício de atividades decorrentes ou dependentes de operação decorrentes do estado de sítio ou de estado de defesa é regulado em legislação específica.

Art. 193 A data limite estabelecida para final da contagem dos anos de serviço e de contribuição, para fins de passagem para a inatividade, será a do desligamento do serviço ativo.

Art. 194 O tempo de contribuição é o lapso de tempo, computado dia a dia, em que o militar estadual contribui para a previdência estadual.

§ 1º O tempo de contribuição efetiva é a contribuição previdenciária do militar estadual entre a data de sua inclusão e a data limite estabelecida para o seu desligamento do serviço público.

§ 2º O tempo de contribuição averbado é a contribuição previdenciária do militar estadual em outros órgãos e entidades públicas ou privadas, devidamente comprovado.

§ 3º Ao tempo de contribuição efetiva de que trata este artigo, apurado e totalizado em dias, será aplicado o divisor 365 (trezentos e sessenta e cinco), para a correspondente obtenção dos anos de contribuição.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 195 As instituições militares do Estado de Mato Grosso manterão sistemas próprios de ensino, pesquisa e extensão nos termos da legislação específica e/ou peculiar.

Art. 196 Depende de autorização do Governador do Estado o deslocamento dos militares designados para qualificação, missão ou ato de serviço no exterior.

Art. 197 O cônjuge do militar, sendo servidor do Estado, será transferido para a sede do município onde estiver destacado, sem prejuízo de qualquer direito, e permanecerá à disposição de órgão do serviço público estadual, desde que haja compatibilidade funcional.

Art. 198 O militar, cujo cônjuge for transferido para outro município do Estado de Mato Grosso, será também transferido para a mesma sede ou a mais próxima.

Art. 199 O militar estadual da ativa ou convocado, que sofrer incapacidade definitiva e for considerado inválido, impossibilitado total e permanente para qualquer trabalho na instituição militar estadual, em razão de ferimento ou acidente de serviço ou em decorrência dele, fará jus a uma indenização no valor correspondente a 50 (cinquenta) vezes a menor remuneração da graduação de Soldado.

§ 1º Será paga aos dependentes do militar estadual que vier a falecer em razão de ferimento ou acidente de serviço ou em decorrência dele, uma indenização no valor de 100 (cem) vezes a menor remuneração da graduação de Soldado, deduzindo-se eventual indenização por invalidez já recebida.

§ 2º A indenização de que trata o caput deste artigo será paga pelo Estado de Mato Grosso e não exclui outros direitos e vantagens previstas em legislação específica.

Art. 200 A Lei Estadual nº 10.076 de 31 de março de 2014 passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

‘**Art. 10** (...)

III - (...)

(...)

d) por invalidez permanente.

Art. 16-A Promoção por invalidez permanente resulta do reconhecimento do Estado de Mato Grosso ao militar estadual julgado incapaz definitivamente para o serviço policial ou bombeiro militar por ferimento ou acidente de serviço ocorrido no cumprimento do dever ou em sua consequência.

Art. 34 (...)

...

XII - passagem à condição de excedente, o militar estadual do último posto ou graduação de seu quadro, ao completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço ou mais, desde que também possua 30 (trinta) anos de contribuição.

(...)

Art. 43-A A Promoção por invalidez permanente será devida ao militar estadual que for julgado incapaz definitivamente, por um dos seguintes motivos:

I - ações de manutenção da ordem pública ou de defesa civil, bem como enfermidade nessa situação ou que nela tenha sua causa ou efeito;

II - acidente de serviço ou ações no cumprimento do dever ou consequência dele;

III - em consequência de doença, moléstia ou enfermidade que tenham relação de causa e efeito com as condições de serviço;

§ 1º Os casos de invalidez permanente por ferimento, doença, moléstia ou enfermidade referidos neste artigo serão comprovados por atestado de origem ou inquérito sanitário de origem, sendo os termos do acidente, baixa ao hospital, prontuários de tratamento nas enfermarias e hospitais, e os registros de baixa, utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2º Esta promoção é precedida de apuração feita por Comissão Especial a ser designada nos termos do regulamento desta lei.

§ 3º A fim de analisar os fatos ou reconhecer o direito, será designada pelo Comandante-Geral uma Comissão Especial de promoção por invalidez permanente, composta por 03 (três) Oficiais, que, ao final, emitirá parecer opinando pelo deferimento ou não da promoção.

§ 4º A homologação do parecer à promoção por invalidez permanente é ato do Comandante-Geral para as praças e do Governador do Estado para os Oficiais.

§ 5º O militar estadual nesta condição será promovido ao posto ou a graduação imediatamente superior ao seu e passará a situação de reformado, com proventos integrais.'

Art. 201 O § 2º do artigo 34 da Lei Estadual nº 10.076 de 31 de março de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘§ 2º Cada vaga aberta em decorrência do disposto nos incisos II ao XII deste artigo acarreta abertura imediata de vaga nos postos ou graduações inferiores, as quais são preenchidas sucessivamente na primeira data de promoção após o fato, sendo interrompida no posto ou graduação em que houver preenchimento total de vagas.’

CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Art. 202 O disposto no inciso I do artigo 146 desta lei complementar, não se aplica aos subtenentes existentes na instituição até a data da publicação desta lei complementar.

Art. 203 O disposto nos artigos 128 e 129, entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2016.

Art. 204 Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 205 Revogam-se as disposições em contrário, em Especial a lei complementar nº 231 de 15 de dezembro de 2005 e suas alterações posteriores, bem como as disposições vigentes da lei complementar nº 26, de 13 de janeiro de 1993.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de de 2014, 193º da Independência e 126º da República.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado.

ANEXO ÚNICO

Círculo de Oficiais	Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel Major
	Oficial Intermediário	Capitão
	Oficiais Subalternos	1º Tenente 2º Tenente
Praça Especial	Frequenta o Círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante a Oficial Aluno a Oficial
Praça em Situação Especial		Aluno do Curso de Adaptação de Oficial Complementar.
Círculo de Praças PM/BM	Subtenentes e Sargentos	Subtenente 1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento
	Cabos e Soldados	Cabo Soldado
Praça em Situação Especial	Frequenta o Círculo de Cabos e Soldados	Aluno do Curso de Formação de Soldado.”

LUCIANE BEZERRA:

“INDICAÇÃO: Indica à Bancada Federal de Mato Grosso no Congresso Nacional a necessidade da designação de um Médico Perito para a Agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Município de Juara.

Com fundamento no Art. 160 e seguintes do Regimento Interno, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente indicatório à Bancada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Federal de Mato Grosso no Congresso Nacional, mostrando a necessidade da designação de um Médico Perito para a Agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Município de Juara.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa, na modalidade de Indicação, que tem por fim, indicar à Bancada Federal de Mato Grosso, a necessidade da designação de um Médico Perito para a Agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Município de Juara.

Conforme ofício em anexo, a proposta indicatória é derivada de reivindicação da Câmara Municipal de Juara, com base na extrema necessidade daquela localidade e nos transtornos que a população vem enfrentando.

Insta salientar que o município em comento, não possui nenhum Médico Perito para atender a Agência do INSS, sendo que o local mais próximo que disponibiliza esta portaria fica a cerca de 300 (trezentos) quilômetros de distância, impossibilitando a grande maioria de usufruir de tal recurso.

No artigo 73, em seu inciso II, a Constituição Federal enumera como competência do Estado, em comum com a União e com os Municípios: ‘cuidar da saúde, assistência pública e da proteção das pessoas portadoras de deficiência’, pela importância da saúde para o desenvolvimento do Estado, de forma a que lhe seja dado tratamento uniforme, a nível municipal, estadual e nacional, sendo portanto fundamental a exequibilidade deste pleito.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputada LUCIANE BEZERRA - PSB.”

TETÉ BEZERRA:
PROJETO DE LEI:

Dá nova redação ao § 5º do Art. 7º da Lei nº 8.515, de 30 de junho de 2006, alterada pela Lei nº 10.083, de 07 de Abril de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O § 5º do Art. 7º da Lei nº 8.515, de 30 de junho de 2006, alterada pela Lei nº 10.083, de 07 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º...

§ 5º Dispensa-se o cumprimento do interstício disposto no § 3º uma única vez, a partir da publicação da presente Lei, ao servidor estável ou estabilizado, o qual deverá progredir somente de acordo com a titulação exigida neste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

A presente alteração ao § 5º do Art. 7º da Lei nº 10.083/14 proporcionará uma melhor adequação à Legislação em vigor, sem perder de vista os objetivos da Lei, que corrige distorções no plano de carreiras dessa categoria da SEMA.

Desta forma, conto com meus Pares nessa Casa de Leis pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de dezembro de 2014.
Deputada TETÉ BEZERRA - PMDB.”

JOSÉ DOMINGOS FRAGA:

“EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/13, MENSAGEM Nº 85/13:

Acrescenta o § 5º ao art. 1º do Substitutivo Integral nº 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2013, Mensagem nº 85/2013.

Fica acrescentado o § 5º ao Art. 1º do Substitutivo Integral nº 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2013, com a seguinte redação:

“**Art. 1º** (...)

(...)

§ 5º Para fins desta Lei Complementar, são considerados contribuintes facultativos, com os mesmos direitos atribuídos aos servidores obrigatórios, os servidores que deixarem o serviço público por motivos que não os desabonem, desde que requeiram sua Inscrição nessa categoria, no prazo de 06 (seis) meses e paguem a contribuição em dobro, a partir do seu desligamento do serviço público.

JUSTIFICATIVA

Com a inserção da categoria facultativa no novo ordenamento previdenciário, asseguraria a inúmeros contribuintes a terem expectativa dos direitos e deveres constantes na nova lei.

O facultativo como o contribuinte obrigatório é merecedor dos mesmos direitos, sob o legítimo fundamento básico e legal da contribuição previdenciária. Outrora, ambas as categorias foram beneficiadas pela lei nº 4.491 de 09 setembro de 1982, Lei esta que consolidava a legislação básica do extinto IPEMAT - Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso.

Ambos, facultativos e obrigatórios, no decurso da história mato-grossense, sempre foram contribuintes indistintamente. O primeiro sob a condição de ex- servidor, que facultava a essa categoria, submetendo ma contribuição em dobro, a partir do seu desligamento do serviço público. Já o segundo, o contribuinte obrigatório, conforme condições estabelecidas nos termos da própria lei.

Por força da ausência de previsão legal, vale ressaltar, que a categoria de contribuinte facultativo hoje se encontra prejudicada. Devendo observar que se tal grupo buscar seu legítimo direito junto ao Poder Judiciário, poderá desencadear inúmeras ações indenizatórias contra o Estado de Mato Grosso, ocasionando desgaste político- administrativo ao novo regime previdenciário a ser instituído.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de dezembro de 2014.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/13,
MENSAGEM Nº 85/14:

**Acrescenta o inciso III ao § 2º do art.
1º do Substitutivo Integral nº 03 ao
Projeto de Lei Complementar n.º
50/2013, Mensagem nº 85/2013.**

Fica acrescentado o inciso III ao § 2º do Art. 1º do Substitutivo Integral nº 03 ao
Projeto de Lei Complementar nº 50/2013, com a seguinte redação:

“**Art. 1º** (...) (...)
§ 2º(...) (...)”
III - Os contribuintes facultativos.

JUSTIFICATIVA

Com a inserção da categoria facultativa no novo ordenamento previdenciário, asseguraria a inúmeros contribuintes a terem expectativa dos direitos e deveres constantes na nova lei.

O facultativo como o contribuinte obrigatório é merecedor dos mesmos direitos, sob o legítimo fundamento básico e legal da contribuição previdenciária. Outrora, ambas as categorias foram beneficiadas pela lei nº 4.491 de 09 setembro de 1982, Lei esta que consolidava a legislação básica do extinto IPEMAT - Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso.

Ambos, facultativos e obrigatórios, no decurso da história mato-grossense, sempre foram contribuintes indistintamente. O primeiro sob a condição de ex- servidor, que facultava a essa categoria, submetendo ma contribuição em dobro, a partir do seu desligamento do serviço público. Já o segundo, o contribuinte obrigatório, conforme condições estabelecidas nos termos da própria lei.

Por força da ausência de previsão legal, vale ressaltar, que a categoria de contribuinte facultativo hoje se encontra prejudicada. Devendo observar que se tal grupo buscar seu legítimo direito junto ao Poder Judiciário, poderá desencadear inúmeras ações indenizatórias contra o Estado de Mato Grosso, ocasionando desgaste político- administrativo ao novo regime previdenciário a ser instituído.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de dezembro de 2014.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD.”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. José Domingos Fraga - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o
Deputado José Domingos Fraga.

Deputado, hoje a Sessão é extraordinária e não tem o Grande Expediente. No Pequeno Expediente a inscrição de Vossa Excelência não constava. O painel deve ter falhado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, nós estivemos numa reunião da Comissão Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e Regularização Fundiária, presidida pelo Deputado Nininho, onde já vimos discutindo, nesta Casa, a regularização fundiária de oitenta famílias que estão em uma área do Município de Campo Verde, Município de Chapada dos Guimarães, denominada Rio da Casca II e Rio da Casca III.

Nessa oportunidade, nós convidamos para participar o representante da ENEL Energia, uma empresa de energia renovável, italiana, que adquiriu nove PCHs do Grupo Rede CEMAT há oito anos. No entanto, esse passivo de 4.505 hectares passou a incorporar o patrimônio, conforme informação, da ENERGISA, atual concessionária do sistema de distribuição de energia no Estado de Mato Grosso ao passivo da ENEL.

Nós trouxemos técnicos da ENEL que demonstraram boa vontade de regularizar todos os posseiros em área da ENEL, no Estado de Mato Grosso, sem ônus nenhum para esses posseiros, mas, por incrível que pareça, Deputado Mauro Savi, justamente as matrículas dos posseiros do Rio da Casca II e do Rio da Casca II, pelas quais estão assentados, Deputado Hermínio J. Barreto, elas não foram incluídas nesse passivo ou na Ata de Transferência dos passivos do Grupo Rede CEMAT à ENEL.

Mas conversando com a Assessoria Jurídica do Grupo ENERGISA ela nos disse que esse passivo está constando no livro Ata e se comprometeu a fazer um levantamento minucioso para que possamos levar tranquilidade e segurança jurídica necessária a oitenta famílias que, hoje, residem nessa área de 4.505 hectares há mais de vinte anos.

Nós gostaríamos, tanto eu como o Deputado Nininho, em nome desta Casa, de dar uma notícia de boa nova ou proporcionar um natal gigantesco a essas oitenta famílias, mas infelizmente não foi possível. Eu espero, como não foi possível no apagar das luzes de 2014, que ao iluminar de 2015, seja pertencente à ENEL essa área de 4.505 hectares ou ao Grupo ENERGISA, que já houve um pré-entendimento no passado, possamos dar um ano venturoso, com muita energia, com muita luz tanto do...(TEMPO ESGOTADO)... Grupo ENEL, mais energia para que possam continuar produzindo proteína animal e proteína vegetal, acima de tudo, com segurança jurídica.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. Nininho - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nininho.

O SR. NININHO - Eu quero fazer uso da palavra para parabenizar o colega Deputado José Domingos Fraga pela brilhante ação que tem feito em defesa dessas oitenta famílias que estão ocupando essa área ao longo desses vinte, trinta anos. Todos de boa-fé adquiriram essa área e foram enganados por alguém que se dizia proprietário dessa área. Quando se depararam com a situação eles estavam dentro de uma área da antiga Rede CEMAT, onde tramitava na Justiça uma ação. Hoje, já tem ordem de despejo, mas entraram com recurso de embargo de terceiros.

Essas famílias estavam em total insegurança, aguardando uma solução para esse problema e o Deputado José Domingos Fraga abraçou essa causa, se dedicou, foi à diretoria do Grupo ENEL. Eu quero aqui parabenizar o grande ato de grandeza demonstrada por essa empresa que é proprietária de nove PCHs aqui, em nosso Estado, que de pronto abriu mão dessa propriedade, sem custo algum para essas famílias que ali residem.

Então, parte dessas famílias estão, até então, em cima de uma área, ainda, não bem definida, mas as que estiverem área de propriedade da ENEL já está decidido que ela abrirá mão dessa propriedade para resolver esse impasse com essas famílias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu quero aqui parabenizar o Deputado José Domingos Fraga e dizer que atos dessa grandeza, com certeza, nos motivam a continuar trabalhando em prol dos mais necessitados do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Eu registro a presença do Sr. Djalma Nogueira de Souza, Presidente do Sindicato das Autoescolas.

Seja bem-vindo!

Indicações de autoria do Deputado Romoaldo Júnior e da Deputada Luciane Bezerra apresentadas na presente Sessão.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, à família do Sr. Walter Machado Rabello Júnior, pelo seu passamento ocorrido em 09 de dezembro de 2014.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, aos filhos e familiares da Sr^a Alzira Teodoro Ramos pelo seu falecimento.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Exm^o Sr. Dr. Juiz de Direito José de Arimatéia Neves Costas, extensivo a toda nova Diretoria Executiva, pela eleição da AMAM para o biênio 2014/2016, no último dia 07 de dezembro do corrente ano.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Ilustríssimo Diretor Sr. Luiz Carlos Ribeiro, pelo Espetáculo Musical “Manoel: Leite e Barro Pantaneiro, com a participação dos Artistas Mato-grossenses: Pescuma, Henrique e Claudinho, Vera Capilé, Habel Dy Anjos, Fernando Reis e Raul Fontes, homenageando o brilhante poeta Manoel de Barros, no Espaço CDL, no dia 13 de dezembro do corrente ano.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, à Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, na pessoa da Magnífica Reitora da UFMT, Sr^a Maria Lúcia Cavalli Neder, pela realização do XV Encontro Mato-grossense dos Estudantes de Letras e o XVI Encontro Regional dos Estudantes de Letras (EMEL/EREL 2014), nos últimos dias 12 a 16 de novembro do corrente ano.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, a Ilustríssima Professora e Escritora Sr^a Donata Glorinha Ferreira Nascimento, pelo Livro “Diamantino em Poesias, Versos e Rimas, que eterniza por meio da poesia, a tradição do histórico município mato-grossense de 286 anos. A obra foi lançada no ultimo dia 31 de novembro do corrente ano, em Diamantino.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto, pela irreparável perda do ilustre cidadão Calebinho Mendes Marien ‘Calé Marien’, rogando sejam estendidos a todos os familiares, os nossos sentimentos.

Em discussão as Moções...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Com a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Esclarecemos que as proposições lidas do saudoso Deputado Walter Rabello foram apresentadas, ontem, nesta Casa, entregues à Mesa, mas ontem não houve Sessão... Digo, na terça-feira. São várias Moções de Congratulação do saudoso Deputado Walter Rabello apresentadas na Sessão de terça-feira.

Solicito à Assessoria que, depois de aprovadas as Moções, as enviem a todos os homenageados pelo saudoso Deputado Walter Rabello.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, para discutir, o ilustre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, assistência e telespectadores da TV Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, talvez, nenhum de nós em sã consciência podíamos imaginar que encerraríamos esta Legislatura enterrando o Deputado Walter Rabelo.

Esta Moção de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, talvez, representa o sentimento, a comoção e a consternação que tomou conta desta Casa quando soubemos do infausto falecimento do nosso colega.

Eu não tenho esse perfil e não gosto de fazer o necrológico de ninguém, muito menos de um colega, mas ao longo da minha vida pública mortes como de Nico Baracat; como de Jorge Abreu, foram mortes que marcaram a nossa passagem no Parlamento pela juventude da vítima, pela família, pela relação familiar e pela tragédia que se abateu sobre aqueles dois colegas, sobre aqueles companheiros.

Mas Deputado Walter, Deputado Walter estava aqui, naquela Sessão noturna de anteontem, conversando, alegre, extrovertido, daquele jeito polêmico, brincalhão, gozador, daquele político, jornalista, apresentador. “Não creia no deus que o homem criou, mas creia no Deus que criou o homem”. São jargões que marcaram o apresentador, o político, a liderança, um homem tremendamente popular.

Eu me recordo que me encontrei, quando estava saindo, com ele e perguntei: Deputado Walter Rabello, não vai ao jantar na casa do Governador? Ele respondeu: “Eu não vou. Vou dar um pulo ali e se der tempo vou lá.” Aquele jeito dele de falar. Eu ainda brinquei com ele: Deputado Walter, larga de ser antissocial. Se eu tivesse te chamando para uma visita lá no Três Barras, iria correndo; se eu tivesse chamando para uma galinhada no Dr. Fábio I e Dr. Fábio II, iria correndo, agora, só porque é o Governador ou só porque vai estar no meio dos Deputados, Vossa Excelência não quer ir. Vossa Excelência é um antissocial. Ele falou: “Não é isso não, vou ter que ver algumas coisas. Mas, se der tempo, eu passo lá”. Se der tempo eu passo lá. Não deu tempo. Não deu tempo.

E lá na residência do Governador, com a maioria dos colegas presentes, recebemos a trágica notícia, inesquecível notícia do dia em que o Deputado Walter Rabello morreu. Madrugada de 09 de dezembro, o dia em que o Deputado Walter Rabello morreu.

Sr. Presidente, eu fiz questão de vir à tribuna homenagear esse querido colega. Hoje estamos homenageando a memória de Walter Rabello; amanhã, poderemos ser nós os homenageados.

A morte do Deputado Walter Rabello é uma prova incontestável para nós que a vida está por um fio. Quem poderia imaginar em sã consciência que o Deputado Walter Rabello sairia daqui para o velório no Saguão principal da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Quem poderia imaginar que um acontecimento trágico pudesse atingir a vida de um colega jovem, cheio de vida, cheio de força, de energia, de serviços prestados, com uma carreira linda de superação, jovem, humilde, que veio do interior de São Paulo para Mato Grosso e começou a galgar uma vida difícil no jornalismo, como apresentador de televisão, passou por quase todas as emissoras de televisão aqui da Baixada Cuiabana.

Se pôs e se impôs como um grande apresentador! O seu carisma, a sua popularidade, o seu acesso, o seu canal direto com o povão, com a população menos favorecida, que via nele a expressão do seu sentimento, a expressão da sua luta por igualdade, da sua luta por

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

dignidade e por cidadania é que fez o jornalista Walter Rabello se firmar como uma alternativa política.

Dessa forma, depois de uma ou outra tentativa, Walter Rabello consegue a maior votação da história de um Vereador de Cuiabá.

No ano de 2004, Walter superou o Deputado Hermínio J. Barreto, a casa dos oito mil votos, como Vereador não só mais votado daquela legislatura, mas como Vereador mais votado da história de Cuiabá.

Daí para a Assembleia Legislativa, com o seu estilo polêmico, contestador, extremamente crítico, um perfil oposicionista, amável, mas oposicionista, contundente, extremamente dedicado e devotado as suas ideias e as suas convicções, o trouxeram para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Também, com uma votação histórica nas eleições de 2006, mais de setenta mil votos, a maioria esmagadora em Cuiabá e Várzea Grande, trouxeram Walter Rabello para representar o povo mato-grossense na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Daí veio a candidatura à Prefeitura de Cuiabá, veio a cassação de mandato, que foi um episódio na sua vida pública, até que veio o retorno para o segundo mandato e para agora o terceiro mandato na Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Então, deixo aqui registrado o meu carinho, o meu reconhecimento e o meu profundo voto de pesar a toda família enlutada.

Eu e o Deputado Walter Rabello proporcionamos vários trabalhos em conjunto nesta Casa. É de nossa autoria a Lei que extingue a antiga AGE COPA e cria a SECOPA - Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de 2014.

Eu me lembro que tão logo assumi nessa primeira legislatura, o meu primeiro pronunciamento, a minha primeira postura como Deputado, voltando para o terceiro mandato, foi exatamente de assumir um compromisso com Cuiabá e com Várzea Grande, de tirar do papel e de uma polêmica infinita as obras, ações, serviços e projetos em virtude da realização, no ano de 2014, da Copa do Mundo de Futebol aqui na nossa região.

O Deputado Walter Rabello se empenhou, redigimos juntos no meu gabinete, no entardecer, no começo de uma noite, aquela proposta que merecia até uma análise mais acurada, mas era uma proposta necessária, era um momento necessário e juntos, está aí nos Anais da Casa, aprovamos com o apoio, evidentemente, desta Casa o Projeto de Lei Complementar que extinguiu a AGE COPA e criava a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo-SECOPA. Uma luta de iniciativa dos Deputados Walter Rabello e Emanuel Pinheiro.

Uma outra bandeira e uma outra luta que trago em minha mente a presença forte do Deputado Walter Rabello foi como Presidente da CPI do MT Saúde. O MT Saúde foi outra bandeira nossa nesta Casa. Entendemos o MT Saúde como um patrimônio do servidor público e dos seus familiares, uma conquista, um avanço que, em hipótese alguma, aceitávamos, depois de dez anos de sucesso durante o Governo Blairo Maggi, que viesse a ser extinto no Governo Silval Barbosa. Mas era essa a intenção do Governo por uma série de fatores.

O trabalho da CPI do MT Saúde, eu como Relator, o Deputado Walter Rabello como Presidente, a Deputada Luciane Bezerra como Vice-Presidente, Deputados Dr. Antônio Azambuja e Ezequiel como membros, é que proporcionou não apenas a manutenção e a vida do MT Saúde, mas proporcionou a tranquilidade, o sossego de mais de trinta mil vidas que hoje dependem do MT Saúde e que junto com todos nós preparamos a reestruturação deste plano patrimônio do servidor público.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Esse trabalho, liderado pelo Deputado Walter Rabello, presidido pelo Deputado Walter Rabello, como Presidente da CPI do MT Saúde, nos ajudou a convencer o Governador Silval Barbosa que retirou desta Casa a proposta de extinção do Plano de Saúde do Servidor Público de Mato Grosso, o MT Saúde.

Tem tantas outras ações e iniciativas, Sr. Presidente, que nos faz sentir falta do Deputado Walter Rabello neste plenário, mas a sua luta nesta Casa, o seu trabalho imortalizado, ao longo dos seus dois mandatos desta Casa e do seu único mandato na Câmara Municipal de Cuiabá, haverão de servir de pesquisas para estudantes, estudiosos e para subsidiar a história da produção Parlamentar de um político apaixonado, vocacionado, carismático e tremendamente popular como foi o Deputado Walter Rabello.

Sua imagem de comunicador já está imortalizada nos canais de televisão por onde passou, mas em especial o Programa Cadeia Neles, a cara do Walter Rabello, o jeito do Walter Rabello, a estrutura do Walter Rabello indiscutivelmente vai imortalizar a imagem e o som daquele grande comunicador social. Se tinha um homem que tinha talento naquilo fazia, se tinha facilidade na comunicação social, se tinha facilidade no comunicar, no interagir com a população, esse homem era o jornalista Walter Rabello.

Então, Sr. Presidente, nobres Pares, não sei se haverá outra oportunidade, mas eu não poderia neste momento em que enterramos há pouco um querido colega, um grande amigo, deixar o nosso voto de pesar à família enlutada, àquelas cinco crianças órfãs que vimos ontem ao lado da viúva. Que Deus ilumine e abençoe essa família.

E deixo o nosso pleito de saudades do companheiro, do amigo e do grande colega e Deputado Walter Rabello.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Continuam em discussão as Moções. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta da 1ª e 2ª discussões para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo que dispõe sobre a estabilidade funcional dos servidores públicos do Poder Legislativo e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão única, Requerimento nº 175/2014, de autoria das Lideranças Partidárias, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para que remeta a esta Casa de Leis relação contendo o nome das primeiras pessoas assentadas nas terras que compreendem o Município de Itanhangá.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão única, Requerimento nº 176/2014, de autoria do Deputado Dr. Antônio Azambuja, solicitando cópia de todos os contratos celebrados entre o Governo do Estado e as instituições financeiras com relação a contratos de concessão de empréstimos e/ou financiamentos consignados em folha aos servidores deste Estado, bem como planilha analítica detalhada com todos os repasses do Estado com as referidas instituições.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para a tramitação em 1ª e 2ª discussões do Projeto de Lei nº 316/14, Mensagem nº 84/2014, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel específica à Igreja Assembleia de Deus Nova Aliança e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 315/14, de autoria da Deputada Teté Bezerra, que dá nova redação ao § 5º, do Art. 7º, da Lei nº 8.515, de 30 de Junho de 2.006, alterada pela Lei nº 10.083, de 07 de Abril de 2014.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

O Sr. Ademir Brunetto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Ademir Brunetto.

O SR. ADEMIR BRUNETTO - Sr. Presidente, nós precisamos da pauta de votação atualizada. Infelizmente não conhecemos os projetos que estão na mesa para serem analisados pelo Plenário e nós não podemos, de uma forma irresponsável, sair votando os encaminhamentos sem conhecimento de pauta.

Portanto, solicito a Vossa Excelência que mantenha a pauta ou atualize a pauta para votação.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Solicito à Consultoria Técnico-Jurídico a atualização imediata da pauta e que coloque à disposição dos Srs. Deputados.

Quanto aos projetos que estiverem em votação, caso tenham dúvidas, fazemos inversão de pauta.

O Sr. Pedro Satélite - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, como tenho um compromisso agendado há mais de trinta dias agora às 17:00 horas e gostaria de participar da votação do Veto da POLITEC, se Vossa Excelência puder, coloque-o logo na pauta para que possamos votá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Solicito à Consultoria Técnico-Jurídico que providencie o Veto para que, assim que terminarmos a apreciação dos Requerimentos e Projetos que estão sobre a mesa, possamos fazer a votação dos Vetos.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando dispensa de pauta para a tramitação em 1ª e 2ª discussões do Projeto de Lei nº 321/14, de autoria do Tribunal de Justiça, que institui o “Programa de incentivo à graduação de servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso”, com o respectivo pagamento de contraprestação pecuniária, de natureza indenizatória, a servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que não possuem curso superior.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 313/14, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 9.546, de 02 de junho de 2011, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando dispensa de pauta para a tramitação em 1ª e 2ª discussões do Projeto de Lei nº 309/14, Mensagem nº 83/14, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras nacionais ou internacionais e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando dispensa de pauta para a tramitação em 1ª e 2ª discussões do Projeto de Lei Complementar nº 52/14, Mensagem nº 81/2014, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações nas Leis Complementares nº 266, de 29 de dezembro de 2006 e nº 464 de 08 de maio de 2012.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para tramitação em 1ª e 2ª discussões do Projeto de Lei nº 285/14, Mensagem nº 77/14, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 10.052, de 15 de janeiro de 2014, a qual reestrutura a Carreira dos Profissionais da Área Instrumental do Governo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão única, Requerimento nº 173/14, de autoria do Deputado Airton Português, que requer a realização de Sessão Especial para entrega de Título de Cidadão Mato-grossense, para o dia 15 de dezembro de 2014.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Requerimento nº 171/14, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, que requer a realização de Sessão Especial para Comemorar os 20 anos de Emancipação do Corpo de Bombeiro Militar e os 20 anos de inclusão na 1ª turma de Oficiais de Bombeiro.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 312/13, Mensagem nº 57/13, de autoria do Poder Executivo, que altera Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando dispensa de pauta para a tramitação do Projeto de Lei nº 152/14, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre alterações na Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o SDCR - Sistema de Desenvolvimento de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando dispensa de pauta para a tramitação do Projeto de Lei nº 307/14, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a redução de alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, sobre a redução do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor - IPVA e sobre a isenção da Taxa de Licenciamento sobre veículos adquiridos por Oficiais de Justiça e Avaliadores em Execução de Mandados do Poder Judiciário Estadual e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando dispensa de pauta para a tramitação do Projeto de Resolução nº 368/13, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que altera dispositivos da Resolução nº 677, de 20 de dezembro de 2006 e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Registramos a presença do Sr. Fábio Gavasso, mui digno Presidente da Câmara Municipal de Sorriso. Seja bem-vindo ao Parlamento.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 477/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Wemerson Adão Prata. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 478/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Helio Pimenta Braga. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 479/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Pereira Sobrinho. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 480/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Merciano de Aquino Cortinhas. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente. Em discussão única, Projeto de Resolução nº 481/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Edson Harold Wegner. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 482/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Carlos Vitor Alves Martins. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente. Em discussão única, Projeto de Resolução nº 483/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Antônio Oliveira Ribeiro. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 484/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Gilberto Vieira de Melo. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente. Em discussão única, Projeto de Resolução nº 485/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense a Sr^a Suzamara Lamaison Rubin. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 486/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Eduardo Marques Lima. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 487/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Djon Carlos Brandão. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 488/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Carlos Sérgio Arantes. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 489/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense a Sr^a Nilza Dias de Almeida Oliveira. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 490/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense a Sr^a Darcy Nogueira. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 491/14, de autoria do Deputado Airton Português, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Almiro Bihl. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Solicito à Assessoria o Veto que se encontra na pauta. (PAUSA)

Solicito ao Técnico de Informática que providencie o painel eletrônico para votação de Vetos.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, Deputado Mauro Savi, para que proceda à conferência do *quorum*, já que precisamos de *quorum* qualificado para apreciação dos Vetos.

O primeiro Veto é o Veto nº 31/14, aposto a Projeto de Lei de autoria do Deputado Sebastião Rezende.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento as suas bancadas para a conferência do *quorum* e, em seguida, partiremos para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, a conferência do *quorum* será nominal ou numérica?

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Só conferência numérica.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Então são dezoito Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com dezoito Srs. Deputados em plenário, há *quorum* suficiente.

Em discussão única, Veto Total nº 31/14, aposto ao Projeto de Lei nº 398/12, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a proibição de cobrança de impostos a igrejas e templos religiosos de qualquer culto. Com o Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à manutenção do Veto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

Informo que o voto NÃO mantém o Veto e o voto SIM derruba o Veto.

Peço a abertura do painel eletrônico para início da votação.

Encerrada a votação. Votaram 19 Srs. Deputados, sendo 18 votos SIM e 01 voto NÃO. Portanto, derrubado o Veto. Vai ao Expediente.

Parabenizo o ilustre Deputado Sebastião Rezende, autor da matéria. O projeto de Vossa Excelência se torna lei! A partir de hoje as igrejas e os templos não pagarão mais ICMS sobre energia.

Em discussão única, Veto Total nº 34/14, aposto ao Projeto de Lei nº 419/12, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, que dispõe sobre a comunicação de roubo, furto ou extravio de documentos pessoais à Junta Comercial e dá outras providências. Com o Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à manutenção do Veto.

Vou voltar a repetir o que é o Veto. É um Veto a Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Sebastião, que versa sobre a comunicação de roubo, furto ou extravio de documentos pessoais à Junta Comercial de Mato Grosso e dá outras providências.

Em discussão o Veto. Encerrada a discussão. Em votação...

Informo que o voto NÃO mantém o Veto e o voto SIM derruba o Veto.

Peço a abertura do painel eletrônico para início da votação. (PAUSA)

Encerrada a votação. Votaram 18 Srs. Deputados, sendo 03 votos SIM e 15 votos NÃO. Portanto, mantido o Veto. Vai ao Arquivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Em discussão única, Veto Parcial nº 47/14, aposto ao Projeto de Lei nº 240/14, Mensagem nº 62/14, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 8.321, de 12 de maio de 2005, que dispõe sobre a criação da Carreira dos Profissionais da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso - POLITEC-MT, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação pela derrubada do Veto.

Esclarecendo que para derrubar o Veto o voto tem que ser SIM, porque o voto NÃO mantém o Veto.

Em discussão o Veto. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito a abertura do painel eletrônico. (PAUSA)

Encerrada a votação. Votaram 18 Srs. Deputados, sendo 15 votos SIM e 03 votos NÃO. Portanto, derrubado Veto.

As Emendas que foram vetadas passam a fazer corpo do projeto.

À Consultoria Técnico-jurídica para promulgação da lei. Parabéns à categoria pela vitória!

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso das Explicações Pessoais, primeiro, para parabenizar esta Casa em relação à derrubada do Veto que vem ao encontro dos interesses dos servidores da Polícia Técnica do Estado de Mato Grosso.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero fazer das minhas as palavras do Deputado Emanuel Pinheiro e de tantos outros que nos antecederam com relação ao saudoso Deputado Walter Rabello, que era do meu partido e que tinha uma ligação comigo muito forte, por mais que muitos Deputados não percebessem.

Mas era um Deputado, Deputado Luizinho Magalhães, eu quero dar boas vindas a Vossa Excelência em que pese o motivo da sua estada aqui, nesta Casa, não ser o que Vossa Excelência gostaria, até porque nós perdemos um grande companheiro...

Mas o saudoso Deputado Walter Rabello, Deputado Emanuel Pinheiro, muitas vezes, me tinha como conselheiro. Em algumas decisões importantes que ele tomou na sua vida de homem público sempre me ouvia. Era um homem que conversava comigo coisas afetas a sua particularidade e eu sinto em não tê-lo mais em nosso convívio, mas assim Deus quis.

Eu espero que da mesma forma que Deus o levou possa confortar toda sua família, confortar seus amigos e todos aqueles que o admiravam tanto como esportista, como cantor, como apresentador e até mesmo como político, pois, era um bom político, que tinha um discurso fluente, moderno, contemporâneo e, com certeza, tem muitos admiradores no interior deste Estado.

Quero aqui, Sr. Presidente, também, dizer das minhas preocupações com relação a algumas matérias que estão tramitando nesta Casa.

Nós acompanhamos aqui, Deputado Admir Brunetto, aprovações de vários Requerimentos a Mensagens, que é comum por parte do Poder Executivo mandar no apagar das luzes, para que esta Casa triture. E aqui não existe nenhum triturador do quem quer que seja, quanto mais de proposituras que mexem com interesse de servidores públicos, que mexem com a economia do Estado.

Eu vi aqui passar vários Requerimentos solicitando urgência urgentíssima; eu vi aqui passar Requerimento de dispensa de pauta, haja vista que sequer tivemos tempo suficiente para analisar a Lei Orçamentária Anual em virtude de o futuro Governador ter pedido que esta Casa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE
2014, ÀS 14:00 HORAS.

devolvesse a Mensagem para que ele pudesse analisá-la. Além disso, nós temos outras matérias importantes para serem discutidas, dentre elas o MT Prev.

Nós precisamos discutir o MT Prev, Sr. Presidente, de uma forma muito mais responsável. E o Deputado Alexandre Cesar fez um excelente trabalho. A matéria foi alvo de três Substitutivos Integrais; eu apresentei dezenas de emendas a todos os Substitutivos Integrais.

Mas eu não tive a oportunidade, ainda, Deputado Alexandre Cesar, de ver o seu Relatório, até porque logo quando Vossa Excelência o apresentou houve pedido de vista, que é legal, regimental. Isso nos impediu a ter acesso ao conteúdo do terceiro Substitutivo Integral para saber quais das nossas emendas foram acolhidas e quais foram rejeitadas, até porque há algumas emendas de minha iniciativa que eu acredito que deveriam ser cláusulas pétreas do MT Prev, que eu faço questão, que farei questão de pedir destaque para que sejam discutidas uma a uma com os Srs. Deputados e com as Sr^{as} Deputadas.

Então, é de suma importância que não tenhamos pressa, que parece que o Poder Executivo tem, em aprovar as contas do Governo, que podem ficar para o exercício seguinte, sem nenhum problema; de aprovar o MT Prev...

Eu me recordo que há quanto tempo, Deputado Emanuel Pinheiro, falou-se que o Estado não poderia ficar inadimplente, que a Certidão de Regularidade Previdenciária era fundamental, que tinha que ser aprovada “a toque de caixa”. No entanto, até hoje nós não conseguimos aprovar o MT Prev, sequer conseguimos colocá-lo em discussão de uma forma que pudessemos conhecer o conteúdo do terceiro Substitutivo Integral na sua essência e o Estado está andando com as pernas mesmo bambeando, mas continua realmente andando e o Estado continua crescendo, desenvolvendo, no que pese o Governo não ter acompanhado o crescimento deste Estado proporcionado pela iniciativa.

Então, eu tenho essa preocupação e espero que não tenhamos que engolir nada aqui, nesta Casa; que possamos ter a liberdade necessária para discutir todas as proposições e que possamos cumprir o Regimento Interno.

O Regimento Interno é uma ferramenta importante que deve ser respeitada pela Mesa Diretora para que possamos oportunizar que as minorias tenham a oportunidade de discutir, de participar, como se tivessem fazendo parte de um grande partido ou de uma grande bancada.

Então, tenho essas preocupações e quero trazer à luz dos Srs. Deputados e das Sr^{as} Deputadas a necessidade de trabalharmos com um pouco mais com cautela. Não adianta queremos aprovar tudo no afogadilho e deixamos um legado às futuras gerações extremamente comprometedor.

Não é isso que pensa este Parlamentar! Não é isso que pensam os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas.

Portanto, é de suma importância que ao assinar um Requerimento de urgência e de urgência urgentíssima analisemos o conteúdo dessas propostas. Há proposta extremamente interessante, que precisa de uma análise mais profunda, que mexe com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Essas propostas demandariam tempo para ser analisadas. Muitas vezes, depende de informação da própria Secretaria de Administração; depende de pesquisa. No entanto, estamos assinando como se tivéssemos tratando de iniciativa de um Parlamentar para designar o nome de um determinado logradouro, de uma determinada estrada estadual.

Isso é preocupante e, por isso, quero trazer ao Sr. Presidente, aos demais Parlamentares que integram este Parlamento, a necessidade de termos cautela necessária de cumprimos com o Regimento Interno para oportunizarmos a todos terem condições de ter

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

participação efetiva e altamente positiva em várias propostas de iniciativa do Governo do Estado encaminhadas há alguns dias e na tarde de hoje.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui deixar este meu sentimento.

Eu espero realmente poder discutir profundamente todas as iniciativas não só dos Srs. Deputados, mas principalmente iniciativa do Poder Executivo que mexe com a economia do Estado de Mato Grosso, que mexe com a questão ambiental.

Nós estamos discutindo aqui as leis das taxas e eu não vi, Deputado Dilmar Dal Bosco, nenhum avanço nas leis da taxas. Isso é extremamente prejudicial ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso no setor primário. Parece-me que a Secretaria não vive do Orçamento, da arrecadação do Estado. Parece que vive só de arrecadação das taxas.

Tem o novo Código Ambiental que precisa ser discutido, que seria necessário, se nós pudéssemos, marcar Audiência Pública com alguns segmentos da economia, da pecuária, da agricultura mato-grossense, do comércio e da indústria.

Portanto, são leis que precisam realmente de tempo necessário para que possamos contribuir de forma positiva.

Então, fica aí a nossa preocupação e espero que os Srs. Deputados, a Mesa Diretora seja complacente. Existe um ditado dos nossos ancestrais que diz o seguinte: “a pressa é inimiga da perfeição.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o ilustre Deputado Emanuel Pinheiro...

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o ilustre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Agradeço ao Deputado Emanuel Pinheiro por ceder o seu espaço aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Teté Bezerra, Sr^a Deputada Luciane Bezerra, imprensa, público presente nas galerias.

Sr. Presidente, quero apenas fazer uma menção aqui a esse falecimento prematuro do nosso colega Deputado Walter Rabello.

Quero aqui, primeiro, agradecer ao Deputado Emanuel Pinheiro, que era amigo pessoal do saudoso, porque já é saudoso, já começamos a sentir saudades do saudoso Deputado Walter Rabello...

Sr. Presidente, a morte do Deputado Walter Rabello deixa um vazio muito grande em nosso Partido, porque ele, desde o início, como fundador do Partido, teve uma participação muito ativa na fundação do Partido; segundo, porque acho que isso é unanimidade aqui, o saudoso Deputado Walter Rabello nunca teve uma sequela, uma divergência com qualquer colega aqui, sempre foi uma pessoa pronta. Em todos os momentos que nós procuramos o saudoso Deputado Walter Rabello, ele sempre foi pronto.

Inclusive, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, eu quero dizer que para mim foi uma grande surpresa, uma grata surpresa o trabalho do saudoso Deputado Walter Rabello, que nunca foi tido como um Deputado estudioso, mas ele não só se dedicou como cumpriu rigorosamente, Sr. Presidente, com os prazos dos projetos.

O saudoso Deputado Walter Rabello vivia um momento ímpar da sua vida. Primeiro, de bem com a vida, porque conseguiu, depois de muita luta, emagrecer, conseguiu voltar a praticar esporte. Ele era apaixonado por futebol, jogou, inclusive, na disputa da Copa Gazeta Master, como goleiro do Mixto e de outros clubes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

O Deputado Walter Rabello nos conquistou! Confesso que de ontem até agora quando fui comunicado da morte do companheiro Deputado Walter Rabello não consegui entender uma pessoa que estava no auge de sua vida pública como Deputado Estadual, como comunicador profissional que sempre foi, às vezes polêmico, sei que nem sempre agradou a todos, mas uma pessoa muito direta.

Eu me lembro quando o Deputado Walter Rabello fez referências a mim em seu programa e alguém me ligou e eu disse: não precisa, o Deputado Walter Rabello me ligou antes. Ele deve ter dito isso, isso e isso. É verdade. Então, foi isso que ele disse para mim que ia dizer.

Então, não posso reclamar de uma pessoa que nunca, Sr. Presidente, me apunhalou pelas costas. Era uma pessoa muito leal, muito franco, muito sincero.

Pode ter certeza, Sr. Presidente, Mato Grosso perdeu um grande líder, uma pessoa que se posicionou sempre nesta Casa, na sua posição, contra ou a favor do Governo.

Eu me lembro das brigas em função da sua posição, nesta Casa, com o ex-Governador Blairo Maggi na questão da segurança. Em defesa, por exemplo, dos policiais militares, civis, o Deputado Walter Rabello sempre se posicionou, às vezes contrariando interesses de Governo, às vezes se distanciando do Governo.

Perdeu o mandato aqui, para mim, de forma muito injusta, um homem de mais de setenta mil votos.

Aliás, essa é uma questão, Deputado Ezequiel Fonseca, que eu quero pedir - não sei se o Deputado Ezequiel Fonseca está aqui - mas eu quero pedir ao Deputado Ezequiel Fonseca, como vou pedir a nossa Bancada Federal... A fidelidade Partidária é importante, no meu ponto de vista fortalece o Partido, mas alguém que faz voto para se eleger sozinho não tirou do Partido. Mesmo tendo saído, ele deixou ainda no Partido. Ele não podia perder o mandato. Ele fez votos para se eleger e ajudar a eleger outro colega. Quando ele saiu, saiu com o mandato dele. Essa é uma questão que tem que ser rediscutida no Congresso.

Eu acho que alguém que é mais forte até do que o Partido... Eu não estou defendendo a infidelidade, estou defendendo que o Deputado Walter Rabello quando saiu do Partido dele não tirou nada, pelo contrário, deixou um legado.

E com a morte do Deputado Walter Rabello, Vossa Excelência pode ter certeza, Sr. Presidente, que fica milhares de pessoas humildes, que eu via o Deputado Walter Rabello atender nesta Casa de Leis, lá na TV, onde fazia o seu programa diário, órfãos, porque ele dedicava o seu tempo quase que integral em atender as pessoas simples, humilde, que vinham em busca de algum apoio do Deputado Walter Rabello.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, lamentar a partida prematura desse companheiro, desse cidadão, desse ser humano, não do Deputado Walter Rabello, não do comunicador Walter Rabello, mas do pai, do marido, do amigo, do cidadão, do ser humano que o Deputado Walter Rabello era, um ser humano realmente extraordinário.

Quem não conhecia o Deputado Walter Rabello talvez não soubesse que se você passasse um problema para ele, ele assumia aquilo como dele. Cansei de ver isso. Cansei de ver o Deputado Walter Rabello passar o dia inteiro correndo, como naquele dia! Naquele dia, curiosamente, eu liguei para o Deputado Walter Rabello em três oportunidades e em uma delas ele falou: “Olha, eu estou correndo aqui para conseguir uma UTI para o Toninho Campos...”. Eu quero aqui lamentar também a sua morte, ex-jogador do Mixto, grande profissional que foi. “Eu preciso arrumar uma UTI para o Toninho e estou correndo atrás”. Mais ou menos pelas cinco, seis horas, ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

dizia: “Não precisa mais de UTI, porque o Toninho Campos veio a falecer”. E depois, para a nossa surpresa, aproximadamente meia-noite, falecia o Deputado Walter Rabello.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que a morte do Deputado Walter Rabello me chocou muito e a muitas pessoas e não poderia deixar de fazer um registro aqui de agradecimento por tudo que ele foi como amigo, parceiro, companheiro de Partido, de posições firmes. Quando correu o risco de perder o seu Programa de uma rede de televisão da cidade para concorrer a uma candidatura que ele sabia que era muito difícil, e não hesitou em estar a serviço do Partido, colocando seu nome para disputar.

Era um homem que não era capitalista, e talvez em função disso deixe sua família com dificuldades, mas era um homem que pensava muito no próximo, pensava muito em ajudar as pessoas que precisavam. Então, eu quero lamentar essa perda.

Eu ouvir uma sugestão do Deputado Wagner Ramos para uma homenagem ao Deputado Walter Rabello. Não sei se Vossa Excelência apresentou, mas eu acho que temos que discutir nesta Casa, no Colegiado, bem lembrado pelo Deputado Wagner Ramos e quero agradecer, porque é um Deputado que merece ser homenageado nesta Casa, merece ter o seu nome eternizado, aliás, já está eternizado pelas suas ações, como eu disse aqui, e às vezes até por posições polêmicas, mas uma pessoa que realmente era amigo e parceiro.

Então, eu acho que o Colegiado, aproveitando essa deixa do Deputado Wagner Ramos, que apresentou um Projeto de Resolução, deve avaliar uma homenagem ao Deputado Walter Rabello para que fique registrada a importância que ele teve para o Parlamento.

Lembro-me que num dado momento só tinha os Deputados Walter Rabello e José Carlos do Pátio fazendo oposição nesta Casa e eu sempre gostei de destacar o papel da oposição, que é importante, porque ele ajuda a errar menos. Uma oposição coerente, uma oposição séria, ajuda o Estado. E o Deputado Walter Rabello foi importante.

Lembro-me que queríamos abrir uma discussão do Governador com os Praça... (TEMPO ESGOTADO) ...e o Governador resistia em fazer essa discussão e o Deputado Walter Rabello, o ex-Deputado José Carlos do Pátio e eu forçamos essa discussão, mostramos para ele que era importante.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e quero pedir a Deus que conforte a família do Deputado Walter Rabello e os amigos.

Deixo aqui meus agradecimentos em nome da família à parceria que tivemos com o Deputado Walter Rabello durante quase doze anos de Assembleia Legislativa e de parceiro de Partido. Aliás, ele tinha manifestado sua vontade de ser Presidente do Partido e eu hipotequei apoio, disse para ele que conversaria com Chico Daltró e com os colegas, porque eu achava justo o seu pleito, que era uma pessoa que tinha condições de implementar uma renovação no Partido.

Que Deus receba o nosso companheiro Deputado Walter Rabello e que conforte a sua família e seus amigos!

Agradeço as milhares de pessoas que vieram de ontem para hoje se despedir do Deputado Walter Rabello.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, imprensa, assistência, colegas Deputados, telespectadores da TV Assembleia, dando sequência a esta homenagem ao Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Walter Rabello, eu quero aqui ressaltar essa qualidade que me chamou a atenção que o Deputado Riva colocou.

Recordo-me que assim que tomamos posse nesta Legislatura eu tinha um conceito do Deputado Walter Rabello como um Deputado da mídia, um Deputado de programas de cunho popular, populista, mais ligado, com uma intimidade maior com o sensacionalismo do que com a técnica legislativa e o que eu vi nesta Casa e, graças a Deus, cheguei a fazer em vida ainda para o Deputado Walter Rabello, inclusive de público, foi dizer que a convivência com o Deputado Walter Rabello fez com que eu presenciasse uma grata revelação.

O Deputado Walter Rabello era interessado, estudioso, um perfil que eu jamais imaginava nele, estudioso, interessado, curioso, mas estudioso, e muito aplicado.

Como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação - estão aqui os Deputados Alexandre Cesar e Sebastião Rezende -, eu ficava até encantado com a forma como o Deputado Walter Rabello defendia suas teses de constitucionalidade, às vezes, ou muitas vezes, até iam de encontro com as minhas teses, mas o que importa é que eu via nele aquela paixão pelo Direito, aquela paixão pela interpretação da norma.

Eu via no Deputado Walter Rabello um advogado reprimido, tanto é que ele brigava para participar da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que ele chegou a presidir. Ele presidiu a penúltima reunião em que o Deputado Alexandre Cesar estava em Brasília, e presidiu uma reunião concorridíssima, na qual debatemos a jornada voluntária, um Projeto de nossa autoria, que eu defendi com unhas e dentes, até queria que o Deputado Alexandre Cesar, como brilhante constitucionalista, estivesse lá, mesmo assim o Deputado Walter Rabello contrapôs, e de forma apaixonada, convicta e com base, defendeu em contrário e, o que é o pior, deu um Parecer contrário, contrário ao nosso Projeto, sendo fiel a sua convicção jurídica, seu entendimento constitucional da matéria.

Walter Rabello era assim, era espontâneo, era natural, era senhor dos seus ideais, das suas convicções. Se ele achava que estava certo, estava certo e acabou, “é raça infame para cá, é vagabundo tem que entrar no pau”, aquele jeito espontâneo extremamente popular. Se ele achava que estava errado, era meigo, era humilde, dava três, quatro, cinco passos atrás para reconhecer o seu erro, era indiscutivelmente uma figura humana, ímpar, formidável.

Então, eu acho que esta Sessão seria pouco para que pudéssemos homenagear aquele campeão, aquele jornalista fantástico, Deputado emergente, brilhante, apaixonado por futebol, mixtense, cantor.

Era um homem de múltiplos talentos, de múltiplas faces. Talvez os seus rápidos quarenta e oito anos de vida, nessa vida, nessa vontade de viver, cada instante da sua vida passou muito rápido e ele tentou ser tudo ao mesmo tempo: advogado, constitucionalista, legislador, mixtense, jogador de futebol, cantor, comunicador, político. Esse era Walter Rabello.

Brilhou! Brilhou! Marcou presença por onde passou, com mais talento aqui, com menos talento ali, mas era o mesmo Walter Rabello. Era o mesmo Walter Rabello, cativante, amigo, parceiro e com um senso de humor refinado, uma presença muito agradável no nosso meio, no nosso convívio, na nossa convivência.

Eu falava aqui com o Deputado Wagner Ramos que nenhuma imagem expressou tanta comoção nesta Casa como a foto do Deputado Wagner Ramos junto aos Parlamentares se debulhando em lágrimas quando o corpo do Deputado Walter Rabello adentrava ao salão negro, salão principal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Eu não queria vir, estava acompanhando pela mídia, mas vi aquela foto em que estavam vários colegas presentes e falei: Tenho que ir lá, tenho que prestar a minha última homenagem à família e, principalmente, ao Deputado Walter Rabello. Tanto é que eu não me contive e voltei ontem, meia noite, para cá com a minha esposa e fiquei até às 02:00 horas da manhã para podermos nos despedir de uma forma mais privada, mais íntima daquele homem público que me marcou e que, indiscutivelmente, marcou a nossa vida pública e deixa uma lacuna e uma saudade.

Isso eu não falei para ele, isso eu não pude falar para ele: eu não sabia que gostava tanto do Deputado Walter Rabello. Eu não sabia que eu tinha tanta afinidade com o Deputado Walter Rabello. Precisamos perder, às vezes, um ente querido para saber o quanto ele faz falta para nós em vários momentos, em várias etapas da nossa vida.

Parabéns, Deputados Wagner Ramos e Riva, por esse desejo em buscar neste momento de comoção uma forma de perenizar a vida, o trabalho, a vida em si do Deputado Walter Rabello. Eu até pensava, enquanto os Deputados Wagner Ramos e Riva falavam, no viaduto lá do Tijucal, na trincheirona lá do Tijucal, porque ele morava lá perto. É uma obra fantástica, espetacular, na saída sul da Capital. Ele morava no Altos do Coxipó, bem próximo daquela região. E que eu me lembre não tem nenhum nome ainda para aquela obra suntuosa na entrada e saída de Cuiabá, na saída sul da nossa Capital, na entrada da cidade, uma obra de grande envergadura, um estilo arquitetônico fantástico. Talvez pudesse essa suntuosidade também, ao lado do teatro, representar uma merecida homenagem para esse grande ser humano e esse grande homem público de que fomos privados de sua convivência.

Então, a sua ausência faz falta naquela banca, faz falta neste Plenário, faz falta nesta tribuna e a Baixada Cuiabana fica mais pobre.

É tão difícil nascer e criar novas lideranças, especialmente, na Capital do Estado, na Baixada Cuiabana, que é região pioneira, a maior e mais importante região do Estado. E a morte precoce, prematura do Deputado Walter Rabello expõe mais ainda a deficiência que vamos ter, a necessidade que nós vamos ter de nos desdobrar, nós, em especial, que lidamos cotidianamente com a política da Baixada Cuiabana, para tentar fazer valer a sua ausência e continuar representando com dignidade Cuiabá, Várzea Grande e Baixada Cuiabana na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Então, Sr. Presidente, quero fazer esse desabafo. Eu sinto a falta do Deputado Walter Rabello, estou com saudade dele, e quero, dessa forma, como Deputado, utilizando a tribuna do povo mato-grossense, dizer isso para Mato Grosso, dizer isso para ele, dizer isso para todos aqueles que tiveram oportunidade de conhecer um ser humano realmente fantástico.

Então, fica, mais uma vez, o nosso até breve, a nossa saudade, a nossa gratidão e o nosso reconhecimento da importância que foi essa legislatura privar da intimidade, da luta e do trabalho de um homem público do quilate Deputado Walter Rabello.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ADEMIR BRUNETTO) – Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra o Deputado Alexandre Cesar (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Ezequiel Fonseca (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Dilmar Dal Bosco (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Sebastião Rezende (TRANSFERE).

Não havendo mais oradores inscritos, antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para amanhã, às 08:00 horas da manhã. Obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da República - Emanuel Pinheiro, Hermínio J. Barreto, Mauro Savi, Nininho, Sebastião Rezende e Wagner Ramos; da Bancada do Partido Social Democrático - Airton Português, José Domingos Fraga, Riva, Luizinho Magalhães e Pedro Satélite; da Bancada do Bloco Independente - Dr. Antônio Azambuja, Dilmar Dal Bosco, Ezequiel Fonseca, Guilherme Maluf e Luciane Bezerra; da Bancada do Bloco Democrático dos Trabalhadores - Ademir Brunetto, Alexandre Cesar, Teté Bezerra, Baiano Filho e Romoaldo Júnior.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da República – João Malheiros; da Bancada do Bloco Independente – Zeca Viana e Luiz Marinho.
(LEVANTA-SE A SESSÃO.)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.